

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

PAULA CAUDURO BIANCO

**JOÃO GOULART,
O MINISTRO TRABALHISTA,
E SUA RELAÇÃO COM O
MOVIMENTO SINDICAL (1953-1954)**

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Orientador

Porto Alegre

2015

PAULA CAUDURO BIANCO

**JOÃO GOULART, O MINISTRO TRABALHISTA, E SUA RELAÇÃO COM O
MOVIMENTO SINDICAL (1953-1954)**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História pela Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE

B578J Bianco, Paula Cauduro

João Goulart, o ministro trabalhista, e sua relação com o movimento sindical (1953-1954) / Paula Cauduro Bianco. — Porto Alegre, 2015.

116 f. : il.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Brasil - História - Governo João Goulart. 2. Goulart, João - Crítica e Interpretação. 3. Trabalho – Brasil - História. 4. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – Brasil – História. 5. Sindicalismo - Brasil – História. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

CDD: 981.065

Alessandra Pinto Fagundes

Bibliotecária

CRB10/1244

PAULA CAUDURO BIANCO

**JOÃO GOULART, O MINISTRO TRABALHISTA, E SUA RELAÇÃO
COM O MOVIMENTO SINDICAL (1953-1954)**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História pela Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mateus Dalmáz – UNIVATES

Prof. Dr. Cássio Alan Abreu Albernaz – PUCRS

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

Para tia Eny, matriarca da nossa família.
Que, gentilmente, cedeu espaço em seu apartamento para que eu tivesse um ambiente tranquilo para estudar e realizar esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pela disponibilização da bolsa de estudos que permitiu a realização dessa pesquisa. Estendo meu agradecimento ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, cuja competência e excelência ministradas em suas aulas foram fundamentais para meu crescimento acadêmico. E, ainda, aos funcionários do PPGH, em especial, às secretárias Carla e Henriet, pela disponibilidade e boa vontade nas visitas que fiz à secretaria ou por meio dos pedidos via e-mail e por telefone.

Agradeço, sobremaneira, ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu. Sempre disponível e atento para me auxiliar em todas as minhas dificuldades nessa caminhada. Pela paciência, colaboração e aprendizado que me foi oferecido (desde antes de minha entrada no curso de Mestrado) não tenho palavras que possam, de fato, lhe agradecer por tanta ajuda e confiança.

Gostaria de agradecer, ainda, a duas professores que estiveram comigo durante a graduação e, até hoje, estão presentes em minha vida, enviando mensagens de apoio e de carinho, às professoras Janete Abrão e Márcia Andrea Schmidt, muito obrigada.

Nessa caminhada, minha amiga e colega Wanessa Wendt foi personagem fundamental para meu crescimento como profissional e como ser humano. Muito obrigada pela tua amizade.

Ao Everton Dalcin, que sempre me brindou com sua agradável companhia e conversas produtivas, fico feliz em saber que estamos finalizando juntos essa etapa.

À Janyne Martini e à Patrícia Moreira fica registado meu agradecimento, é muito bom contar com a amizade de vocês.

Ao Diego Dal Bosco, deixo também meu agradecimento por ter me ajudado tanto nessa reta final, sempre enviando mensagens de apoio via WhatsApp.

Aos meus queridos alunos do Colégio Marista Assunção, fica minha gratidão e meu carinho. Ao longo de muitas manhãs de 2014 me receberam de braços abertos e me acolheram nos dias em que eu estava exausta devido à carga de trabalho acumulada.

Ao meu primo Marcelo Zambiasi, assim como fez em minha monografia, agradeço pela ajuda recebida na correção do “resumê” deste trabalho.

Para meus queridos e amados pais, Pedro e Lilian, não poderia deixar de agradecer por todo o amor a mim dedicado ao longo de toda minha existência. Meus grandes incentivadores e admiradores.

Minha irmã Simone, muito obrigada, és minha melhor amiga e eu não teria chegado até aqui sem a tua ajuda.

Obrigada ao meu namorado, Leonardo Neto, por ser um excelente companheiro e amigo. Ser tão compreensivo com meus compromissos profissionais e ser minha grande fonte de incentivo nessa reta final.

Finalmente, agradeço imensamente a todos que, direta ou indiretamente, participaram da minha vivência no curso do Mestrado. Ainda aqueles que aqui não estão nominalmente referidos, todos, sem dúvida, têm sua parcela de contribuição na minha conquista.

RESUMO

A presente pesquisa trata a respeito da atuação de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O marco temporal desse estudo é 17 de junho de 1953, data de nomeação de Jango para a pasta do Trabalho, pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Dorneles Vargas, indo até a data de sua saída do MTIC, quando apresentou seu pedido de demissão em 22 de fevereiro de 1954. A presente investigação, mais especificamente, busca evidenciar em que medida as ações do ministro Jango aproximam-se das ideias do conceito de trabalhismo. Ao assumir a função de Ministro do Trabalho João Goulart já acumulava o cargo de presidente do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A partir disso, o estudo retrocede à identificação das principais ideias acerca do conceito de trabalhismo, as quais foram elaboradas por Alberto Pasqualini ainda no início dos anos 40. Com base nessas constatações, esse trabalho localiza, no tempo e no espaço, a formação do referido Partido Trabalhista, tendo em vista que esse partido absorveu grande parte do conceito de trabalhismo. A pesquisa identifica, ainda, os principais aspectos que situam o ingresso de João Goulart na cena política brasileira, destacando seus primeiros cargos públicos e dando ênfase para as orientações de cunho político adquiridas pelo convívio com Getúlio Vargas. Finalmente, a pesquisa apresenta, também, as principais ações realizadas ao longo da gestão Jango no MTIC e procede-se às aproximações pretendidas.

Palavras-chave: João Goulart. Ministério do Trabalho. Trabalhismo.

RESUMÉ

Cette mémoire a pour objet les actions de João Goulart (Jango) en tant que ministre du travail dans l'ancien ministère du travail, de l'Industrie et du Commerce (MTIC) au Brésil. Il s'agit, donc, d'analyser la période du 17 juin 1953, la date de la nomination de Jango comme ministre, par le président de la République, Gétúlio Vargas Dorneles, jusqu'au 22 février 1954, moment où celui-là a quitté le MTIC en présentant sa demande de démission. Cette recherche, plus précisément, a eu comme objectif démontrer dans quelle mesure les actions de João Goulart ont un rapport avec le travaillisme. En prenant la fonction de ministre du Travail, Goulart avait déjà accumulé le poste de président du Directoire national du Parti travailliste brésilien (PTB). À partir de cela, la recherche remonte à l'identification des principales idées à quelles le concept du travaillisme a été associé. Nous prenons en compte les idées qui ont été déjà développées par Alberto Pasqualini au début des années 1940. À partir de ces données, ce travail situe aussi dans le temps et l'espace la formation du Parti travailliste brésilien grâce au rapport établi entre celui-ci et le travaillisme. Il identifie également les principaux aspects qui marquent l'entrée de João Goulart sur la scène politique du Brésil, en soulignant ses premiers métiers dans le gouvernement et en mettant l'accent sur la nature politique des lignes directrices acquises par le contact avec Gétúlio Vargas. Enfin, la recherche présente également les principales actions mises en place par Jango pendant sa participation au MTIC. Ainsi, cette mémoire procède aux approches souhaitées.

Mots-clés: João Goulart . Ministère du Travail . Travail.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A EMERGÊNCIA DE UM PARTIDO TRABALHISTA	16
2.1	A CRISE DO ESTADO NOVO E O MOVIMENTO QUEREMISTA	16
2.2	FORMAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1945: UDN, PSD E PTB	22
2.2.1	A UDN	25
2.2.2	O PSD	27
2.2.3	O PTB	29
2.3	A FORMAÇÃO PETEBISTA GAÚCHA	34
2.4	O TRABALHISMO COMO DOCTRINA, O PENSAMENTO DE ALBERTO PASQUALINI	37
2.4.1	CRÉDITO LUCRATIVO E CRÉDITO SOCIAL	38
2.4.2	TRABALHISMO E SOLIDARISMO	40
2.4.3	UM MUNDO BASEADO NA COOPERAÇÃO	42
2.5	A ORGANIZAÇÃO DOCTRINÁRIA PETEBISTA: O PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	44
3	JOÃO GOULART: LÍDER TRABALHISTA E MINISTRO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50
3.1	JANGO, DE SÃO BORJA AO RIO DE JANEIRO, “NASCE” UM POLÍTICO TRABALHISTA	50
3.2	OS MINISTROS TRABALHISTAS ANTES DE GOULART: DANTON COELHO E SEGADAS VIANA	59
3.3	JOÃO GOULART, O MINISTRO TRABALHISTA: ENTRE O PTB, OPOSIÇÃO E OS SINDICATOS	69
4	A ATUAÇÃO MINISTERIAL DE JANGO: O TRABALHISMO NA PRÁTICA	79

4.1 OS BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR: AS AÇÕES DO MINISTRO DO TRABALHO	79
4.2 O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO UM PROJETO DO MINISTRO GOULART	91
4.3 DO DIA-A-DIA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO À QUEDA DE GOULART	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida em nossa pesquisa trata a respeito da atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) a partir de sua nomeação em 17 de junho de 1953, pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Dornelles Vargas, até a data de sua demissão da pasta do Trabalho em 22 de fevereiro de 1954. Mais especificamente, esse estudo busca evidenciar em que medida as ações do ministro Jango, o qual também era presidente do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aproximam-se do conceito de trabalhismo.

Nesse sentido, o estudo tem por objetivo a identificação das principais ideias acerca do conceito de trabalhismo, elaboradas por Alberto Pasqualini, no início dos anos 40. Em seguida, esse trabalho visa localizar, no tempo e no espaço, a formação do PTB, o qual absorveu grande parte do referido conceito. A presente pesquisa também pretende identificar os principais aspectos que situam o ingresso de João Goulart na cena política brasileira, seus primeiros cargos públicos, bem como quais foram as orientações de cunho político adquiridas pelo convívio com Getúlio Vargas. Serão apresentadas, ainda, as principais ações realizadas ao longo da gestão Jango no MTIC.

O tema de pesquisa tem importância para a historiografia pois visa, primeiramente, ser uma contribuição para o debate em torno da temática do trabalhismo. Ao lado disso, também contribui para a literatura que versa a respeito da constituição do PTB e, ainda, do ingresso na vida política de João Goulart. Esse estudo contribui, originalmente, na aproximação que se propõe a fazer, proceder a identificação de ideias trabalhistas na atuação de um Ministro do Trabalho específico, Jango.

Ao lado das análises que compreendem João Goulart como “herdeiro político” de Vargas, nossa interpretação, que não descarta essa consideração, pretende ir além nesse debate. Nosso interesse reside em promovermos um novo olhar a respeito da figura de Goulart em relação à sua aproximação com as ideias trabalhistas, mais especificamente, vamos conhecer, mais claramente, como foi sua forma de agir como um político trabalhista na função de ministro.

A presente pesquisa também amplia o que fora trabalhado em minha monografia acadêmica intitulada “*João Goulart, Ministro do Trabalho, por meio dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias (junho de 1953 a fevereiro de 1954)*”. Naquela primeira experiência de pesquisa, foi importante observar que os jornais estudados apresentavam informações a respeito de uma específica comissão de grande relevância para o Ministério do

Trabalho, a chamada “Comissão de Salário Mínimo” que era comandada por Goulart e cujo principal resultado de sua atuação fora a elaboração do Plano Nacional do Salário Mínimo (PNSL). A esse respeito, justamente, a historiografia não havia privilegiado, até então, de uma forma mais clara e aprofundada¹.

A partir dessas constatações, surgiu, inicialmente, o interesse em investigar, mais detalhadamente, a respeito do referido Plano: de que forma fora pensado na gestão de João Goulart no MTIC, quais quesitos de pesquisa envolvia e, ainda, quais foram os resultados apresentados por esses quesitos. Indo além, portanto, do resultado final do PNSL apresentado, que indicava, segundo aqueles jornais pesquisados em minha monografia, apenas o possível reajustamento do salário mínimo.

A fim de levantar a documentação necessária para dar conta desse primeiro objetivo, fez-se um levantamento de dados no Fundo do Ministério do Trabalho (FMT) localizado no Arquivo Nacional de Brasília (ANB) e na Imprensa Nacional, também em Brasília.

O acervo referente ao MTIC, no ANB, reúne diferentes tipos documentos de diferentes temporalidades, mas as caixas que competem à atuação de João Goulart não são numerosas. Elas se referem, destacadamente, ao cadastramento e regulamentação sindical, eleições e denúncias das entidades sindicais, correspondências entre o ministro Goulart e os sindicatos. Além de reportagens e matérias jornalísticas, ainda que esparsas, a respeito do que fora realizado no MTIC.

Foi constatado que grande parte da documentação referente à atuação de Jango no Ministério do Trabalho foi espalhada em outros arquivos pelo país, o que dificultou, sobremaneira, a realização da pesquisa. Todavia, documentos importantes da gestão Goulart no MTIC foram reproduzidos e distribuídos para outros locais de pesquisa. O PNSL, por sua vez, documento inicial dessa pesquisa, foi encontrado, ainda, no acervo do chamado SindiBancários de Porto Alegre.

A respeito dos documentos relativos à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho levantados na Imprensa Nacional foram reunidos os Diários Oficiais da União (DOU) no período entre junho de 1953 e fevereiro de 1954. Esses documentos, posteriormente, foram disponibilizados de forma on-line. Três seções desse periódico foram fundamentais para o andamento da pesquisa: Seção do Gabinete da Presidência da República, Seção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Noticiário.

¹ BIANCO, P., 2012, p. 29.

Na tríade de seções referidas constatamos a pluralidade de ações que o ministro Jango realizou enquanto esteve no MTIC. A leitura e o fichamento dos projetos e das portarias vinculados no DOU, sob realização de João Goulart, permitiram a identificação de finalidades comuns em grande parte dessas ações². As referidas finalidades puderam ser estabelecidas em dois grandes grupos.

O primeiro é marcado por um amplo número de nomeações e destituições de funcionários dos órgãos ligados ao MTIC. O segundo, também expressivo pelo número de referências encontradas, chama a atenção, pelas suas finalidades: as ações do ministro publicadas no DOU vinculavam, nesse segundo grupo identificado, basicamente, a ampliação e a concessão de novos benefícios aos trabalhadores.

A partir disso, a pesquisa orientou-se na busca de um melhor entendimento acerca da finalidade contida nesses documentos. Para tanto, inicialmente, fizemos um breve balanço de gestões ministeriais anteriores a Jango, os ministros Danton Coelho e Segadas Viana, observando se esses ministros haviam realizado ações com finalidades próximas às aquelas realizadas por Goulart³. Constatando-se que não, passamos a identificar as orientações políticas adquiridas por João Goulart e localizamos suas primeiras aproximações da vida política associada a Vargas.

Nesse contexto encontrado, pudemos perceber a importância em identificar não apenas a influência de Getúlio Vargas no ingresso de Goulart no cenário político, mas o envolvimento que o próprio Jango teve com o PTB e seu crescimento no ambiente político. Assim, fomos conduzidos a retomar pontos principais da constituição do PTB e, fundamentalmente, da doutrina do trabalhismo, aquela elaborada por Pasqualini, pois esse foi o conceito chave na compreensão do ideário desse partido. Para essa última etapa citada, reunimos o livro de Alberto Pasqualini, *Base e Sugestões para uma Política Social*, obra considerada fundamental sobre os princípios do trabalhismo⁴. Além dos demais títulos bibliográficos acerca do próprio João Goulart, do PTB e de intérpretes do trabalhismo.

Visando identificar quais aspectos são relevantes no conteúdo dos documentos selecionados para a presente pesquisa, os procedimentos para a realização da mesma foram

² Leis e decretos também foram vinculadas com a assinatura de João Goulart. Entretanto, muitas delas também eram assinadas, primeiramente, pelo Presidente Vargas e, algumas outras vezes, juntamente com outros ministros.

³ A esse respeito, as ações as quais fazemos referências seriam aquelas que promoveriam o bem-estar do trabalhador. Conforme será observado, Coelho e Viana mantiveram em suas gestões um perfil de atuação mais voltado para a orientação do governo em aproximar os sindicatos do Estado do que, necessariamente, lançar de uma série de projetos que visassem um caráter assistencialista.

⁴ O lançamento da obra é 1948 e se trata de uma coletânea de textos em diferentes momentos da vida pública de Pasqualini.

sistematizados da seguinte forma. Na primeira etapa, realizamos a leitura das fontes para uma espécie de mapeamento inicial. Obtendo-se, nesse sentido, a ideia geral sobre as informações presentes na documentação a ser explorada. Nos familiarizamos com a linguagem dos documentos e pudemos fazer as primeiras inferências, o que foi fundamental para formular a ideia mais ampla que guiou o estudo: buscar quais ideias do conceito de trabalhismo podem estar aproximadas das ações do ministro Jango.

Em seguida, realizou-se o fichamento da bibliografia concernente às temáticas reunidas na pesquisa: trabalhismo, PTB e João Goulart e, a partir disso, foi possível estabelecer as primeiras aproximações pretendidas. A interpretação desse trabalho, portanto, visa compreender a ação de João Goulart a partir de sua constituição como político, de sua inserção na cena política.

Para proceder à análise pretendida, organizamos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro, procuramos situar o contexto e as condições de emergência do PTB. Para tanto, será feita referência à crise do regime do Estado Novo e, ao mesmo tempo, à ocorrência do chamado Movimento Queremista. Ao situarmos o PTB, destacaremos as principais ideias propostas por Alberto Pasqualini em relação ao conceito de trabalhismo.

No segundo capítulo, situaremos o ingresso de João Goulart na cena política e destacadamente, seu ingresso no PTB. Também daremos atenção à sua inserção na vida pública, pontuando o cenário que antecedeu sua chegada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A intenção do capítulo é apresentar algumas referências aos ministros que, anteriormente, ocuparam a pasta do Trabalho (Danton Coelho e Segadas Viana) no sentido de estabelecermos contrapontos às suas diferentes gestões. Nesse segundo capítulo, também será possível apresentaremos os primeiros aspectos referentes à atuação trabalhista de Goulart.

No terceiro capítulo proposto, apresentamos as principais ações realizadas pelo ministro João Goulart em sua gestão no MTIC. Nesse sentido, procedemos a identificação dos princípios trabalhistas que teriam pautado as respectivas ações do ministro. Buscaremos, dessa forma, encontrar pontos de contato entre as ações do ministro e a doutrina trabalhista. E, por fim, ainda nesse último capítulo, realizaremos alguns apontamentos, que localizam, mais claramente, como se deu o funcionamento do MTIC na gestão Jango, sobretudo, no período que equivale à sua saída da pasta do Trabalho.

O presente trabalho de pesquisa, assim como qualquer outro, é realizado a partir de opções feitas pela pesquisadora, excluindo, inevitavelmente, tantas outras variáveis de análise possíveis. No presente estudo, não pretendemos, dessa forma, esgotar o tema em destaque, nem intencionamos abarcar a totalidade de produção que versa a respeito de João Goulart e

suas diferentes atuações políticas. Em outra medida, procura-se sistematizar novas informações relevantes que se somam à compreensão da vivência política de Jango, mais especificamente, como Ministro do Trabalho.

2 A EMERGÊNCIA DE UM PARTIDO TRABALHISTA

“Os partidos políticos não são meros grupos de interesse, fazendo petições em causa própria ao governo; pelo contrário, para ganharem suficiente apoio, a fim de conquistar cargos, os partidos precisam antecipar alguma concepção de bem comum”.

John Rawls.

Nesse capítulo, situaremos o contexto e as condições de emergência do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Destacaremos, em um primeiro momento, a crise do regime de Vargas (em fins do Estado Novo) e, ao mesmo tempo, a ocorrência do chamado Movimento Queremista.

A seguir, enfatizaremos o processo de criação dos partidos políticos no cenário anteriormente referido, destacaremos, ainda, a formação do PTB e as principais ideias então propostas por Alberto Pasqualini, entendido pela historiografia como o ideólogo do trabalhismo brasileiro.

2.1 A CRISE DO ESTADO NOVO E O MOVIMENTO QUEREMISTA

Em 1945, o Brasil viveu uma situação particular em seu âmbito político. O governo então vigente, conhecido como Estado Novo, conduzido por Getúlio Vargas, entrava em crise. O referido ano ficou marcado pelo rompimento da ordem política estado novista, centrada em Vargas, além da conseqüente transformação do regime político.

A crise do Estado Novo, em 1945, potencializada por forças opositoras a Vargas, já era verificada, segundo Ângela de Castro Gomes, em um momento anterior, pela reação de grupos civis e militares frente à articulação massiva do governo em relação aos trabalhadores, no sentido de aproximá-los da estrutura do Estado⁵.

Sem explicar mais claramente de que forma os referidos grupos posicionaram-se contra Vargas naquele contexto, Gomes, por sua vez, pontua que os órgãos responsáveis pela aproximação entre trabalhadores e Estado foram o Ministério da Indústria e Comércio (MTIC) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Naquele contexto, ainda segundo

⁵ GOMES, 2005, p. 265.

Ângela de Castro Gomes, pela visão do governo, era preciso estimular, cada vez mais, o fortalecimento da estrutura sindical-corporativista do regime político estado novista⁶.

Pelas palavras de Campello de Souza, dentre outros acontecimentos que insuflaram a crise estado-novista, podemos citar o Manifesto dos Mineiros⁷. Ocorrido em 1943, para essa autora, o referido manifesto foi o primeiro grande movimento visando a saída de Vargas do poder, pois a partir dele, haveria o início de uma fase na qual os protestos contra o regime de Vargas assumiram forma mais organizada, e, segundo a autora, a imprensa, “menos tímida”, difundia o pensamento de grupos civis e militares que eram “favoráveis à implantação de um governo liberal-democrático no país”⁸.

O argumento de Andrea Janes defende que os acontecimentos ocorridos a partir de 1943 acentuaram a queda do regime de Vargas. Janes destaca, sobremaneira, que foi justamente por meio dessa imprensa, conforme disse Campello de Souza, cada vez “menos tímida”, que um acontecimento de grande força oposicionista ganharia destaque: a entrevista de José Américo de Almeida. José Américo, nessa fala, criticava o governo varguista e sua estrutura. Em um breve balanço desse contexto, Janes afirma que:

“(…) Vargas buscava se antecipar à mudança de regime. Arregimentou o apoio da massa trabalhadora, por meio da propaganda, da consolidação das leis trabalhistas e do aumento do salário mínimo. E, a partir de 1943, a oposição, apesar da censura, iniciou pressão contra o governo autoritário e a favor das eleições livres. (...) o que determinou o fim da censura à imprensa e a possibilidade de críticas ao governo foi uma entrevista de José Américo de Almeida a jornalistas, em fevereiro de 1945. O escritor defendia tanto as eleições livres quanto a candidatura de Eduardo Gomes”⁹.

José Américo concedeu entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, em 22 de fevereiro de 1945, criticando o regime ditatorial e apontando o fracasso da obra administrativa do governo. O texto foi entregue a vários jornais, mas coube ao *Correio da Manhã* romper pela primeira vez a barreira da censura à imprensa, publicando-o no dia 24 daquele mês, com enorme repercussão¹⁰.

⁶ Gomes indica que a atuação do MITC e DIP foi conjunta e com um objetivo comum: consolidar um “verdadeiro pacto social” com as classes trabalhadoras, reafirmando, desse modo, a proposta corporativista do Estado Novo. GOMES, 2005, p. 265.

⁷ Segundo Campello de Souza: “O Manifesto dos Mineiros, surgido em 24 de outubro de 1943, era a primeira demonstração coletiva de protesto contra o Estado Novo. Do Manifesto, partiram todas as tentativas de articulação com os diferentes núcleos de oposição ao regime”. CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 63.

⁸ CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 63.

⁹ JANES, 2007, p. 36-7.

¹⁰ Todas essas informações foram extraídas em sua totalidade do verbete “José Américo de Almeida” no site do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/>. Consultado em: 04.09.2014.

Há outro aspecto, contudo, que precisa ser levado em consideração a respeito de fatores que acentuaram os acontecimentos para o fim do Estado Novo. A autora Campello de Souza faz referência à Segunda Guerra Mundial, pois com o fim desse conflito, passou a existir um “descrédito internacional” que cobriu os regimes fascistas e nazista e, em função disso, “veio dar maior vigor à oposição interna brasileira contra o regime autoritário que vigia no país desde 1937”¹¹ sob as mãos de Getúlio¹².

Portanto, no cenário político de 1945, quando observada as forças contrárias a Vargas, encontramos uma oposição crescente ao presidente, que reunia membros da sociedade civil, militar e da imprensa. Além disso, o desfecho da Segunda Guerra Mundial, brevemente citado por Campello de Souza, também insere-se na conjuntura de crise do regime de Vargas.

É preciso observar, contudo, que ao longo de 1945, mesmo que ocorra a queda de Getúlio, há uma relação de continuidade sobre essa mesma figura. Ao lado dos acontecimentos que reivindicam a saída de Vargas, outro movimento em sentido contrário, o Movimento Queremista, visava a permanência do então presidente no poder, esse movimento ganhava força, rapidamente, em grande parte do território brasileiro.

Ao lado dos sinais de desmantelamento do Estado Novo, um aspecto chamou a atenção naquele contexto: a figura varguista. Conforme indicamos, o Queremismo, um movimento que se colocava ao lado do ditador, pedindo sua permanência no poder. Esse movimento de massas cresceu rapidamente e alcançou projeções nacionais.

Para Albernaz, compreender a existência de um movimento em prol da permanência do ditador no poder torna-se tarefa ambígua, segundo ele:

“A tônica levantada pelos queremistas era a permanência de Vargas no poder, o que atraiu uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. No entanto, o queremismo apresenta uma questão, no mínimo, ambígua a ser enfrentada pela historiografia: mesmo com a crise estado-novista, e seu enfraquecimento, cresce o prestígio de Getúlio Vargas. Assim, frente a um processo de redemocratização para o país, os trabalhadores se organizam em um movimento de amplitude nacional pedindo a permanência do “chefe autoritário”¹³.

O embrião do movimento queremista pode ser encontrado em fevereiro de 1945. Segundo Michele Macedo, o movimento, em princípio, resumiu-se a reações esparsas contra

¹¹ CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 63.

¹² Outro autor que concorda com esse mesmo ponto de vista é Carlos Cortés. Para esse autor, o término da Segunda Guerra Mundial “apressou” o fim do Estado Novo. Ver mais em: CORTÉS, 2007, p. 171.

¹³ ALBERNAZ, 2006, p. 27-8.

manifestações estudantis de insulto a Vargas e ao Estado Novo, mas que, em seguida, adquiriu um caráter mais coordenado¹⁴.

Os que participaram dessas primeiras manifestações, com um caráter de apoio a Vargas, ainda segundo a autora, estavam cientes de uma real possibilidade da saída do então presidente, tendo em vista a repercussão da entrevista concedida por José Américo de Almeida, já referida, bem como pelo número crescente de opositores a Getúlio. O Queremismo, por sua vez, nascido de um caráter popular, rapidamente ampliou-se na cena política brasileira reunindo milhares de adeptos e ganhando desdobramentos políticos¹⁵.

Segundo Ângela de Castro Gomes, o “estopim” para o início do movimento queremista seria um pouco mais tardio e estaria relacionado à saída do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. A autora aponta para um acontecimento que “simbolicamente” viabilizou a eclosão desse movimento, que seria a respeito do regresso ao Rio de Janeiro do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira, em 18 de julho de 1945. Tendo em vista que o acontecimento estaria sendo “esperado e interpretado como um marco na campanha das forças oposicionistas”. Gomes identifica que a volta da FEB consagraria a vitória da luta pela democracia e a repulsa ao Estado Novo e ao seu presidente. Porém, o que se vivenciou não foi isso. A aparição de Vargas, no encerramento daquele dia 18 de julho, levou o público ao delírio, “numa verdadeira ovação”. Segundo Gomes, “o sinal verde estava dado”, a partir daquele momento o queremismo podia “sair às ruas”¹⁶.

A destacar, há uma leitura recorrente na historiografia que compreende o queremismo, originalmente, como um movimento de caráter popular. De todo modo, não se pode descartar outras análises as quais observam que o crescimento e a amplitude do movimento queremista ocorreram, conforme aponta D’Araújo, devido ao apoio de determinados órgãos da própria estrutura estado novista, os já citados, Ministério do Trabalho e Departamento de Imprensa e Propaganda¹⁷.

Acima disso, observa-se que é a figura varguista que ganha destaque na análise a respeito do queremismo. Gomes e D’Araújo identificam, de forma conjunta, que há uma expressão a qual, possivelmente, dá conta dessa relação: seria o chamado “getulismo”. Segundo essas autoras, ao longo do Estado Novo, esse regime que teria o “trabalhismo” como ideologia, havia criado, ao lado disso, um movimento de opinião pública, favorável e “até mítico” à figura de Vargas. Um aspecto fundamental para a existência e a permanência do

¹⁴ MACEDO, 2012, p. 33

¹⁵ SKIDMORE, 2010, p. 83; FERREIRA, 2005, p. 24.

¹⁶ GOMES, 2005, p. 284-5.

¹⁷ Sobre esse debate ver mais em: D’ARAÚJO, 1996, p. 26.

getulismo eram as conquistas trabalhistas associadas à imagem de Vargas como doação às classes trabalhadoras¹⁸.

Jorge Ferreira vai além nessa análise e chega a estipular que o quererismo pode ser identificado como manifestação inserida na “cultura política brasileira”. Estabelece essa relação na medida em que entende se tratar de uma “manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo’ de Vargas”¹⁹.

O quererismo, desse modo, surgido na cena política brasileira, inicialmente, como um conjunto de manifestações populares de reação a insultos a Vargas, ganha um formato político mais definido a partir de meados de 1945. Em maio, na cidade de Porto Alegre, ocorre a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas e, em julho, o comitê do Distrito Federal. A partir disso, “o movimento crescer rapidamente, promovendo manifestações e comícios em todo o país”²⁰.

Segundo Ferreira, o primeiro comício quererista data de 20 de agosto, no conhecido Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. Surgia no cenário nacional o slogan “Queremos Getúlio”²¹. Em seguida, surgiam novas manifestações: o desejo por uma Assembleia Nacional Constituinte, a qual deveria ser feita com Vargas. Ainda pelas palavras de Ferreira, o desejo pela permanência do ditador tornava-se fundamental para a classe trabalhadores tendo em vista que: “(...) eles (os trabalhadores) projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas”²².

A esse respeito, Macedo destaca também outras considerações, que reforçam esse ponto de vista, diz ela:

“Ao olhar para o quererismo com mais atenção e fazendo uso de fontes históricas produzidas pelos seus próprios integrantes, é possível detectar outras razões. A lembrança que possuíam do período anterior à chegada de Vargas à presidência estava associada à exclusão política, à exploração social, à repressão policial, ao descaso, enfim, um mundo sem leis, garantias e proteção ao mundo do trabalho. Com Vargas, eles conquistaram cidadania social e aprenderam a lidar com suas vantagens. (...) A saída de Vargas do poder anularia os benefícios? Não queriam correr riscos. Projetavam no presidente a única possibilidade de garantir as leis sociais e, por isso, queriam a sua permanência no poder”²³.

¹⁸ O trabalho de Gomes e de Araújo, *Getulismo e Trabalhismo* dá conta dessa questão. GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 16; 3.

¹⁹ FERREIRA, *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 15. Para Delgado, contudo, o quererismo “não foi mais que um movimento conjuntural, uma mobilização político-social”, ver: DELGADO, 2011, p. 50.

²⁰ D’ARAÚJO, 1996, p. 26; FERREIRA *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 22.

²¹ DELGADO, 2011, p. 50.

²² FERREIRA, *In*: FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 43.

²³ MACEDO, 2012, p. 35-6.

Nesse momento, a respeito dos integrantes do movimento queremista, algumas considerações são necessárias. Ângela de Castro Gomes destaca que o queremismo, como movimento social, ao longo de sua trajetória, foi concebido pela formação de alianças variadas²⁴. Para Aggio, Barbosa e Coelho, pensar o queremismo, em um contexto do desmantelamento do Estado Novo e de abertura política, é perceber o retorno da participação dos comunistas no cenário nacional²⁵.

Para Delgado, nesse contexto de 1945, há uma presença comunista na esfera do queremismo. Entretanto, essas figuras eram entendidas, por parte dos integrantes do movimento queremista, como uma parcela que não tinha um “compromisso real” com Vargas e nem defendiam “a ordem econômica e social capitalista” vigente no Brasil²⁶.

Ainda para Delgado, foi “curto” o prazo estabelecido no encontro entre trabalhistas e comunistas em prol do queremismo. Para os últimos, era preciso apoiar Vargas para tentar garantir a segurança de sua legalidade como organização partidária; para Vargas, era necessário aumentar sua base de apoio político, naquele momento, ainda que essa união não se mantivesse em longo prazo²⁷.

O “prazo”, de modo geral, que Delgado faz a referência acima, está relacionado ao que Ferreira identifica a partir do já referido mês de julho de 1945, quando o queremismo passou a ser um movimento com “feições mais definidas em termos organizacionais e políticos”. Indo até agosto, quando o próprio Partido Comunista passava a assumir o lema “Constituinte com Getúlio” em sua bandeira de atuação²⁸.

A análise que aproxima o queremismo do Partido Comunista, também abre espaço para identificar as demais relações que esse movimento pode estabelecer no cenário político partidário em 1945, bem como quais públicos reunia. A UDN e o PSD, organizados nesse contexto, não foram partidos que, essencialmente, visaram à incorporação dos trabalhadores (incluindo, aí, aqueles que participavam do movimento queremista). Já a elaboração do PTB reuniria, propositalmente, essa grande parte de populares²⁹.

²⁴ GOMES, 2005, p. 284.

²⁵ AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002, p. 44.

²⁶ DELGADO, 2011, p. 53.

²⁷ DELGADO, 2011, p. 53.

²⁸ FERREIRA, *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 22-3.

²⁹ JANES, 2007, p. 44.

Observamos, desse modo, que o queremismo foi um movimento social que, segundo Borghi, “tanto podia correr à margem das regras do jogo, quanto podia efetuar todos os tipos de aliança”³⁰.

Criado ou não pela ação estatal, o movimento ganhou impulso e reverberação devido ao apoio estatal. Vale observar que o queremismo não alcançou seu objetivo: manter Vargas no poder, mas longe disso é pensar que foi um movimento simplesmente derrotado. Segundo parte da historiografia, esse movimento “deu vontade política aos trabalhadores”. Mais do que isso, esse movimento foi capaz de “dialogar” com a classe trabalhadora, despertando a consciência de sua identidade coletiva”³¹. E, ao lado, disso, a ocorrência do queremismo, em 1945, também manteve próxima a outro acontecimento de cunho político relevante: a reorganização partidária que acompanhou o desmantelamento do Estado Novo.

Conforme a historiografia nos aponta, as transformações políticas vividas ao longo de 1945 acabariam por culminar com o golpe que depôs Getúlio Vargas. Nas palavras de Gláucio Soares, o referido golpe “foi um golpe puramente político, não uma revolução socioeconômica”. Tendo em vista que “as estruturas socioeconômicas, entre elas a propriedade dos bens de produção e em particular a da terra, não foram tocadas”. As bases socioeconômicas associadas com o poder oligárquico permaneciam³².

Dessa conjuntura, segundo a análise de Thomas Skidmore, mesmo que, para Vargas, 1945, representasse sua saída do poder, os últimos dois anos do Estado Novo renunciaram, de forma contrária, o começo de uma nova fase da carreira política de Vargas, a qual “(...) estava de fato lançando as bases de seu futuro retorno como ‘líder democrático’ (...)”³³.

Nesse sentido, deve-se então definir alguns apontamentos e questões sobre a reorganização no Brasil do seu sistema político liberal-democrático e a criação dos novos partidos que então participaram do jogo político e disputaram o poder.

2.2 FORMAÇÃO PARTIDÁRIA EM 1945: UDN, PSD E PTB

³⁰ BORGHI, 1984, p. 142. O que, partir disso, acelerou os passos dados pela oposição a Vargas que, rapidamente, articulariam um golpe para retirar o ditador da cena política. FERREIRA, *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p.39. Nos argumentos de Aggio, Barbosa e Coelho, os movimentos de articulação para saída de Vargas também podem ser atribuídos devido à nomeação arbitrária de Getúlio em nomear seu irmão, Benjamin Vargas para chefe de polícia. A esse respeito ver: AGGIO, BARBOSA, COELHO, 2002, p. 44.

³¹ FERREIRA, *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, 44.

³² SOARES, G. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 7.

³³ SKIDMORE, 2010, p. 73.

Segundo foi observado anteriormente, 1945 foi um ano de expressivos acontecimentos políticos no Brasil. A queda do Estado Novo, impulsionada pelas forças oposicionistas, contrastou com um movimento em defesa da permanência de Vargas no poder, o Queremismo. Entretanto, ainda que o final desse período seja marcado pela saída de Vargas do poder, outros acontecimentos, sobretudo políticos, precisam ser somados a esse contexto: o surgimento de novos partidos.

Em 1945, após a entrevista de José Américo ao jornalista Carlos Lacerda e a divulgação do conteúdo de sua fala - altamente crítico ao governo estado novista, o cenário político alterou-se. Nas palavras de Jorge Ferreira, após essa entrevista de José Américo, “precipitou os acontecimentos daquele primeiro trimestre de 1945”³⁴. Getúlio Vargas, diante do cerco oposicionista que se formava, assinou a “Lei Constitucional nº 9” em fins de fevereiro. Essa lei determinava o prazo de noventa dias para a marcação de eleições, bem como a elaboração de uma lei eleitoral. A lei eleitoral foi promulgada em maio, determinando as eleições para dezembro daquele mesmo ano e eleições de nível estadual para maio de 1946³⁵. Nas palavras de Macedo, 1945 marcava-se por ser um ano no qual o país viveu uma “transição democrática”³⁶.

Ainda a respeito da referida lei eleitoral³⁷, é preciso observar que essa medida alteraria de forma significativa a estruturação partidária em nível nacional, pois os partidos que passassem a existir “(...) deveriam apresentar assinaturas de 10.000 (dez mil) eleitores distribuídos entre pelo menos 5 (cinco) estados, nenhum estado com menos de 500 (quinhentas) assinaturas, a fim de obterem o competente registro”³⁸, além de personalidade jurídica de acordo com o Código Civil³⁹. Desse modo, conforme a análise de Lucília Delgado, o Brasil, nessas condições, passaria a ter “um pluripartidarismo de base nacional”⁴⁰.

Pelas palavras de Miguel Bodea, o autor sugere, inicialmente, que, a partir do ano de 1945, o Brasil, pela primeira vez em sua História, passaria a ter “verdadeiros partidos nacionais”, ainda que, segundo esse autor, esses partidos se constituíssem sob um “relativo

³⁴ FERREIRA *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 16.

³⁵ GOMES, 2005, p. 279; JANES, 2007, p. 37.

³⁶ MACEDO, 2012, p. 34.

³⁷ Sendo mais específica a respeito da referida lei eleitoral, essa era conhecida por Lei Agamenon, elaborada por um político de mesmo nome, Agamenon Magalhaes, ex-interventor de Pernambuco, que havia assumido o Ministério da Justiça em dois meses antes. O argumento para a chegada de Agamenon a essa pasta seria uma determinação de Vargas para que ele regulamentasse “as condições da transição”. A esse respeito ver mais em: DELGADO *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 152.

³⁸ CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 114.

³⁹ DELGADO *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 134.

⁴⁰ DELGADO, 2011, p. 29

ecletismo ideológico” e, ainda, internamente, fossem constituídos por uma heterogeneidade de posições dos seus membros⁴¹.

A respeito dessa ideia de “composição ideológica” que fundamentaria os partidos, o argumento de Aggio, de Barbosa e de Coelho tem outro posicionamento. Para esses autores, a abertura para a formação partidária refletiria, num primeiro momento, em clima de euforia democrática⁴². Mas tal “euforia” seria marcada (como veremos com a União Democrática Nacional, por exemplo), pela real possibilidade da saída de Vargas do poder do que, necessariamente, pelo ideal democrático.

Em seguida, Miguel Bodea, mesmo tendo destacado a ideia da formação de partidos nacionais, retoma sua análise e pontua que "O crivo principal da divisão partidária dá-se, em 1945, principalmente em cima da fidelidade ou oposição ao presidente Vargas⁴³".

Nesse sentido, em 1945, de um lado, há o início do processo da redemocratização motivado, sobretudo, pelas forças que exigiam mudança política. De outro, como o movimento queremista (sob o lema “Queremos Getúlio”) que defendia a figura do então presidente Getúlio Vargas. Nas palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado, “as organizações partidárias que se formaram a partir de 1945” atuaram, portanto, de forma dicotômica, ainda que essa relação tenha sido estabelecida a partir de uma tríade de partidos (PTB, PSD e UDN)⁴⁴.

Campello de Souza, como se observa no trecho a seguir, retoma o contexto de 1945, avalia as condições para a emergência de partidos políticos, reforça a importância do contexto internacional para a evolução dos acontecimentos políticos brasileiros e analisa a fragilidade de formação partidária que acompanha esse processo:

“Nessa atmosfera surgia como imperiosa necessidade a atuação de partidos políticos, à medida que se panteava a inviabilidade do regime, e que a realização de eleições presidenciais parecia irreversível; impunha-se de fato, à oposição e ao governo, a criação de partidos políticos, estratégicos num quadro que assumia sinais evidentes de abertura à participação política. Assim sendo, a questão dos partidos destacava-se entre as outras por razões teóricas e conjunturais. É curioso porém verificar que, apesar disso, o debate sobre ele se deu em moldes particularmente estreitos e que o nascimento da vida partidária realizou-se sob condições que a destinavam a uma extrema fragilidade institucional. (...) A restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dissensões

⁴¹ Para Miguel Bodea, é excludente desse perfil partidário, sobremaneira, o Partido Comunista Brasileiro. Ver BODEA, 1992, p. 16.

⁴² AGGIO; BARBOSA, COELHO, 2002, p. 43.

⁴³ BODEA, 1992, p. 16.

⁴⁴ DELGADO *In*: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2011, p. 134. Também é preciso observar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), originado em 1922, retorna para a legalidade naquele mesmo ano. Voltado para as classes trabalhadoras, essa essência do PCB contrastaria com a essência petebista. Os contornos dessa relação serão tratados ao longo desse capítulo.

econômicas internas graves que estabelecessem sério conflito de classes, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional”⁴⁵.

Percebendo a importância das agremiações partidárias que foram criadas durante o período em análise, passaremos, em seguida, de forma sintética, a destacar alguns elementos e informações desses principais partidos organizados na conjuntura de 1945, são eles: a UDN, o PSD e o PTB⁴⁶.

2.2.1 A UDN

Há um relativo consenso historiográfico que atribui o nascimento da UDN como um movimento articulado por uma “ampla frente de oposição” a Vargas⁴⁷. Mais do que isso, “A UDN surgiu como uma frente, organizou-se com um partido e identificou-se, também, como um movimento (o udenismo)”⁴⁸. Dentro de seus objetivos, consistia a superação do Estado Novo, dar finalização ao centralismo e ao personalismo fixado na figura varguista. A UDN fora contra Getúlio Vargas e, ao passar do tempo, tornou-se opositora ao que estava relacionado a esse ícone, como o próprio PTB⁴⁹.

Segundo a classificação de Benevides, a UDN era composta: pelas oligarquias remanescentes da Revolução de 1930, antigos aliados de Getúlio Vargas que haviam se afastado dele no intervalo de 1930 a 1937, pelos afastados do Estado Novo antes de 1945, e, ainda, pelos grupos liberais com forte identificação regional e as esquerdas⁵⁰. E que, quando fundada, a UDN tomava pra si as bandeiras de oposição ao estado de arbítrio e a ausência de liberdade política⁵¹.

Observa-se que no estudo de Mercedes Cánepa, quando a autora aborda a respeito da configuração política no Rio Grande, no que tange, à formação da UDN no estado gaúcho, a autora identifica que essa formação baseou-se nos quadros do antigo Partido Republicano Rio-grandense, bem como de determinados membros do Partido Libertador⁵².

⁴⁵ CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 63-4.

⁴⁶ Ainda que o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, tenha relevância nesse contexto, esse foi um partido que não surgiu no contexto dos anos 40, mas que foi reaberto nessa conjuntura.

⁴⁷ BENEVIDES, 1981, p. 23.

⁴⁸ BENEVIDES, M. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 52.

⁴⁹ DELGADO, 2011, p. 32.

⁵⁰ BENEVIDES, 1983, p. 8.

⁵¹ DULCI, 1986.

⁵² CÁNEPA, 2005, p. 106.

Já para David Fleischer, o referido “movimento articulado por uma ampla frente de oposição a Vargas”, refletia, internamente, em uma composição heterogênea mais ampla, sobretudo em sua origem e nos primeiros meses de atuação. Tal composição é exemplificada pelo autor com maior riqueza de detalhes:

“Em 7 de abril de 1945, um agrupamento bastante eclético de forças oposicionistas se reuniu na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio para estabelecer uma frente anti-getulista. A ata desta reunião revela quatro grupos distintos entre os presentes: (1) político do período pré-1930 – oligárquicos como Arthur Bernardes e Júlio Prestes, e alguns dos seus então inimigos, ex-tenentes, Eduardo Gomes e Juraci Magalhaes; (2) dissidentes dos golpes de 1930 e/ou 1937, como Virgílio de Melo Franco, Ademar de Barros, Flores da Cunha, José Américo, Pedro Aleixo e Armando Salles; (3) a esquerda socialista de João Mangabeira, Hermes Lima e Domingo Velasco, e ainda um membro do Partido Comunista, Astrogildo Pereira, e (4) alguns representantes das oligarquias rurais do Nordeste, como Ernany Satyro, Virgílio Tavora e João Cleofas, que por causa de rivalidades regionais não podiam ingressar na coligação pró-governo que se formava. Desta ampla e heterogênea frente anti-getulista emergiu a União Democrática Nacional (UDN), que escolheu como seu candidato presidencial o ex-tenente, Brig. Eduardo Gomes, na convenção nacional realizada em agosto de 1945.⁵³”

Fleischer ainda identifica que no referido mês de agosto a composição da UDN já não seria mais essa citada anteriormente⁵⁴. De todo modo, os princípios e objetivos partidários udenistas passavam a ter contornos mais definidos e o partido uma atuação mais efetiva. Tais características ganham reforço quando se observa o *slogan* que passou a acompanhar a trajetória da UDN: “a eterna vigilância”⁵⁵. A atuação udenista no cenário político brasileiro foi tão marcante, duradoura, e objetiva, que pode ser identificada pelo trecho a seguir:

“A UDN foi, de fato, um partido político. (...) a UDN sempre perseguiu, como objetivo maior, a presidência da República. (...) A UDN participou, sozinha ou em aliança, de todas as eleições majoritárias e proporcionais, de 1945 a 1965; teve representantes partidários nos ministérios, inclusive no 2º governo Vargas”⁵⁶.

Para Thomas Skidmore, o primeiro termo do nome do partido, “União”, soa ao autor como uma tentativa malograda⁵⁷, tendo em vista a atuação de seus membros e do próprio partido, as quais nem foram fiéis “aos puros traços esboçados pelos seus criadores”⁵⁸.

⁵³ FLEISCHER, D., *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 63-4.

⁵⁴ A esse respeito diz o autor: “A estas alturas, muitos dos integrantes originais da ‘frente’ haviam se retirado para organizar seus próprios partidos: Arthur Bernardes (PR), Astrogildo Pereira (PCB), Ademar de Barros (PSP), Raul Pilla (PL), João Mangabeira (PSB), Hermes Lima e Domingo Velasco (ED).” Ver mais em: FLEISCHER, D. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 63-4.

⁵⁵ BENEVIDES, M. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 63-4.

⁵⁶ BENEVIDES, M. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 93-4.

⁵⁷ SKIDMORE, 2010, p. 91.

⁵⁸ BENEVIDES, M. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 90.

Entretanto, sem entrar no mérito desse debate, não se pode desmerecer, contudo, a decisiva atuação udenista para a queda do Estado Novo, seu objetivo primordial, em como sua permanência no contexto político nacional até os anos 60.

Em linhas gerais, pode-se estabelecer, portanto, que a UDN foi um dos pilares fundamentais para a oposição varguista. Para entrar no âmbito eleitoral, em 1945, lançou o brigadeiro Eduardo Gomes⁵⁹ à presidência, que perdeu para o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD.

2.2.2 O PSD

O Partido Social Democrático foi organizado – formalmente – em 9 de maio de 1945⁶⁰. Esse partido é entendido pela historiografia como fruto do “ventre do aparelho burocrático” varguista, cuja base econômica daqueles que estavam inseridos no partido consistia, sobretudo, nos grandes proprietários agrícolas e industriais⁶¹. Além disso, o PSD também chegou a ser rotulado pela historiografia como o partido que fora feito pela “mão direita” de Vargas⁶², pois os interventores e outros políticos do Estado Novo eram oriundos do então regime político vigente.

Em outras palavras, os principais componentes do PSD seriam políticos inseridos no próprio Estado Novo, interventores estaduais e seus seguidores que eram remanescentes da estrutura administrativa então vigente. Ao lado deles, estariam grandes proprietários rurais e alguns industriais que haviam lucrado com o regime político ainda em exercício⁶³. Claramente, entrariam no PSD àqueles que correspondiam a uma classe média alta. Em comparativo, equivaleria a grande maioria do público que comportava a UDN.

⁵⁹ Eduardo Gomes, carioca, militar, brigadeiro da Aeronáutica. Participante da vida política no Brasil desde o princípio de sua carreira. Sua primeira candidatura à presidência vinha com o espírito de ser capaz de “galvanizar a opinião pública”, sendo um nome de tradição democrática saído das forças armadas, constituiu a primeira parte de um plano de ação estabelecido pelo grupo contrário a Vargas. O já referido José Américo recomendava que Eduardo Gomes fosse escolhido candidato da oposição à presidência. Recebeu o apoio da imprensa oposicionista a Vargas, sobretudo pelo jornalista Carlos Lacerda. Mesmo assim, saiu derrotado das eleições. Retornaria à cena das eleições presidenciais com as articulações para a sucessão de Dutra em 1948. Novamente derrotado, dessa vez por Vargas. Todas essas informações foram extraídas em sua totalidade do verbete “Eduardo Gomes” no site do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/>. Consultado em: 04.09.2014.

⁶⁰ Segundo David Fleischer, as negociações para a organização do PSD datam de 8 de abril daquele ano, quando as forças getulistas deram início ao partido, com um grande comício em Belo Horizonte, sob a tutela do interventor mineiro, Benedito Valadares. Reuniões similares foram realizadas em todas as capitais estaduais naquele mês, com a convocação de todos os prefeitos municipais nomeados durante o Estado Novo. Ver mais em: FLEISCHER, D., *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 48-9.

⁶¹ CORTÉS, 2007, p. 172.

⁶² AGGIO; BARBOSA, COELHO, 2002, p. 43.

⁶³ DELGADO, 2011, p. 33.

A partir de uma interpretação das ações varguista, Carlos Cortés identifica, em 1945, com a iminência da formalização de partidos políticos, a organização do PSD viria ao encontro da tática getulista em não permitir que “um só grupo ou partido ganhasse muita força ou se tornasse sua única fonte de apoio⁶⁴”. Disso resultaria, portanto, a ideia da criação de um partido pela “mão direita”, o PSD e de outro, pela mão esquerda (fazendo referência ao PTB).

Nas palavras de Lucia Lippi, o PSD foi herdeiro dos vínculos do que Estado Novo estabeleceu no pós-45:

“Em 1945, quando se estrutura o sistema partidário e se realizam eleições, os canais de ligação entre o Estado Novo e as forças sociais estavam ainda assegurados. O peso da estrutura do Estado Novo na política posterior vem sendo acentuada na literatura, e os autores tendem a reafirmar a importância da máquina governamental no período pós- 45. O PSD se coloca como herdeiro direto desta estrutura, pois congrega, em sua origem, predominantemente, aqueles homens que tinham sido governo até então”⁶⁵.

A destacar, é atribuído a Benedito Valadares (político mineiro) à tomada de frente para a constituição do PSD, com o beneplácito de Getúlio Vargas. Este, por sua vez, não se filiou ao partido, ao contar com o apoio das oligarquias estaduais, haveria uma determinada lógica para que essas oligarquias dessem continuidade ao seu projeto político. O PSD foi o partido que teria como forte candidato à presidência o já referido general Eurico Gaspar Dutra⁶⁶, que fora lançado em 1º de julho⁶⁷. Mais do isso, esse seria o partido que tomaria à frente do poder já em 1946.

⁶⁴ CORTÉS, 2007, p. 172.

⁶⁵ LIPPI, L. *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 109.

⁶⁶ Nascido em Cuiabá, o general Dutra, atuando pelo PSD ao longo de 1946 a 1950 conduziu um governo com um tom de “continuidade militar”. Conforme o combinado, o PTB ficou com o Ministério do Trabalho entregue ao mineiro Otacílio Negrão de Lima. O caráter conservador e antivarguista do governo Dutra apareceu com maior nitidez, desde o início, na esfera dos demais cargos importantes de nomeação direta do presidente. A maior parte do ano de 1946 foi dominada politicamente pelos trabalhos parlamentares de elaboração e votação da nova Constituição. Apesar de ter mantido suas linhas básicas concordantes com o esquema da aliança PSD-UDN, a política econômico-financeira de Dutra sofreu uma inflexão em 1947, quando se constatou ter o país esgotado rapidamente as reservas de divisas (pouco mais de setecentos milhões de dólares) amealhadas durante a Segunda Guerra Mundial. A política do período 1946-1947, baseada em um mínimo de controles em cada setor, mostrou-se contraproducente. Durante o governo Dutra, o custo de vida sofreu uma elevação de 60%, mas o salário mínimo permaneceu o mesmo que fora fixado por Getúlio em dezembro de 1943 (de 240 cruzeiros antigos em Recife, a 380 no Rio de Janeiro). Ponto alto de seu governo foi o Plano Salte (das primeiras letras de saúde, alimentos, transporte e energia). Apresentado ao Congresso por mensagem presidencial em maio de 1948, viria a ser aprovado exatamente dois anos depois, embora consubstanciasse o programa a ser executado no período de 1949 a 1953. Dentro da experiência brasileira de planejamento federal de âmbito plurissetorial, foi o único plano que recebeu exame e aprovação prévia do parlamento. Com a situação econômica decadente do governo Dutra, as eleições de 1950 com a candidatura de Vargas, a saída de Dutra da presidência foi apenas questão de tempo. Todas essas informações foram extraídas em sua totalidade do verbete “Eurico Gaspar Dutra” no site do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/>. Consultado em: 04.09.2014.

⁶⁷ SKIDMORE, 2010, p. 84.

2.2.3 O PTB

Conforme foi observado acima, uma das características da política varguista no contexto de 1945 foi não permitir que “um só grupo ou partido ganhasse muita força ou se tornasse sua única fonte de apoio”. Ao lado disso, se por um lado os partidos até então citados davam conta de uma parcela de classe média alta, por outro lado, havia uma grande parte da população brasileira, os trabalhadores, os quais não estavam contemplados nas organizações que estavam se estabelecendo.

O PTB, segundo Fleischer, refletiria em uma “agremiação urbana equivalente do PSD”. A organização do PTB aproveitava a estrutura dos sindicatos “oficiais” estabelecidos durante o Estado Novo e vinculados aos Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O PTB serviria, ainda, como contrapeso aos esforços do Partido Comunista Brasileiro entre os trabalhadores urbanos, que ameaçava seriamente a tutela ‘oficial’ nos sindicatos⁶⁸.

Observa-se, contudo, que a origem do PTB, segundo parte da historiografia, não deixa de dialogar com o já referido Movimento Queremista⁶⁹. Para autores como Jorge Ferreira, muito da institucionalização do PTB está articulada pela forte mobilização conduzida pelo Queremismo⁷⁰. Outras análises, como a de Delgado, ainda que essa autora entenda o queremismo como um fator muito relevante, mas não fundamental para o surgimento do referido partido, Delgado concebe que entre quemistas e petebistas existiu uma confluência, fortalecida pela aproximação incentivada por Vargas e pelo Ministério do Trabalho⁷¹.

Desde a sua fundação, o PTB, de certa forma, apresentou diferenciais no cenário político se comparado a UDN e do PSD. O partido trabalhista, desde o princípio, esteve próximo às classes populares. Segundo Ângela de Castro Gomes, o PTB “aproveitou-se” dos efeitos sociais decorrentes do queremismo e incorporou no partido muito dos membros daquele movimento.

Diego Orgel Dal Bosco Almeida, ao abordar brevemente essas questões, sintetiza a respeito do encontro oficial entre membros do queremismo e dos trabalhadores para a formação do PTB:

⁶⁸ FLEISCHER, D., *In*: FLEISCHER, D., 1981, p. 48-9.

⁶⁹ Um debate aprofundado a esse respeito pode ser visto no trabalho de ALBERNAZ, 2006.

⁷⁰ Ângela de Castro Gomes, mesmo acusando as bases ideológicas dadas pelo trabalhismo ao queremismo, se abstém desse debate por não considerá-lo fundamental. E, além disso, para a autora, é preciso perceber que “do ponto de vista organizacional” trabalhismo e queremismo eram “coisas” diferentes. GOMES, 2005, p. 284.

⁷¹ DELGADO, 2011, p. 54.

“Em relação ao movimento queremista, cabe salientar que o mesmo era composto, quase que exclusivamente, por trabalhadores e sindicalistas, sobretudo por líderes sindicais que vieram a ter importância significativa na formação e consolidação do PTB (...) A participação dos sindicalistas na formação do PTB (...) é uma característica peculiar (...) em âmbito nacional”⁷².

Sem entrar no mérito da discussão a respeito do que representou, de fato, a inserção de populares da esfera do PTB, podemos destacar o que nos aponta Maria Celina D’Araújo: o partido petebista foi o que mais cresceu no cenário político-social brasileiro no intervalo de tempo de 1945 a 1964⁷³.

Deve-se destacar que a origem do partido trabalhista resulta, em grande parte, “de tradições políticas que circulavam entre os próprios trabalhadores”, e que, ao lado disso, sobremaneira, residiria um projeto varguista tanto para formalizar seu aparato eleitoral sob as hostes de desse partido quanto ter no PTB um respaldo para sua iminente queda⁷⁴.

É relevante atentar para essas questões, pois o PTB, nas palavras de Silva, pode ser entendido como o partido que viabilizou uma maior abertura política, o que, de certa forma, representou uma “evolução política pela dilatação do partido às classes populares”⁷⁵.

Seguindo essa perspectiva, Janes retoma a respeito da importância do partido petebista para com os trabalhadores. Para tanto, a autora retoma algumas questões em relação aos demais partidos que, naquele contexto, deixavam de incluir a massa trabalhadora:

“Logo, não só a UDN, como também o PSD, excluía a massa trabalhadora. Dessa maneira, não foi possível reunir num único partido todas as forças políticas de Vargas, como era o seu desejo. Seria preciso criar um partido que representasse os interesses do trabalhador. Então, no início de 1945, estabeleceu-se a hipótese de reunir as forças políticas ligadas a Vargas em duas organizações partidárias, o PSD e o PTB”⁷⁶.

O PTB, segundo Janes, era um partido que interessaria ao trabalhador, que buscaria seus eleitores dentro dos sindicatos e, ainda, que reuniria forças apoiadoras a Vargas. Criado em 15 de maio de 1945, seria uma das opções do chamado “continuismo na transformação”⁷⁷.

Avaliando a constituição do PTB pelo viés de um partido que iria buscar apoio nos trabalhadores sindicalizados, Duverger intitula o PTB como um “partido indireto”⁷⁸. O

⁷² ALMEIDA, 2007, p. 27.

⁷³ D’ARAÚJO, 1996, p. 15.

⁷⁴ DELGADO, 2011, p. 59.

⁷⁵ SILVA, 2010, p. 61.

⁷⁶ JANES, 2007, p. 44.

⁷⁷ JANES, 2007, p. 44-5. O termo foi, originalmente, utilizado Lucília de Almeida Neves Delgado para fazer referência ao momento histórico de formação do referido partido, concomitante ao período de desmantelamento do Estado Novo. Ao mesmo tempo que o Presidente Vargas saía do poder, ele deixava alinhavado o nascimento de um partido político. Ver mais em DELGADO, 2011, p. 31.

referido termo seria assim caracterizado devido à sua origem ligada ao recrutamento de eleitores nos sindicatos, o chamado alistamento *ex-officio*.

A autora Lucília de Almeida Neves em seu texto indica que a posição de Duverger tem sentido, na medida em que os sindicatos receberam incentivos do governo para ceder militantes ao partido trabalhista. Desse modo, portanto, o PTB possuiria, em sua origem, o perfil de um partido indireto e de massas, pois em seu início buscou os adeptos nas fileiras dos sindicatos⁷⁹.

Maria Celina D' Araújo também concorda que o PTB incorporou os dirigentes sindicais que eram participantes da estrutura sindical montada pela ditadura varguista e que, inicialmente, comandaram o partido. Todavia, esses mesmos fundadores, advindos das mais diversas esferas sociais, em sua maioria não teriam estabelecido uma carreira política dentro do partido⁸⁰.

A fim de melhor compreender a origem do PTB, não é possível deixar de observar seu estreito vínculo com a base sindical. Percebe-se isso pelo trecho a seguir de Janes:

“Nesse sentido, o PTB, ao mesmo tempo em que mantinha os sindicatos sob seu controle por meio do Ministério do Trabalho, dava-lhes poder ao mantê-los como órgãos de representação dos trabalhadores junto ao Estado. Por esse motivo, por estarem vinculados ao governo e terem esse poder de representação, os sindicatos também ajudavam a sustentar o próprio governo. Devido a essa posição intermediária, entre os sindicatos e o Estado, o PTB teve a devida tranquilidade para desenvolver suas características ideológicas e, sobretudo, ganhar poder pelo voto, à medida que ampliava sua base eleitoral e defendia o nacionalismo e as reformas de estrutura⁸¹.”

Retomando os argumentos de Delgado, as correntes envolvidas na formação petebista encontram-se, alternadamente, sob a nomenclatura de “tendências” ou de “facções”. Para essa autora, o desfecho dos acontecimentos políticos no Brasil, em fins de 1945, com a queda de Vargas e do Estado Novo, estão, em parte, relacionadas com a organização do PTB ocorrida pouco tempo antes.

A autora pontua, inicialmente, uma divisão interna partidária entre *getulistas* e *doutrinários ideológicos*. Delgado pondera que, ao longo da formação partidária trabalhista e, sobretudo no pós-54, o PTB vivenciaria, ainda, o desenvolvimento de uma outra vertente, os *reformistas*⁸². Entretanto, o que fica mais evidente ao longo da leitura é que Delgado, ainda

⁷⁸ DUVERGER, 1980, p. 41.

⁷⁹ JANES, 2007, p. 45.

⁸⁰ D'ARAÚJO, 1990, p. 197.

⁸¹ JANES, 2007, p. 50-1.

⁸² DELGADO, 2011, p. 59 a 78.

que deflagre tendências discordantes, tanto ideológicas, quanto políticas, entre os grupos formadores, permanecia inalterada algumas propostas, tais como a linha nacionalista, distributivista e desenvolvimentista que permearia esses grupos.⁸³

A respeito do primeiro grupo citado, os *getulistas*, para a autora, esse grupo seria constituídos por nomes como: Agamenon Magalhaes, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Salgado Filho, Segadas Viana. A proposta de atuação por parte desse grupo residiria no cultivo do carisma de Vargas como instrumento de mobilização política e social e de consolidação do próprio PTB. O suporte encontrado para essa proposta foi a estrutura do Ministério do Trabalho (e, em decorrência, os sindicatos e as previdências) e a doutrina do Partido Trabalhista Inglês.

Já os representantes do grupo de *doutrinários ideológicos* eram profissionais liberais, intelectuais gaúchos, tais como: Alberto Pasqualini, Lucio Bittencourt, Fernando Ferrari. Após a queda de Vargas, aponta a autora, houve um movimento de reorganização partidária devido àquele novo contexto e, as duas vertentes acabaram por ramificar-se em diferentes pontos de vista para o sucessor de Vargas. Naquela conjuntura, os votos dos participantes, justamente com Vargas, decidiram, estrategicamente, que o apoio ao candidato Dutra, do PSD, seria o nome mais indicado ao pleito.

Por fim, os *reformistas*, surgidos com atuação mais destacada no contexto dos anos 50, seriam os responsáveis para apontar caminhos de atuação política mais autônomos no seio do partido.

Em outra proposta de análise, sob o argumento de Maria Celina D'Araújo, é possível identificar que essa autora propõe que a construção do PTB não fugiu à regra dos demais partidos em 1945, todos de cunho nacional, subdividindo-se em níveis federal, estadual e municipal.

Para a autora, dentro do PTB, por sua vez, se vivenciou uma coalizão dirigente oligárquica e centralizadora, a qual era “típica de partidos com o recorte do PTB⁸⁴”. Tal constatação, é segundo a autora, resultado de sua constituição realizada sob forma centralizada e que tinha em sua Convenção Nacional o ápice de sua instância decisória. Possivelmente, sua rígida cúpula nacional viabilizou longos mandatos e respaldou-se na figura varguista como elemento unificador do partido. Disso, resulta como última análise, para autora, que acima de suas vertentes, as bases do PTB são voltadas para um viés carismático de Vargas, sobretudo.

⁸³ JANES, 2007, p. 64.

⁸⁴ D'ARAÚJO, 1996, p. 85.

Conforme se percebe, há uma falta de consenso historiográfico que permeia essa análise a respeito das correntes formadoras do PTB. Segundo Almeida, quando relacionado ao PTB, “(...) a historiografia e a ciência política construíram alguns esquemas teóricos de interpretação que caminham pelo viés dos conceitos de populismo e de trabalhismo, do personalismo político e do carisma de Vargas”⁸⁵.

Por outro lado, se essas temáticas “foram pioneiras no sentido de compreender a forma pela qual se deu a formação e posterior ação do PTB nos diferentes níveis de escala”, por outro lado, “tais estudos apontam para muitas outras questões que ficam postas para pesquisas posteriores, pois em suas considerações finais, encaminham outras diversas possibilidades de pesquisa”, devido à “complexidade existente nas novas abordagens que, muito mais do que explicarem todas as questões, acabam abrindo novos flancos de pesquisa e interpretação”⁸⁶.

De todo modo, quando lançado, em 1945, o PTB contou com os seguintes membros para sua Comitativa Nacional: Getúlio Vargas (Presidente), Danton Coelho (1º Vice-presidente), Dinarte Dornelles (2º Vice-presidente), Eptácio Pessoa (3º Vice-presidente), Paulo Baeta Neves, (4º Vice-presidente), José Arthur da Frota Moreira (Secretário-Geral), Romeu José Fiore (Tesoureiro-Geral), dentre outros⁸⁷.

Como é possível observar, o PTB congregou elementos sociais distintos, contou com grande apoio sindical e manteve a figura varguista como síntese das propostas trabalhistas.

Desde o princípio, esse partido foi marcado por cisões internas, como em relação ao momento imediatamente após o golpe que depôs Getúlio do poder, em 29 de outubro de 1945. Ali, houve uma cisão no partido, sobretudo em relação às eleições para presidente da República. A referida cisão foi consequência das divergências reveladoras de tendências e facções, que, segundo Delgado⁸⁸, iriam se confrontar durante toda a trajetória do partido.

Novas posturas ideológicas no PTB iriam florescer após a morte do presidente de honra, Getúlio Vargas, sobretudo com a atuação de partidários que visavam maior independência partidária. Mesmo assim, é preciso destacar que, ao longo de todo esse

⁸⁵ Nos interessa, aqui, pontuar as análises a respeito da formação do PTB em nível nacional, ainda que destacando, quando necessário, a formação partidária petebista gaúcha. Pois é a partir dela que João Goulart entra na cena política brasileira.

⁸⁶ ALMEIDA, 2007, p. 12.

⁸⁷ A relação dos membros do PTB, em sua Comitativa Nacional consta no site: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV4&pasta=GV%20c%201951/1954.00.00/15> A destacar, Alberto Pasqualini também foi integrante dessa comitativa. A importância de sua participação é tratada a seguir. Acesso em 07.09.2014.

⁸⁸ DELGADO, 2011, p. 273.

processo, permaneceu - como eixo central do partido - a estrutura nacionalista, a distributiva, a desenvolvimentista e a forte ligação com os trabalhadores”⁸⁹.

A fim de contribuir com as análises que dão conta a respeito da elaboração do PTB, mas não se constituindo de forma exaustiva, o próximo passo da análise é pontuar um outro momento de elaboração do PTB, àquele que compete ao caso gaúcho.

2.3 A FORMAÇÃO PETEBISTA GAÚCHA

É sob um olhar regional, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, que se observa especificidades na formação partidária petebista gaúcha. Foi a partir dela, por exemplo, que houve o surgimento de expressivas figuras políticas petebistas, as quais foram condicionadas a uma atuação nacional relevante no cenário político brasileiro.

Exemplo disso, segundo Miguel Bodea, seria a figura de João Goulart. Para Bodea, é a partir do partido político que se forma, *a posteriori* o carisma do político. O trecho a seguir sintetiza essas ideias:

“(...) fica evidente que os grandes líderes do movimento trabalhista gestam, fortalecem, projetam e reproduzem a sua liderança essencialmente a partir da sua ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não, como muitos parecem supor, a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular. O carisma, quando houve, desenvolve-se *a posteriori*”⁹⁰.

Criado oficialmente em dois de outubro de 1945, a sede provisória do PTB gaúcho seria na Praça Parobé, 120. Tais informações estão contidas na Ata nº 1 do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro. Naquela ocasião, trinta e três pessoas que o integravam eram sindicalistas, apenas duas eram bacharéis e o referido grupo tinha, até aquele momento forte ligação com o PSD⁹¹.

Segundo Albernaz, a organização do PTB no Rio Grande do Sul adveio, sobretudo, do exemplo de formação partidária petebista carioca. Percebe-se isso no trecho a seguir:

“Os sindicalistas trabalhistas gaúchos tomam ciência da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio de Janeiro. Partido que recebe o apoio de Vargas e, logo, se alinha ao quererismo nacional. Assim, a ala-trabalhista do PSD, após uma deliberação entre seus membros, funda o PTB no Rio Grande do Sul, que

⁸⁹ JANES, 2007, p. 61.

⁹⁰ BODEA, 1992.

⁹¹ ALBERNAZ, 2006, p. 145.

tem em sua organização José Vecchio, e seu ex-secretário na ala trabalhista do PSD, Sílvio Sanson. Ambos ligados ao queremismo gaúcho”⁹².

Para Albernaz, os organizadores do PTB gaúcho são entendidos como elementos que já possuíam determinada trajetória na vida político-partidária, tais como José Vecchio. Mais do que isso, esses envolvidos na elaboração do partido petebista gaúcho mantinham relações de apreço por Vargas e tinham a preocupação em manter vínculos com o ex-presidente, sobretudo após sua queda. Infere-se isso pela citação a seguir:

“José Vecchio, Sílvio Sanson e Zilmar Vasconcellos (...)assinam carta para Getúlio Vargas pedindo a este que assuma a presidência do partido, que, embora datada de 29 de outubro, provavelmente, deve ter sido escrita em 29 de novembro, pois é remetida para São Borja, e trata de assuntos ocorridos no final de novembro. Nessa carta enviam a Getúlio Vargas a “solidariedade ao sacrifício pessoal que se consumou com a mensagem de apoio à candidatura Gaspar Dutra”. E ainda, lamentam “as confusões surgidas no âmbito do PTB”, afirmam que a Comissão Executiva Nacional não assumiu compromisso algum”⁹³.

Ao lado disso, outra compreensão a respeito da formação do PTB, que também enfoca um olhar regional e mantém uma análise mais demorada, é encontrada em Miguel Bodea. Segundo ele, o PTB gaúcho foi fruto de três vertentes: uma corrente *sindicalista*, uma corrente *doutrinário-pasqualinista* e uma corrente *pragmático-getulista*. Dotadas de origens distintas, a integração entre elas ocorreu em diferentes etapas e diversas formas, mas cujos membros ganharam, posteriormente, projeção nacional⁹⁴.

A corrente sindicalista teria sido formada por um núcleo de lideranças sindicais que se forjaram no Estado Novo ou, se feitas antes deles, se mantiveram no período posterior. Para Bodea, aqui residem os verdadeiros fundadores do PTB no Rio Grande do Sul. Esse grupo havia atuado no movimento queremista no RS. Alguns de seus membros saíram, inclusive, de alas pessedistas. Em 14 de setembro de 1945, fundam, oficialmente, o PTB, assinada pelos líderes sindicais que participaram da fundação: José Vecchio, Sílvio Sanson, entre outros.

Já a corrente doutrinário-pasqualinista teria se organizado a partir da reunião de intelectuais progressistas ao redor de Alberto Pasqualini. Pasqualini foi precursor da União Social Brasileira (USB), um movimento de cunho sócio-político de 1945. As ideias da USB entrariam em consonância ao que seria proposto pelo PTB. Inicialmente, não houve intenção em filiar-se ao PTB. A “porta-aberta” para o encontro com Vargas residiu no seu interesse

⁹² ALBERNAZ, 2006, p. 146.

⁹³ ALBERNAZ, 2006, p. 143-5.

⁹⁴ BODEA, 1992, p. 20 a 31.

em “preservar a legislação trabalhista” e das conquistas sociais. Divergências entre Vargas e Pasqualini serão abordadas a seguir. USB e PTB encontram-se, oficialmente, em 31 de outubro de 1945.

Na fala de Bodea, é válido destacar alguns elementos de análise os quais melhor organizam nosso entendimento acerca da formação petebista para o nível nacional. Segundo ele, origem do PTB no Rio Grande do Sul, quando atrelada à USB, conferiu ao partido um caráter bastante distintivo, pois “era a única seção que absorveria um certo grau de elaboração doutrinária”⁹⁵.

A esse respeito, dos vínculos da USB com o PTB, é possível identificar um alerta feito por Albernaz. Esse autor quer dar destaque para uma distinção entre USB e PTB, no sentido que, houve consonância entre ambos, sobretudo, pelo viés da doutrina e não pelas bases. Para esse autor, a USB possuía um quadro de pessoal heterogêneo, mas intelectualizado, no qual encontravam-se profissionais liberais, intelectuais e, inclusive, um banqueiro, o que contrastava com a formação do partido trabalhista, naquela época, “a fisionomia de um partido de trabalhadores”⁹⁶.

E, além disso, o “encontro” entre a USB e o PTB se deu um contexto eleitoral, por uma necessidade desse último de coalizar com a primeira, pois a partir dessa aliança, o PTB poderia apresentar candidatos para os cargos de deputados federal. O encontro oficial entre as duas agremiações se firmou em 31 de outubro de 1945⁹⁷.

Retomando o argumento de Bodea, por fim, a chamada corrente *pragmático-getulista* ingressaria no PTB, segundo Bodea, em 1946, após o pleito presidencial de dezembro de 1945. Políticos oriundos do PSD vieram por orientação de Vargas para o PTB para as eleições de 1947. O próprio João Goulart teria feito essa migração partidária por influência varguista.

É a partir desses parâmetros que podemos ponderar a respeito da formação partidária petebista no Rio Grande do Sul. Conforme se observa, não há, novamente, consenso a respeito de sua formação. Algumas análises, tendem a observar que a agremiação petebista estadual foi composta, quase que em sua totalidade “por ativistas queremistas, na maioria presidentes de sindicatos”⁹⁸. E, em contrapartida, outras análises que concebem a formação desse partido como fruto de variadas vertentes oriundas de grupos sociais distintos.

⁹⁵ BODEA, 1992, p. 28. Essa informação torna-se valiosa para a análise na medida em que passarmos a pontuar o ingresso de João Goulart no PTB gaúcho e, posteriormente, sua projeção nacional.

⁹⁶ ALBERNAZ, 2006, p. 151.

⁹⁷ ALBERNAZ, 2006, p. 148. A USB provém do Movimento de Articulação Popular de Adesão e Apoio ao Programa Social de Alberto Pasqualini.

⁹⁸ ALBERNAZ, 2006, p. 146.

De todo modo, pode-se inferir que a caracterização do PTB no Rio Grande do Sul não surgiu, aparentemente, atrelada à estrutura do Estado Novo, mas muito mais por interesses políticos e ligados à figura varguista. É preciso destacar, ainda, a figura de Alberto Pasqualini como integrante de grande relevância para elaboração desse partido trabalhista. Foi a partir de sua experiência no PTB que ele passaria a ser conhecido como o “doutrinador do trabalhismo brasileiro”.

Tendo ponderado a respeito da composição do PTB tanto em nível nacional, quanto regional, nosso próximo passo é atentar para as questões doutrinárias desse partido.

2.4 O TRABALHISMO COMO DOCTRINA, O PENSAMENTO DE ALBERTO PASQUALINI

Passaremos a destacar, a seguir, as ideias de Pasqualini, lançadas no início dos anos 40, as quais, conforme tentaremos apontar, foram incorporadas, em grande parte, no programa do PTB pouco tempo depois.

A obra que, sobremaneira, nos auxilia nessa compreensão é *Bases e Sugestões para uma Política Social*⁹⁹. Mesmo que tenha sido lançada apenas em 1948, é preciso ter em mente que o conjunto de textos que formam a obra retrocedem para as datas entre 1941 e 1946, período de formação e de amadurecimento das ideias pasqualinistas¹⁰⁰.

Bases e Sugestões está dividida em quatro momentos, sendo os três primeiros deles de maior destaque para nosso estudo, pois se constituem em uma análise mais demorada e mais rica em detalhes: Crédito lucrativo e Crédito Social, Trabalhismo e Solidarismo, Um Mundo Baseado na Cooperação e, a quarta parte, Notas (somando um total de 15 delas)¹⁰¹.

⁹⁹ Esse texto sofreu alterações e acréscimos ao longo dos anos. A primeira, em 1958, sendo uma versão ampliada e outra edição, em 1994, comemorativa, assinada por Pedro Simon.

¹⁰⁰ Há um relativo consenso historiográfico em pontuar a figura de Alberto Pasqualini como o doutrinador do PTB, sobretudo em relação ao conceito de trabalhismo. Muito do que contém o programa partidário petebista é extraído da obra pasqualinista. No “Parecer de Reforma do Programa do PTB”, membros do Diretório Regional do Distrito Federal concordam que o texto prévio redigido por Alberto Pasqualini é de extrema significância e que, muito do que está ali precisa apenas ser preservado, o que não impede de alguns ajustes e acréscimos. O documento está disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV3&pasta=GV%20c%201949.06.27/1>

Acesso em: 07.09.2014.

¹⁰¹ As “Notas” são textos de Pasqualini publicados em jornais gaúchos. São leituras mais rápidas, de caráter mais informativo: Capitalismo e socialismo, Parceria, acionariado, empresas de economia mista; Participação dos trabalhadores nos lucros; A justa repartição e os fatores de usura social; Estado, estatização, socialização, nacionalização; O juro e a doutrina da Igreja; As economias dos pobres aumentam a fortuna dos ricos; Recuperação social, colônias agrícolas, organização rural; Despesas militares, solidariedade continental; Anteprojeto de Instituto de Crédito Social; Partidos políticos e objetivos do trabalhismo; Vários tipos de

2.4.1 CRÉDITO LUCRATIVO E CRÉDITO SOCIAL

Nessa primeira parte da obra, Alberto Pasqualini quer apresentar questões acerca do “Crédito lucrativo e crédito social”. O debate é extenso, mas pode-se destacar na fala do autor que seu interesse, ao falar sobre crédito, é pontuar distinções fundamentais sobre o regime capitalista acima do regime socialista; estabelecer porque o capitalismo torna-se mais apto em nossa sociedade; apresentar as mazelas sociais brasileira e possíveis soluções para as mesmas, indicando, sobretudo, a presença e atuação do Estado nesse contexto.

Para Pasqualini, a existência do capital deve promover “(...) o desenvolvimento da economia, a multiplicação e o aperfeiçoamento dos meios de produção, a fim de que possam atender cada vez melhor às necessidades humanas, ao conforto dos indivíduos e ao progresso social”¹⁰².

O autor ressalta que o modelo capitalista visa o lucro, enquanto o socialista visa a satisfação das necessidades, mas o autor retoma seu posicionamento indicando que, de fato, a produção capitalista também se destina à satisfação de necessidades humanas. E, além disso, ele pontua que outros aspectos do socialismo inviabilizam esse sistema de ser o mais apto para as relações de trabalho. A esse respeito diz o autor:

“Mas, a economia capitalista não se distingue da economia socialista apenas quanto à propriedade dos meios de produção e à liberdade de iniciativa. Há entre ambas, pelo menos teoricamente, outro traço diferenciativo de primacial importância e que concerne ao fim: o empreendimento capitalista *visa o lucro*, ao passo que o empreendimento socialista visa o consumo, isto é, a satisfação de necessidades. Há, no primeiro, predominantemente, um intuito e um interesse *privado, individual*, enquanto no segundo existe um objetivo *coletivo ou social*. (...) Sob este aspecto parece manifesta a superioridade da produção socialista, há, entretanto, fatores negativos que tornam, em determinadas circunstâncias, o sistema socialista de produção menos apto para beneficiar o trabalhador e o consumidor e, portanto, para realizar os seus próprios fins”¹⁰³.

Ao final, fazendo referências aos “fatores negativos” presentes no regime socialista, esses não seriam encontrados no regime capitalista, pois, o capitalismo seria mais benéfico na

capitalista; O socialismo e as Encíclicas; O programa trabalhista às eleições de 19 de janeiro de 1947; A curva e a assíntota (essa última extraída das versões posteriores).

¹⁰² PASQUALINI, 1948, p. 5.

¹⁰³ PASQUALINI, 1948, p. 2.

medida em que reunia o uso da técnica, da inteligência e do braço humano ou, em outra palavra, pelo uso do *trabalho* do homem¹⁰⁴.

Sem aprofundar, ainda, a respeito das questões referentes ao “trabalho”, as palavras do autor dão destaque para as leis vigentes no Brasil, as quais não eram aplicadas de forma correta. Conforme a Constituição brasileira previa (sobretudo os artigos 145 a 147), “todos” teriam direito a uma existência digna, de bem-estar comum e, para esse fim, caberia ao Estado intervir, se necessário, no domínio econômico, monopolizar determinada indústria ou atividade quando necessário.

Em seguida, o autor passa a se referir às necessidades da população brasileira. Pasqualini, em seu texto, quer mostrar que conhece a realidade em que vive e aponta o conjunto de mazelas que aflige na sociedade:

“Ao lado dos que tudo possuem, estão os que vivem na mais completa carência: ao lado do palácio, o cortiço; ao lado do latifúndio, o marginal sem-terra, sem meios de produção e sem a possibilidade de adquiri-los; ao lado dos que dominam o crédito e finança, dos que tem à sua disposição quaisquer fundos para os seus empreendimentos, o trabalhador sem recursos, o pequeno agricultor privado de qualquer possibilidade de obter crédito e explorado pelo intermediário”¹⁰⁵.

Segundo ele, o problema econômico e social do Brasil poderia ser reduzido quando se ampliasse a capacidade de consumo do povo, sobretudo da massa camponesa, tendo em vista essa massa representava dois terços da população do país¹⁰⁶. Seria necessário, portanto, prevalecer a existência de uma “justiça social” e essa ser mantida em nossa sociedade:

“Um elementar princípio de justiça social exigiria, pois, que o lucro tivesse uma tríplice distribuição: uma parcela ao capitalista, como remuneração de sua iniciativa e de sua atividade coordenadora; outra parcela aos trabalhadores, devendo a terceira parcela reverter à coletividade, sob a forma de benefícios de ordem geral”¹⁰⁷.

Na medida em que o indivíduo tem acesso ao capital ele poderia satisfazer suas necessidades básicas, ele teria assegurada a possibilidade de um mínimo de conforto e bem-estar, participando dos benefícios da civilização e da cultura, pois esse seria o objetivo de “toda organização social”. Para que essa realidade fosse acessível a todos, competiria ao Estado disponibilizar uma oportunidade ao alcance de todos.

¹⁰⁴ PASQUALINI, 1948, p. 2.

¹⁰⁵ PASQUALINI, 1948, p. 6.

¹⁰⁶ PASQUALINI, 1948, p. 19.

¹⁰⁷ PASQUALINI, 1948, p. 19.

Mais do isso, a solução pasqualinista para essa realidade consistia, ainda, que nossas relações sociais se subordinassem “a uma nova concepção do capital, de modo que houvesse mais harmonia no desenvolvimento do processo econômico”. Nesse contexto, sob o âmbito capitalista, e não excluindo a figura do Estado, o autor destaca que até mesmo a prática da democracia está associada ao valor dado ao trabalho, ainda não exercido com plenitude em nossa sociedade:

“O trabalho só encontrará a sua valorização no dia em que o trabalhador puder viver uma vida de decência, de conforto e de bem-estar, o dia em que puder satisfazer certas necessidades complementares, que puder instruir-se, elevar o seu nível cultural, adquirir discernimento, tornando-se de fato um cidadão apto a participar da vida política da nação. Porque somente nesse dia teremos, efetivamente, alcançado as condições elementares para a realização e a prática da democracia”¹⁰⁸.

Sempre apoiando-se no texto constitucional, o autor estabelece que a figura do Estado é responsável por grande parte do progresso social pelo qual os indivíduos da sociedade precisam passar. Se a Constituição informa que o trabalhador é merecedor de um trabalho que lhe possibilite uma existência digna diz o autor: “É, portanto, dever constitucional do Estado pôr à disposição do indivíduo os meios de realizar uma existência digna”. E que esses meios, porém, poderiam diversificar de acordo com o gênero de vida, aptidões, capacidade e inclinações do indivíduo¹⁰⁹.

2.4.2 TRABALHISMO E SOLIDARISMO

Na segunda parte da obra, o autor vai apresentar as questões referentes ao “Trabalhismo e Solidarismo”. Interessante é observar que esse texto é um discurso proferido por Pasqualini, em Caxias do Sul, em dezembro de 1946, quando ele já estava vinculado ao PTB e era candidato ao governo do RS. O centro de debate desse segundo texto é pontuar a vigência do capitalismo em nossa sociedade, as variantes formas emergentes desse regime (capitalismo individualista e solidarista) e pondera argumentos em defesa de um capitalismo solidário. É apenas ao final que Pasqualini estabelece a relação entre a ideia de trabalhismo e capitalismo solidário.

¹⁰⁸ PASQUALINI, 1948, p. 7.

¹⁰⁹ Para elucidar melhor essas questões, o exemplo dado é a respeito de um agricultor, o qual não terá seus meios para garantir uma existência digna caso ganhe um cargo público, mas sim, atingirá o objetivo caso consiga terras e meios de produção. PASQUALINI, 1948, p. 7.

A tônica inicial é uma crítica ao modelo socialista, dando como exemplo o modelo russo, indicando que esse regime, do modo como era feito, poderia levar o homem à escravidão, pois ali criava-se duas classes, na qual “quem está embaixo não tem como pedir socorro”¹¹⁰. Possivelmente, a postura tomada por Pasqualini relaciona-se ao contexto pós-Segunda Guerra, quando se estabelecia a ordem bipolar.

Defendendo a ordem capitalista, Pasqualini define que o Brasil era um país “em fase pré-capitalista e de muita iniciativa privada”¹¹¹. E, em seguida, propõe uma subdivisão no mundo capitalista: o individualista e o solidarista.

O autor, no trecho a seguir, versa sobre as características do primeiro tipo de capitalismo, por ele concebido como individualista:

“Capitalismo individualista é o que tem como elemento psicológico o egoísmo. É o que pretende tudo para si, isto é, para os detentores dos meios de produção. Os métodos do individualismo, como já tive ocasião de observar, são os da luta, luta pela dominação, luta pelo sujeitamento do indivíduo a outro indivíduo, luta pelo ganho sem limites, sem considerações, sem escrúpulos. O pensamento do capitalista individualista é dirigido exclusivamente para o lucro, para a acumulação de riqueza, que quer para o seu exclusivo proveito. (...) para o capitalista individualista são estranhas quaisquer considerações de ordem ética ou social. (...) O capitalismo individualista propende, em suas últimas consequências, para o monopólio, para a hegemonia econômica, para a exploração do povo, para o imperialismo”¹¹².

Entretanto, Pasqualini quer mostrar que há outro tipo de capitalismo, àquele que visa atender necessidades humanas, bem como a existência de solidariedade entre essas necessidades. Nesse sistema de relações entre capital e trabalho há uma legislação justa, a qual pondera sobre o esforço e colaboração do trabalhador para a produção de riqueza nacional. Trata-se de um capitalismo humanizado, que se assenta na solidariedade social, é o chamado “capitalismo solidarista”:

“Ele exclui, de um lado, o capitalismo individualista e, de outro, a socialização dos meios de produção. Sua concepção fundamental é que o capital não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas principalmente, um meio de expansão econômica de bem-estar coletivo”¹¹³.

Por essas propostas, visando o coletivo, o autor determina, pela primeira vez em sua fala, que ao falar de trabalhismo, estaríamos nos referindo, justamente, a ideia de um

¹¹⁰ PASQUALINI, 1948, p. 39.

¹¹¹ PASQUALINI, 1948, p. 39.

¹¹² PASQUALINI, 1948, p. 40.

¹¹³ PASQUALINI, 1948, p. 48.

capitalismo de tipo solidarista e conclui: “Para nós, trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes”¹¹⁴.

2.4.3 UM MUNDO BASEADO NA COOPERAÇÃO

A terceira parte da obra, intitulada “Um mundo baseado na cooperação”, retrocede a um discurso de formatura que Pasqualini, sendo o professor paraninfo, havia proferido em 1944. A destacar, não fica evidente, ao longo de sua fala, que o ideal trabalhista estaria permeando toda a sua análise, é apenas ao final que isso entra, discretamente, como uma espécie de conclusão.

Quando se refere ao termo “cooperação” Pasqualini faz referência à ideia de que todo homem inseria-se em um “sistema de necessidades e de que toda a atividade humana se desenvolve no sentido da produção de bens e serviços para a satisfação dessas necessidades”. A cooperação entre os homens na realização desses movimentos é que deveria orientar o andamento de nossa sociedade.

Em seguida, o autor tece uma crítica na qual pontua que a produção econômica e industrial, então vigente, havia se transformado em uma fonte ilimitada de bens para os que dispõem dos meios de produção e de exploração para os que dela dependem¹¹⁵. Pasqualini justifica sua crítica apoiando-se no elemento religioso como peça para um melhor entendimento acerca das condições humanas e das condições de trabalho do homem. Nesse sentido, Pasqualini compara o trabalho humano a uma condição divina: “Porque, há duas maneiras de viver: do trabalho próprio ou do trabalho alheio. Parece-me que esta segunda forma é um desafio lançado à face de Deus. Não disse o Criador que o homem haveria de ganhar o pão de cada dia com o suor do seu rosto?”¹¹⁶.

Diante do anteparo religioso, o autor, ao lado dessas colocações, retoma a ideia da presença do capitalismo nas relações sociais e econômicas, defendendo que o capitalismo pode, sim, ser o caminho para o desenvolvimento social, desde que ele se pautar de princípios de cunho solidário. Pasqualini acredita que “(...) há no homem, além da animalidade, todo um conjunto de atributos psicológicos que lhe permitem distinguir o bem do mal, o justo do

¹¹⁴ PASQUALINI, 1948, p. 48.

¹¹⁵ PASQUALINI, 1948, p. 62.

¹¹⁶ PASQUALINI, 1948, p. 63.

injusto e de formular, enfim, julgamentos morais.”¹¹⁷ E, a partir disso, agir em sociedade de uma forma mais humanizada.

A respeito da essência humana, o autor defende que, dentro de cada homem, há sentimentos sociais de simpatia e de solidariedade, pois somos capazes de nos comover diante daquele que nada possui. Em contrapartida, o autor identifica que o individualismo tem sido, na ordem social vigente, um dos grandes males que abarcam nossa realidade, pois ele é responsável pelas ações egoístas, aquelas que desconsideraram o semelhante (antropofagia, escravidão e servidão)¹¹⁸.

Para o autor o processo social se constitui de duas tendências: individualista e socialista:

“(...) a primeira, tendo como epicentro os instintos egoístas e a segunda os sentimentos de simpatia e de solidariedade. (...) Os métodos do individualismo são os da luta, da luta pela dominação, pelo sujeitamento do indivíduo a outro indivíduo, da luta pelo ganho sem limite e sem considerações; os métodos do socialismo, que aqui defino simplesmente como uma crescente extensão da solidariedade social, são os da cooperação”¹¹⁹.

Ainda segundo Pasqualini, é a mentalidade então vigente naquela conjuntura que impedia o progresso, pois ela estava enraizada por sentimentos egoístas. Se percebe isso no trecho a seguir:

“A organização social e econômica será sempre o reflexo de uma mentalidade e enquanto essa mentalidade não evoluir e se aperfeiçoar, enquanto o homem não aprender a moderar os seus instintos egoístas e incluir, como condição de sua felicidade, a felicidade alheia, não poderemos ter esperanças de que haja, no mundo, paz, segurança e bem-estar”¹²⁰.

Por fim, segundo as ideias pasqualinistas, seria necessária nossa manutenção em um capitalismo de tipo solidarista por muitos anos, a qual nos iria conduzir a uma evolução social e moral, na qual sublimaríamos o egoísmo, desenvolveríamos sentimentos de simpatia e de solidariedade. A crença de Pasqualini é que chegaríamos em uma equação onde o mundo seria baseado na cooperação e aí residirá, plenamente, o ideal trabalhista.

¹¹⁷ PASQUALINI, 1948, p. 63-4.

¹¹⁸ PASQUALINI, 1948, p. 64.

¹¹⁹ PASQUALINI, 1948, p. 65.

¹²⁰ PASQUALINI, 1948, p. 68.

2.5 A ORGANIZAÇÃO DOUTRINÁRIA PETEBISTA: O PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Nossa intenção é pontuar aspectos que compuseram o programa doutrinário do PTB, destacando suas componentes as quais entraram em sintonia com a proposta de aproximação do partido para com as classes trabalhadores visando o bem-estar social coletivo.

A destacar, dois momentos merecem destaque na leitura que antecede a análise. Entrar em contato com o programa doutrinário do PTB é perceber, ora uma herança das ideias pasqualinistas, ora outra herança de ações de Getúlio Vargas. Sem se pretender exaustivo, na medida do possível, identificaremos possíveis aproximações entre as proposições referidas e o programa partidário.

Tendo Getúlio Vargas à frente do PTB, como seu presidente de honra, os petebistas atuaram, segundo se infere de seu programa partidário, sob uma perspectiva de amparo às classes populares. Já, aqui, uma primeira aproximação a Pasqualini, pois tanto Pasqualini quando o programa partidário, atuaram arregimentando essas classes populares que, até então, eram discriminadas, politicamente, pelas classes conservadoras. Desse modo, as estruturas das ações partidárias dos petebistas passaram a ser erguidas sob um tom de reformas sociais, a defesa da bandeira nacionalista-trabalhista. Com isso, o PTB mobilizou, sobretudo, eleitoralmente, as classes operárias urbanas. Nesse sentido, passamos a atentar mais detalhadamente para essas questões que estão presentes na elaboração doutrinária do partido trabalhista.

Dentre as temáticas mais expressivas encontradas no programa do PTB, destacam-se: a Reforma Constitucional, a manutenção da unidade nacional, a representação política do trabalhador, a manutenção da legislação social, a defesa do trabalhador rural, utilidade e o funcionamento da Justiça do Trabalho. Também ganham destaque as garantias de segurança de emprego e do trabalhador, o aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores, a autonomia das entidades sindicais, a representação das classes, a planificação econômica, o direito de greve.

Entram, ainda, em pauta, a atenção a questões como fontes de energia, transportes, indústrias, agricultura, comércio, imigração, extinção dos latifúndios, emergência do Movimento Cooperativista e salário profissional. Por fim, chama a atenção, um determinado

posicionamento em prol do espírito de solidariedade entre os cidadãos e a política de compreensão e ajuda entre as nações¹²¹.

Desdobrando melhor essas questões, em seu programa, o PTB estipulava que, por meio de um reexame da Constituição, determinados aspectos legais deveriam ser alterados a fim de promover um bem-estar social mais justo e mais amplo. Seria proibido extinguir quaisquer direitos constitucionais que, até aquele momento, beneficiavam e estavam assegurados aos trabalhadores. Os ganhos sociais dos trabalhadores já oferecidos, naquela conjuntura, atuavam, segundo o programa, como “regras fundamentais de equilíbrio entre o capital e o trabalho”¹²².

Em relação a Pasqualini, questões referentes à Constituição brasileira, conforme já observamos, também entraram em pauta. O ex-senador gaúcho deixou registrado, em sua obra fundamental, que esse conjunto de leis deveriam abarcar os direitos do trabalhador, promovendo seu bem-estar.

No programa trabalhista, assim como na obra de Pasqualini, o alcance do bem-estar social, ganha ênfase. Esse programa já estipulava que necessário estabelecer medidas que, de fato, atingissem o âmbito social, pois esse precisava passar por uma adaptação às suas reais condições. Desse modo, o programa petebista intitulava-se menos de teoria política e mais como prática social:

“(...) um melhor equilíbrio entre as classes sociais através do reajustamento das prerrogativas inerentes ao capital e ao trabalho com base na melhor distribuição das riquezas, restrições de lucros a um limite razoável e participação dos mesmos pelos trabalhadores, na extinção dos latifúndios, na realidade do crédito agrícola, na valorização do homem do povo, realizando, enfim, muito mais uma aspiração de caráter social do que uma teoria política”¹²³

Diante disso, a manutenção da unidade nacional sob o regime democrático e do voto direto e universal eram exemplos dos princípios da agremiação partidária trabalhista. A defesa da democracia é uma constante no programa petebista, pois ela, a democracia, era entendida por eles como “capaz de satisfazer” os sentimentos, as tradições e as aspirações dos indivíduos. Em Pasqualini também há um pensamento em relação à questão democrática. Suas colocações são mais específicas, pois convergem para a associação que ele propõe entre

¹²¹ As informações a seguir são do Programa do Partido Trabalhista Brasileiro extraídas de: CHACON, 1998, p. 468-484.

¹²² Pode-se apontar, aqui, a legislação trabalhista, CLT, doada por Vargas desde os anos 30. Esse tema será retomado a seguir.

¹²³ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1998, p.

democracia e valor dado ao trabalho do indivíduo. Na qual a primeira, quando existente, respalda a ação do segundo.

Seguindo nessa perspectiva do trabalho do indivíduo, mas enfocando a visão dos trabalhistas, esses, em seu programa, reforçam a validade da representação política dos trabalhadores por “legítimos trabalhadores”. Nesse momento, há um redirecionamento para a experiência da política sindical, pois ela, segundo o texto doutrinário, estava proporcionando ao governo “o ensejo de melhor auscultar os interesses das classes trabalhadoras” e, mais do que isso, “que, por meio dos representantes saídos do seu próprio seio, (levariam) ao exame dos órgãos do governo suas necessidades e as sugestões capazes de solucioná-las.

A respeito do vínculo que o programa dos trabalhistas propunha com a questão dos sindicatos, é possível identificar que, aí, mais do que uma aproximação com as ideias pasqualinistas, residiu uma continuação das ações varguistas. A estrutura sindical, vinculada ao Estado, era uma herança de longa data do governo Vargas, a qual reforçava os laços entre Estado e trabalhadores.

Nesse mesmo âmbito, outro aspecto em destaque é a referida “valorização das leis trabalhistas”. Exaltando a Consolidação das Leis do Trabalho, como “um marco venerável na História de nossa civilização e notável obra jurídica”, esse documento promovia o equilíbrio da vida social¹²⁴.

Em seguida, são enfocados, brevemente, os trabalhadores rurais. Assim como já havia lembrado Pasqualini, todos os direitos válidos aos trabalhadores urbanos seriam (ou deveriam ser) estendidos aos trabalhadores do campo, tendo em vista que esses últimos estavam “deslocados de seu próprio organismo”. E as práticas - como o êxodo rural - seriam minimizadas.

A regulamentação dessas relações de trabalho, em diferentes âmbitos, como rural e urbano, seriam regidos, segundo o programa do PTB, pelo desdobramento da Justiça do Trabalho. Deveriam ser erguidos, ainda, órgãos paritários da Justiça do Trabalho em todos os

¹²⁴ Nesse momento, o programa trabalhista explicita quais seriam os passos mais assertivos para o cumprimento da CLT, são eles: 1.º exigência de justa causa para despedida e conseqüente indenização, seja qual for o tempo de serviço, nunca sendo esta inferior ao correspondente a três meses de salário, desde que não comprovada a justa causa; 2.º participação eqüitativa nos lucros das empresas, proporcional ao tempo de serviço; 3.º autonomia das entidades sindicais; 4.º ampliação das representações de classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessem ao capital e ao trabalho; 5.º criação de quadros de acesso nas carreiras técnico-profissionais e aumento de salários relativo ao tempo de serviço, ao aprimoramento da capacidade profissional e ao rendimento do trabalho; 6.º extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados das autarquias, dos institutos paraestatais e das repartições do governo; 7.º inclusão dos trabalhadores rurais na classe trabalhista para efeito de subordinação à legislação do trabalho.

grandes centros trabalhistas do País e nos locais onde não fosse possível, haveria a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento.

O programa petebista via o trabalho como direito e obrigatoriedade de todo indivíduo, tanto quanto Pasqualini entendia essa mesma questão, de como trabalho era valoroso e fundamental para o homem. A doutrina petebista e as ideias de Pasqualini convergiam para a ideia de que o emprego do homem fosse “útil e regular”, mediante o pagamento de um salário razoável. E, pelas palavras do programa dos trabalhistas, o valor do trabalho fica evidente quando: “O dever de trabalhar é uma verdadeira obrigação e todo indivíduo deve, sob qualquer forma, cooperar para o bem-estar da Nação”¹²⁵.

O programa do PTB é alinhavado, sobremaneira, a todo o momento, pelo vínculo que o trabalhador deve manter com o aparelho sindical (âmbito citado anteriormente). O programa previa relativa autonomia a essas entidades, mas tal expressão é compreendida sob os seguintes aspectos:

“a) às entidades sindicais deverá ser assegurada maior autonomia especialmente no que concorre à escolha de seus dirigentes, abolindo-se a formalidade de homologação de eleições pelos poderes públicos, assim como os impedimentos para a reeleição de dirigentes; b) a ingerência de autoridades policiais nas associações trabalhistas deverá ser definitivamente prescrita, o que permitirá a convivência útil entre os sindicatos e o Estado, num ambiente de compreensão e paz social. c) aos representantes sindicais deverá ser assegurada íntima e constante participação, sem preponderância de qualquer deles em todos os órgãos que interessem ao trabalho e ao capital; d) devem ser eliminadas as restrições para o exercício do direito de voto aos sindicatos; e) os orçamentos sindicais não podem estar sujeitos a um demorado processo de exame, prejudicando as atividades das associações de classe”¹²⁶.

O tom que rege esse documento trabalhista é de sintonia entre partido e trabalhador. Onde ambos têm voz, compromissos e responsabilidades. Há uma busca de um ideário social, o qual será encontrado mediante uma cooperação entre as duas esferas. E, uma vez mais, o tom das ideias de Pasqualini pode ser observado. É do ex-senador gaúcho que essa proposta é elencada e utilizada como meio de ação para obtenção dos objetivos propostos pelo viés do trabalhismo.

Demais elementos do programa do PTB dão conta em promover uma maior integração para com o trabalhador. O Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, por exemplo, é apresentado como um mecanismo que visa assegurar completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias fica previsto. Seu caráter assistencialista dá ênfase à saúde do trabalhador e de

¹²⁵ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, *In*: CHACON, 1981, p. 434.

¹²⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, *In*: CHACON, 1981, p. 434.

sua família, incluindo, aí, casos de acidentes de trabalho, invalidez, aposentadoria, dentre outros.

Mesmo sob outros ângulos, o olhar sobre programa petebista conduz a uma percepção comum, que esse partido tem pretensões as quais não deixam de se guiar pelo princípio de bem-estar social geral. E, facilmente, sendo identificadas como eco das ideias fundamentais de Pasqualini. Ambos previam, nesse sentido, “um aumento de nível de vida” do trabalhador a fim de “se assegurar uma alimentação conveniente, assim como habitação própria e a preço acessível, melhor trato, recreio e educação das massas, considerada a pobreza como um perigo para a paz social”.

A pobreza, nesse contexto, é entendida, tanto por Alberto Pasqualini quanto pelo programa petebista, como “estado econômico de impossibilidade de satisfação das necessidades essenciais do homem em sociedade” e que, conseqüentemente, tornava-se um elemento de instabilidade social. Por isso, a fim de viabilizar que o trabalhador estivesse em condições dignas de trabalho para desempenhar suas funções da melhor forma, o programa do PTB previa, ainda, um constante aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores. Assim, sempre lhes seria ofertada ampla oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

Pelas palavras do programa petebista, o aprimoramento intelectual do trabalhador dependia, exclusivamente, das medidas tomadas pelas autoridades nacionais (e também locais) no sentido de facilitar aos cidadãos sua formação cultural “orientada de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos da coletividade”¹²⁷.

Em linhas gerais, a proposta do PTB abarcava todos os âmbitos da vida em sociedade. Valendo-se, ainda, para o âmbito econômico. A proposta de planificação econômica atuaria para ter em vista: o resguardo e estímulo da iniciativa privada; a ação direta do Estado quando a iniciativa privada for omissa ou inconveniente; e a ação supletiva e orientadora do Estado sempre que necessária. A partir desse viés, os setores a ela correspondentes também seriam cooptados¹²⁸.

¹²⁷ Tais medidas são: escolas primárias gratuitas e de frequência obrigatória, tornadas acessíveis, por sua localização, às populações infantis; disseminação por todo o território nacional de escolas noturnas gratuitas para alfabetização intensiva, ministração de ensino primário a adultos e adolescentes impossibilitados de frequência às escolas diurnas; multiplicação de estabelecimentos de ensino secundário gratuito, a fim de facilitar sua disseminação; desenvolvimento do ensino técnico-profissional e criação de estabelecimentos universitários para formação, em grau superior, de técnicos especializados; instalação de centros culturais e de recreação, com bibliotecas, discotecas, salões para concerto, teatro, conferências, projeções cinematográficas de caráter educativo etc., de modo a melhorar o índice intelectual do povo; efetivação da subordinação do ensino em geral ao governo federal e sua conseqüente padronização adaptada às necessidades dos meios de localização - urbanos, industriais e rurais - e fazendo-o assentar sobre bases mais objetivas.

¹²⁸ Aqui são retomadas propostas para os setores de fontes de energia, de indústrias, de transportes, de agricultura e de comércio.

Outro aspecto que ganha destaque é o referente estímulo ao espírito de solidariedade que deve prevalecer entre os cidadãos. Como programa trabalhista, o PTB mostrou-se engajado em desenvolver o espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, “sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria”. A unidade nacional seria reflexo dessa condição solidária. E, externamente, haveria a participação do Brasil em órgãos de mesmos princípios, como as Nações Unidas.

Procuramos, nesse primeiro momento, sistematizar separadamente as ideias de Alberto Pasqualini, bem como algumas das ações varguista, para, em seguida, verificar em que medida estavam presentes na formação doutrinária do PTB. A tônica forte do programa desse partido sempre foi os trabalhadores. Um partido criado, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, “sob chancela do Estado autoritário para atuar em um país não mais autoritário, mas, certamente, ainda conservador”¹²⁹. E que, ao lado disso, conforme já apontamos, foi construído com a participação ativa de trabalhadores, mesmo que, em grande parte, por aqueles que estiveram envolvidos com o movimento queremista.

Nesse primeiro momento, pudemos apreciar tanto o contexto de desmantelamento do Estado Novo, quanto da reorganização partidária vivida em 1945. Aprofundamos nossa análise na constituição do PTB, em seu âmbito nacional e regional e concebemos de que forma os trabalhistas se apresentam por meio de seu programa doutrinário, com quais aspectos sociais se aproximam.

No capítulo seguinte, passaremos a analisar a atuação política de um desses políticos trabalhistas, João Goulart, localizando, mais claramente, seu ingresso na vida pública, as orientações políticas recebidas, sobretudo por meio de Getúlio Vargas. Será possível, também, identificar as gestões de dois ministros do Trabalho anteriores a Jango, Danton Coelho e Segadas Viana, a fim de observarmos possíveis contrapontos nas suas diferentes atuações. E, ainda, apresentaremos, na medida do possível, aspectos referentes à atuação de Jango já como ministro e, ao mesmo tempo, líder nacional do PTB.

¹²⁹ GOMES, 2005, p. 302.

3 JOÃO GOULART: LÍDER TRABALHISTA E MINISTRO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*“Existe
Lá no Catete
Um palacete
Que vai se desocupar!...
Não adianta
O povo quer
Jango Goulart!...”
(marcha de Edgar Cardoso)*

Ao longo deste capítulo, serão abordados os principais momentos da trajetória política de João Goulart, desde suas relações com Getúlio Vargas ainda em São Borja, passando por seus primeiros passos na vida político-partidária até sua ascensão como principal líder do PTB e sua chegada ao Ministério do Trabalho.

Em seguida, faremos algumas referências aos ministros que ocuparam a pasta do Trabalho em momentos anteriores à chegada de Goulart a fim de estabelecermos contrapontos às suas diferentes gestões.

Por fim, apresentaremos alguns aspectos em relação à atuação trabalhista de Goulart, já como ministro, a respeito do PTB, da oposição sofrida na imprensa e no meio político e sua relação com os sindicatos.

3.1 JANGO, DE SÃO BORJA AO RIO DE JANEIRO, “NASCE” UM POLÍTICO TRABALHISTA

Em maio de 1952, aos 34 anos de idade, João Goulart tomou posse como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro. Dois meses antes, Jango havia sido reeleito presidente da Comissão Executiva desse mesmo partido no seu estado natal, o Rio Grande do Sul¹³⁰. Durante sua condição de presidente nacional do partido, ele recebeu o convite de Vargas para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em junho do ano seguinte.

¹³⁰ FERREIRA, 2011, p. 77.

João Goulart, o político que chegou ao MTIC, em 1953, teve, desde o início de sua carreira política, Getúlio Vargas como seu mais expressivo orientador político¹³¹. O legado trabalhista que acompanha a trajetória profissional de Jango é resultante, em nosso entendimento, da formação político-partidária recebida pelos ensinamentos de Vargas, não em sua totalidade, porém, em uma medida expressiva. Tal circunstância, iniciou-se devido ao laço de amizade estabelecido entre ambos em um período que retrocede ao convívio social de suas famílias no interior do Rio Grande do Sul¹³².

João Goulart¹³³ provinha de uma abastada família de fazendeiros da região de São Borja, posição social que permitiu sua inserção no ambiente político da região e o contato com outras famílias de mesma influência, como a dos Vargas. A historiadora Dilossane Silva sintetiza a esse respeito:

“Apoiado em alguns depoimentos, constata-se que João Goulart era oriundo de uma família com forte atuação na política local e estadual. O coronel Vicente Goulart, seu pai, tinha uma influente e destacada posição social, por ser membro da elite rural, portador de uma boa situação econômica e, principalmente, por ocupar cargos políticos, juntamente com as demais famílias tradicionais da região, como a família Vargas”¹³⁴.

O primeiro contato entre Vargas e Goulart está contido, como se observa, nas relações familiares. A aproximação pessoal de ambos os conterrâneos, por sua vez, é observada em meados dos anos 40 em um contexto mais específico, no desmantelamento do Estado Novo, com a saída de Vargas do poder e seu retorno a São Borja. Pode-se estabelecer, portanto, que

¹³¹ A historiadora Maria Celina D’Araújo aponta que, com a morte de Vargas, em 1954, entre os petebistas houve um crescente debate acerca do legado de Vargas. Nesse sentido, segundo a autora, estabeleceram-se duas frentes: uma, que viam em Goulart seu herdeiro político, outra, que abdicavam de sua sobrevivência institucional. A esse respeito ver: D’ARAÚJO, 1996, p. 100.

¹³² É importante destacar que não se constitui como nosso interesse reduzir a carreira de Goulart apenas aos ensinamentos políticos recebidos por Vargas. Em outra medida, enfatizamos sua relação com Getúlio como um pilar de grande relevância para o entendimento de sua vida pública, sem deixar de ter ciência de suas aptidões pessoais para seu protagonismo na cena pública.

¹³³ De nascimento, fora chamado João Belchior Marques Goulart. Nasceu na fazenda do Iguaraçá em primeiro de março de 1918 na cidade de São Borja. Não há consenso historiográfico a respeito do ano exato de nascimento de João Goulart. Alguns autores indicam, como Moniz Bandeira, que o ano correto seria 1919, mas devido à necessidade de idade mínima para ingressar no curso de Direito, a data teria sido alterada para 1918. A esse respeito ver: ALMEIDA, 2007, p. 19. Desde pequeno passou a ser chamado pelo apelido “Jango” que, posteriormente, também incorporou-se à sua identidade no meio político. BRAGA, 2004, p. 98. Jango teve os estudos custeados pelos pais, Sr. Vicente Rodrigues Goulart e mãe, Vicentina Marques Goulart (mais conhecida por Dona Tinoca) desde sua alfabetização até a formação como bacharel em Direito, já em Porto Alegre. Já formado, Jango não exerceu a profissão de advogado, quando, a partir de 1943 assumiu os negócios da família após a morte do pai. FERREIRA, 2011, p. 28.

¹³⁴ SILVA, 2010, p. 53.

a efetiva elucidação da trajetória política de Jango se dá pelo contato com Vargas a partir desse momento¹³⁵.

Conforme a historiografia nos apresenta, “exilado” em sua terra Natal, Vargas recebia as visitas de Jango. A respeito da profundidade e importância desse contato íntimo estabelecido entre Vargas e Goulart, indica Jorge Ferreira:

“As visitas ao ex-presidente tornaram-se mais frequentes, delas nascendo uma forte amizade entre ambos. Jango levava charutos para Vargas e conversavam durante horas. A admiração e o respeito que dedicava ao ditador deposto não passaram despercebidos a Getúlio. (...) Vargas encontrou naquele jovem o apoio e a dedicação que lhe faltavam num momento tão difícil. Goulart nada pedia, era rico, Vargas era homem isolado, desprezado pelas elites políticas do país. Tratava-se de um sentimento de amizade autêntico. Em poucos meses desenvolveu-se em Goulart uma profunda dedicação, lealdade e fidelidade a Vargas. O ex-presidente, por sua vez, passou a dedicar-lhe amor paternal.”¹³⁶

Por um lado, como se observa, as relações familiares entre os Vargas e os Goulart foram decorrentes da posição social de suas famílias. Por outro lado, a amizade entre Jango e Getúlio fora fruto de uma amizade surgida das visitas que Goulart começou a fazer na fazenda de Vargas no contexto de “exílio” vivida por esse último.

A relação pessoal entre Vargas e Goulart, com visitas às respectivas residências na região de São Borja seriam mantidas até 1954, com o falecimento do então presidente Vargas. Em 1952, por exemplo, Jango seria o único político convidado por Vargas a viajar, com o presidente, para uma visita à sua fazenda em sua terra natal¹³⁷. Além do laço de amizade, interesses políticos surgiriam ao longo do convívio entre os dois políticos e foram importantes para o estreitamento do vínculo entre as duas figuras.

Exemplo disso, pode-se apontar para a prática de Vargas em utilizar as propriedades de Goulart com finalidade política. O então presidente, ao longo de seu segundo mandato, tinha fluxo livre na fazenda São Vicente, que pertencia a Jango, para receber comissões a fim de deliberar sobre assuntos de interesses de políticos e de grupos sociais importantes da região. Nessas oportunidades, Getúlio utilizava também a pista de aterrisagem localizada no interior da fazenda, sendo recebido por seu irmão Ivan Goulart¹³⁸.

A presença de Goulart também seria verificada em espaços que originalmente seriam para ocupação apenas por Vargas. A esse respeito, observa-se que na sede do governo, o Palácio do Catete, Goulart possuía um gabinete próprio, desde o início dos anos 50. Mesmo

¹³⁵ ALMEIDA, 2007, p. 19.

¹³⁶ FERREIRA, J. In: GOMES, Â. (org.), 2004. p.282.

¹³⁷ *ÚLTIMA HORA*, 22/09/1952, p. 7.

¹³⁸ Diário Oficial da União (DOU) 17/09/1953, Imprensa Nacional (IN), Brasília.

não acumulando, ainda, funções na esfera Executiva, Jango recebia visitas de dirigentes sindicais e de trabalhadores, servindo como intermediário e negociador de assuntos comuns entre Estado e classe trabalhadora¹³⁹.

A partir dos relatos acima, pode-se perceber, inicialmente, que há uma crescente fidelidade pessoal e política na relação Vargas-Goulart a qual foi sendo estruturada desde o contexto de reclusão de Getúlio, sobretudo, entre 1945 e 1950. Esse vínculo torna-se evidente já em fins dos anos 40, na medida em que Jango entra, efetivamente, na cena política nacional.

Conforme apontou Ferreira, havia um “autêntico sentimento de amizade” entre ambos construído nesse intervalo de tempo. Mais do que isso, além da identificação pessoal, houve entre eles uma determinada identificação profissional, a qual não pode ser descartada.

Como referimos, os efeitos da identificação pessoal e profissional entre Vargas e Goulart são percebidos já em fins dos anos 40. Por indicação de Getúlio, Jango passou a investir na carreira pública. João Goulart surgia, na metade dos anos 40, sob as “hostes” de Vargas, e se tornaria, em pouco tempo, um político de expressão nacional.

O primeiro passo de sua caminhada na vida pública foi sua entrada como membro do PTB, em fins de 1945. Nas palavras de Silva, João Goulart tornou-se um “correligionário de confiança de Getúlio Vargas e aceitou o seu convite para organizar o PTB no município de São Borja, em 1946”¹⁴⁰.

Nessa região e sob orientação varguista, Jango participou ativamente da formação do PTB, auxiliando na organização de 27 diretórios e sendo presidente da sede do partido trabalhista de São Borja¹⁴¹. A participação de Jango na elaboração dos diretórios do PTB no Rio Grande do Sul foi mantida, conforme nos indica Almeida, no intervalo de 1945 a 1947. Período no qual foi fortalecida a amizade com Getúlio a fim de tornar Jango seu “melhor amigo e principal confidente”¹⁴². Ainda em 1946, Jango sob influência varguista, seria candidato a deputado estadual, pleito do qual sairia eleito¹⁴³.

Almeida nos alerta que, mesmo ao nos referirmos ao potencial político de Jango, suas habilidades pessoais para o ambiente político não podem ser desprezadas. Explica o autor a esse respeito:

¹³⁹ FERREIRA, 2011, p 71.

¹⁴⁰ SILVA, 2010 p. 59.

¹⁴¹ Segundo Jorge Ferreira, muitos desses diretórios foram pagos com dinheiro do próprio Jango. A esse respeito ver mais em: FERREIRA, 2011, p. 57.

¹⁴² ALMEIDA, 2007, p. 21-22.

¹⁴³ ALMEIDA, 2007, p. 19-21.

“Neste sentido, o ingresso de Jango na política não deve estar desprendido da dimensão pessoal que o ligava ao seu amigo Getúlio. Certamente, sua amizade com o velho trabalhista é preponderante para compreender todo o pensamento de Jango acerca do trabalhismo. O seu pensamento político fora moldado aos poucos, de forma gradativa e nas hostes do PTB. Jango ascendeu em prestígio, e isso se devia não somente a sua ligação com Vargas, mas, sobretudo, a uma certa habilidade no sentido de articular e negociar nos meandros internos da política”¹⁴⁴.

Na medida em que estipulamos que Vargas foi o orientador político de João Goulart, é preciso estabelecer, concomitantemente, algumas referências a respeito das ações do próprio Vargas as quais, por sua vez, demonstram a influência que esse político teve, de fato, na vida profissional de Jango. Sem proceder a uma exaustiva análise, é possível destacar alguns aspectos principais de Vargas enquanto político trabalhista se observarmos sua relação com três importantes aspectos: os trabalhadores, o PTB e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A respeito, primeiramente, de algumas referências a respeito de Vargas, como citamos acima, segundo Maria Celina D’Araújo e Ângela de Castro Gomes, desde o início de sua carreira, Vargas fora um líder incontestado e hábil. E que sua imagem popular foi construída gradativamente, desde sua chegada ao Executivo em 1930 e se consolidando no Estado Novo. Ainda segundo D’Araújo e Gomes, foi no exercício do poder “que esses atributos são construídos através de uma eficiente campanha política e ideológica”¹⁴⁵.

A ascensão de Vargas ao poder, pela primeira vez, em 1930, foi acompanhada, dentre outros motivos, pela sua preocupação em definir um novo pacto político, em inovar as relações políticas já defasadas com as práticas da Primeira República. Nessa empreitada, foi necessário o apoio de diferentes setores, como o dos militares, o da burguesia e, ainda, das antigas oligarquias nacionais¹⁴⁶.

Vitorioso naquela conjuntura, as possíveis incertezas políticas da permanência de Getúlio à frente da Presidência da República seriam mantidas até 1937, naquele ano foram desarticuladas com a instauração do Estado Novo, um golpe articulado pelo próprio presidente. A estabilidade desse novo regime seria fundamentada nos compromissos estabelecidos entre Estado para com a classe trabalhadora, por meio do chamado “pacto trabalhista”, termo cunhado pela historiadora Ângela de Castro Gomes que exemplifica o modo como o Estado, comandado por Vargas, se realizou com os trabalhadores.

¹⁴⁴ ALMEIDA, 2007, p. 24.

¹⁴⁵ D’ARAÚJO; GOMES, 1987, p. 2 A destacar, a referida ideologia é o trabalhismo, sobre o qual, no capítulo anterior, fizemos alguns apontamentos.

¹⁴⁶ D’ARAÚJO; GOMES, 1987, p. 2

A historiografia que aborda a respeito das relações entre Vargas e os trabalhadores é muito vasta. Sendo objeto de estudo de diversos autores, como a já citada Gomes, somam-se a essa seara Lucília de Almeida Neves, Maria Celina D'Araújo, Dulce Pandolfi, entre outros que aprofundam essa análise. Para essa parte da literatura, é unânime o reconhecimento de que a ação de Getúlio Vargas frente aos trabalhadores é marcada, desde os anos 30, perpassando o Estado Novo e seu segundo mandato, pela concessão de direitos trabalhistas e pela manutenção do elo entre o Estado e o trabalhador¹⁴⁷.

Segundo as palavras de Tancredo Neves, em poucas oportunidades, Getúlio seria visto dialogando de forma informal com os trabalhadores¹⁴⁸. Havia, certamente, por parte do presidente um vínculo para com a classe operária, mas tal aproximação, por sua vez, ficava mais restrita aos dias festivos, como o primeiro de maio. Com Goulart, a relação com os trabalhadores também foi verificada, todavia, sob um laço bem mais estreito.

Foi no cargo de ministro que o “estilo” Jango ganharia destaque nacional. Segundo Jorge Ferreira, pode-se atribuir a Goulart um modo de atuação diferenciado daquele visto no Ministério do Trabalho até então. Como exemplo disso, Ferreira cita a intervenção de Jango na resolução da Greve dos Marítimos, evento que antecedeu sua entrada na pasta trabalhista. Diz o autor: “Ao abdicar dos métodos repressivos, comuns até então, e optar pela via da negociação para solucionar o conflito entre marítimos e empresários, Goulart inaugurou um novo estilo de atuação no Ministério do Trabalho”¹⁴⁹.

O estilo Jango também seria marcado pela presença física, para visitas informais, do ministro em espaços, costumeiramente, não frequentados pelas autoridades, tais como as sedes dos operários:

“O ministro do Trabalho, Sr. João Goulart, esteve, ontem, na sede da Associação Comercial, que é também a da Federação das Associações Comerciais do Brasil, numa visita de cortesia e aproximação, mantendo com todos demorada conferência sobre diversos problemas de interesse para o comércio e para o Governo. (...)”¹⁵⁰.

Antes de assumir a pasta trabalhista, vale lembrar, Jango foi eleito deputado federal eleito no pleito de 1950. Assim como fora sua atuação na Assembleia gaúcha, como deputado federal Jango, novamente, são pouco expressivas suas atuações no Congresso. Mesmo

¹⁴⁷ GOMES, 2005, NEVES, 2011, D'ARAÚJO, 1986, PANDOLFI, 1999.

¹⁴⁸ Entrevista de Tancredo Neves ao CPDOC em 1984.

¹⁴⁹ FERREIRA, 2011, p. 86.

¹⁵⁰ *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1º/08/1953, p. 10.

atuando como deputado, Jango dedicou-se mais a atuar como negociador de conflitos a pedido do presidente Vargas do que, necessariamente, ocupar a cadeira de deputado¹⁵¹.

Não se pode descartar do contexto acima, todavia, a percepção do sucesso eleitoral do PTB, sobretudo no contexto das eleições de 1950: havia eleito Vargas para presidente, Jango para deputado, Ernesto Dorneles para governador do Rio Grande do Sul e Alberto Pasqualini para o Senado. Muitos outros deputados, assim como Jango, também foram eleitos. O partido, com poucos anos de vida, levou ao Congresso uma bancada de político identificados com propostas nacionalistas e de mudanças na estrutura econômica¹⁵².

Mesmo não se constituindo como bandeiras de atuação exclusivas do PTB, a eleição de membros do partido com esse perfil, segundo D'Araújo, demonstra o fortalecimento da instituição como partido e dá visibilidade aos seus componentes, incluindo, nesse caso, a figura de Jango como político¹⁵³.

Era crescente, portanto, a presença de Goulart no ambiente político. Logo após sua nomeação no Congresso, o gaúcho recebeu o convite de assumir o posto de Secretário do Interior e Justiça no Governo de Ernesto Dornelles, primo de Getúlio¹⁵⁴, cargos que ficaria poucos meses. Goulart, nessa função, atuava mais como articulador da campanha de Vargas para seu retorno à presidência da República nas eleições de 1950 do que, precisamente, como secretário¹⁵⁵.

Como destacamos, foi durante sua gestão como Ministro do Trabalho, que o “estilo” Jango ganharia contornos mais definidos. A partir dessa atuação, seu modo de trabalhar e de atender à população (sobretudo a classe operária) se tornaria sua “marca registrada”¹⁵⁶. O próprio Vargas teve a oportunidade de participar do modo de atuação de Jango da pasta do Trabalho, pois, em algumas ocasiões participou dos encontros entre Goulart e os trabalhadores em reuniões realizadas de um modo mais informal.

A esse respeito, no início do seu comando na pasta trabalhista, Goulart recebeu, com a companhia de Vargas, uma numerosa comissão de trabalhadores das indústrias de fiação e de tecelagem do Estado de São Paulo. Em ocasiões como essas, as quais se repetiriam em seu curto mandato de quase oito meses, os trabalhadores realizavam a entrega ao Chefe do Governo de um memorial, o qual expunha a difícil situação vivida pelos trabalhadores

¹⁵¹ FERREIRA, 2011, p. 71-2.

¹⁵² FERREIRA, 2011, p. 71; D'ARAÚJO, 1996, p. 91.

¹⁵³ D'ARAÚJO, 1996, p. 91.

¹⁵⁴ ABREU, 2007, p. 276. Ernesto Dornelles governou o Rio Grande do Sul durante dois mandatos. Um entre 1943 a 1945 e após de 1951 a 1955.

¹⁵⁵ FERREIRA, 2011, p. 60.

¹⁵⁶ FERREIRA, 2011, p. 57.

daquela classe. Com o ministro, eram estabelecidas as tratativas para a possível contemplação dos pedidos feitos¹⁵⁷.

Se no projeto de Vargas a boa relação com o trabalhador era necessária e incorporação desse ao Estado uma meta, João Goulart confirmava, em seu modo de trabalhar, ser uma de suas melhores opções para essa finalidade.

Outro aspecto importante, que se refere a Vargas e ao PTB, pode ser apontado. A constituição desse partido, em 1945, “nascera de e para” Vargas¹⁵⁸. A partir dessa configuração, esse partido, cuja base de apoio residia na esfera sindical, passa a ser identificado como aspecto relevante do projeto político trabalhista de Getúlio. Se Vargas, como símbolo máximo do partido trabalhista não participava da cena política, por ter sido deposto do poder, seu partido, por sua vez, era evidenciado nas eleições de 1945 e de 1946¹⁵⁹.

O ingresso de Jango no PTB é válido de análise. Pois, na conjuntura de 1945, João Goulart negou-se a participar do Partido Social Democrático, a convite de Protásio Vargas, irmão de Getúlio, aderindo, por sua vez, ao partido trabalhista. Para Marco Antônio Villa, essa postura deve-se ao fato de João Goulart ter-se identificado com as teses do partido trabalhista, pois o PTB, nas palavras do autor, “foi caudatário da herança trabalhista do getulismo”¹⁶⁰.

Villa reforça o ponto de vista que pontua o envolvimento político de Jango com o PTB devido ao seu contato com Vargas e, em função disso, rapidamente o ambiente partidário tornou-se interesse de Jango. Como exemplo do envolvimento de Goulart com o meio político, o autor cita a compra do jornal *Uruguai*, de São Borja, em sociedade com Maneco, que se transformou em porta-voz do PTB¹⁶¹.

Como referimos, na vitória do PTB nas eleições de 1946 estava João Goulart eleito deputado estadual. Em seu primeiro cargo público, Jango deixou escassos os registros de seu mandato. Entretanto, em 24 de março de 1947, no discurso proferido em São Borja, Jango falaria na tribuna pela primeira vez. Sua fala se dirigiu às cooperativas do setor de carne, dos pecuaristas, dos produtores de arroz e pequenos plantadores do Rio Grande do Sul, pleiteando maiores créditos bancários para os grupos citados¹⁶².

¹⁵⁷ *DOU* 02/10/1953.

¹⁵⁸ D'ARAÚJO; GOMES, 1987, p. 32.

¹⁵⁹ Vale lembrar que fora nesse último ano que Jango havia se candidatado ao cargo de deputado estadual e foi eleito com pouco mais de 4 mil votos. Assumindo a cadeira eletiva em 19 de janeiro de 1947. BRAGA, 2004, p. 17.

¹⁶⁰ VILLA, 2004, p. 15.

¹⁶¹ VILLA, 2004, p. 15.

¹⁶² Discurso em São Borja 24/03/1947, Fundo João Goulart (FJG), Arquivo Nacional de Brasília (ANB).

O terceiro aspecto que se identifica na trajetória de Vargas e encontraria reflexo na vida política de Goulart é o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No aparato governamental que Vargas criou, desde seu ingresso na cena política em 30, não é possível deixar de assinalar a criação do MTIC, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro e assinado pelo próprio Presidente Getúlio Vargas. Seu primeiro líder foi Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor¹⁶³.

Não fortuitamente, essa pasta é chamada, por Ângela de Castro Gomes, como “o Ministério da Revolução”¹⁶⁴. Tendo em vista sua constituição logo após a Revolução de 30, segundo Jacy Montenegro Magalhães, que participou desse acontecimento, a revolução em questão teria, dentre muito objetivos, três em especial: estabelecimento da lei eleitoral, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a criação do Ministério da Saúde e Educação¹⁶⁵.

O MTIC foi, portanto, a pasta responsável pela consolidação do projeto trabalhista de Vargas, que visava o estreitamento dos laços entre Estado e trabalhadores. Essa proposta ganhou relevância ao longo do Estado Novo e retornaria como projeto do governo durante o segundo mandato de Vargas¹⁶⁶.

Entre 1951 a 1954, o MTIC teria em sua estrutura administrativa, entre Departamentos, Serviços, Divisões, Comissões, de feição corporativista, mais de 100 órgãos atuantes, cujo o objetivo comum era “a operacionalização da política trabalhista” encabeçada por Vargas¹⁶⁷.

Vale lembrar que a pasta trabalhista fora ocupada, prioritariamente, por políticos indicados por Vargas, desde o início de suas atividades. A partir de 1945, com a saída de Getúlio da presidência, foram recorrentes as trocas do posto de Ministro do Trabalho na gestão de Eurico Gaspar Dutra¹⁶⁸. Em seu retorno ao poder em 1951, estabilizar a pasta trabalhista tornou-se tarefa urgente da agenda do presidente Vargas. Para tanto, o presidente Vargas organizou seu primeiro gabinete, incluindo o MTIC, chamado pela historiografia de

¹⁶³ Extraído do site: <http://portal.mte.gov.br/institucional/a-historia-do-mte/> Acesso em 06/12/2014.

¹⁶⁴ GOMES, A. *In*: GOMES, Â. (org.), 1991.

¹⁶⁵ Entrevista de Jacy Montenegro Magalhães à Ângela de Castro Gomes. Ver mais em: GOMES, A. (Coord.), 2007, p. 107.

¹⁶⁶ O trabalho de Angela de Castro Gomes faz uma ampla análise a esse respeito e coloca em evidência a importância do referido Ministério na conjuntura política do Estado Novo. Ver: GOMES, 2005.

¹⁶⁷ ALVES, 2014, p. 154.

¹⁶⁸ Ao longo do mandato de Dutra foram ministros, respectivamente: Otacílio Negrão de Lima, Francisco Vieira de Alencar, Morvam Dias de Figueiredo, João Otaviano de Lima Pereira, Honório Fernandes Monteiro, Cândido Motta Filho e Marcial Dias Pequeno. Informações extraídas do site: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/gaspar-dutra/ministerios> Acesso em 04/12/2014.

“Ministério da Experiência”¹⁶⁹. A respeito da composição desse ministério, diz Gomes e D’Araújo:

“Este caracterizou-se pela presença de várias correntes partidárias, inclusive a UDN, e pela fraca expressão do PTB (...). Desenvolveu uma ampla política de alianças junto a civis e militares (...). Sua intenção declarada era instaurar um governo trabalhista.¹⁷⁰”

Em destaque, a pasta trabalhista seria confiada, inicialmente, a Danton Coelho por alguns meses. Poucos meses depois, sem sucesso em sua empreitada, assumiria a função Segadas Viana, a destacar ambos eram membros do PTB, mas, novamente, não conseguiriam atingir as metas da proposta varguista para o MTIC. Finalmente, com João Goulart, junho de 1953, Vargas confiaria sua principal pasta ao jovem político de sua confiança para dar continuidade à sua política trabalhista.

A seguir vamos identificar alguns aspectos dos ministros trabalhistas Danton Coelho, Segadas Viana e João Goulart. E, na medida do possível, identificar seus estilos políticos e seus modos de atuar, aproximando-se ou não, no projeto varguista.

3.2 OS MINISTROS TRABALHISTAS ANTES DE GOULART: DANTON COELHO E SEGADAS VIANA

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado por Vargas, em 1930, no momento em que o mundo discutia as relações de trabalho e que os direitos trabalhistas eram consagrados. Desde sua criação, passando pelo período em análise que estamos destacando, a gestão do ministro João Goulart, o MTIC é evidenciado na historiografia como um centro nevrálgico dos assuntos do governo¹⁷¹.

A referida pasta foi criada dentro de um projeto estatal para que o trabalhador tivesse a garantia de ter um órgão máximo do Governo Federal relacionado, diretamente, com a presidência da República. Assim, os trabalhadores poderiam reivindicar melhores condições salariais e se organizar em sindicatos sem contrariar a ordem vigente.

¹⁶⁹ GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 57. A respeito de uma análise mais elaborada e detalhista sobre o Ministério da Experiência ver: D’ARAÚJO, 1982, p. 105 a 122.

¹⁷⁰ GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 57.

¹⁷¹ GOMES, 2007, p. 9.

O MTIC, portanto, pode ser entendido como uma das pastas ministeriais mais importantes, senão a principal delas, ao longo de todo o governo Vargas até sua morte em agosto de 1954¹⁷². Além disso, tradicionalmente, essa pasta fora ocupada por homens ligados a Vargas e, ainda, homens que também eram ligados ao próprio PTB.

Em nosso entendimento, é na conjuntura dos anos 50, ao longo do segundo governo Vargas, que o MTIC ganha destaque no estreitamento da ligação entre essa pasta e a classe trabalhadora, especialmente na gestão Goulart, um trabalhista em ascensão na cena política.

O segundo governo de Getúlio Vargas, em relação ao MTIC, é marcado pela intervenção de Vargas na estrutura e nas ações a serem conduzidas pela pasta trabalhista. Não se coloca em discussão a indicação do presidente para os cargos de ministro, tendo em vista que isso se constitui como uma medida de praxe do governo. Entretanto, se atenta, em outra medida, para a intencionalidade das indicações e das ações feitas por Vargas.

Entre as indicações, como se referiu, trata-se de homens ligados ao PTB. Já entre as ações, chama a atenção a publicação de revistas e boletins pelo próprio Ministério, até mesmo de publicações que outrora haviam sido deixadas de circular, retornam para as mãos dos trabalhadores. Os chamados Boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC) são entendidos como uma dessas publicações de relevância ao longo do mandato varguista¹⁷³.

Alves entende que, ao promover a circulação de publicações cujo teor textual reforçava elementos do trabalhismo e exaltava direitos sociais garantidos pelo trabalhador, Vargas promovia um marco na atualização do trabalhismo entre 1951-1954¹⁷⁴. Nesse sentido, no trabalhador haveria uma construção de memórias de um enlace positivo para com o Estado.

Exemplo disso, presença de elementos textuais os quais tinham por objetivo reforçar os elementos trabalhistas, podemos observar o índice desse boletim, no qual há a seguinte informação: “O primeiro postulado trabalhista foi enunciado no dia em que o Criador disse ao homem: *‘in sudore vulpus tud vesceris pane [sic]’*”. Na tradução literal, “Ganharás o pão com o suor do teu rosto”.¹⁷⁵

¹⁷² D'ARAÚJO, 1996, p. 88.

¹⁷³ ALVES, p. 153. A destacar, outra importante publicação desse período foi a chamada *Revista Mundo Trabalhista*.

¹⁷⁴ ALVES, p. 155.

¹⁷⁵ ÍNDICE DO BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. FMT, ANB, Vol. I, 1950, p. 124.

Esse trecho remete, diretamente, ao texto elaborado por Alberto Pasqualini intitulado “*Bases e Sugestões para uma Política Social*”, já referido neste trabalho, o qual foi o instrumento teórico para a composição do PTB.

Ao lado das publicações oficiais do MTIC, em outra medida, é preciso atentar para os ministros que haviam assumido essa pasta e cujas gestões são retratadas como atuações de intranquilidade perante os trabalhadores.

Antes de Goulart, outros dois petebistas assumiram o MTIC, respetivamente: Danton Coelho e Segadas Viana. Vale evidenciar quais dificuldades permearam as gestões Coelho e Viana. É interessante identificar, nesse sentido, quais conflitos foram vividos por esses dois ministros em relação aos trabalhadores e, ainda, em relação ao próprio PTB.

Não se isenta, aqui, as dificuldades enfrentadas na gestão Goulart, entretanto, essas estão relacionadas, sobremaneira, aos encontros vividos pelo ministro Jango no ambiente político com seus opositores e com a imprensa. Tendo em vista que o relacionamento de Goulart com os trabalhadores vinha se constituindo sob um laço estreito e positivo.

De qualquer forma, conforme consta no depoimento do ex-Ministro do Trabalho Carlos Lupi: “Nenhum ministério tem tanta ligação na história do trabalhador brasileiro quanto o Ministério do Trabalho”¹⁷⁶. É por esse motivo que se torna interessante ponderar a respeito do modo como os principais ministros trabalhistas ao longo do segundo governo Vargas estabeleceram suas gestões.

Na campanha de Vargas para retornar à Presidência havia, dentre outras propostas, sua defesa pelo aumento do salário mínimo e a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. Nessa ocasião, Vargas também criticara as intervenções nos sindicatos, promovidas no governo Dutra, prometendo eleições livres dentro dessas agremiações. Pouco tempo depois de sua posse, ele escolheu Danton Coelho, político gaúcho e membro do PTB, para assumir o MTIC que, possivelmente, daria conta dessas questões¹⁷⁷.

A atuação de Danton, apesar de não ter sido muito duradoura e tão pouco expressiva para a conquista de direitos trabalhistas, reflete, por sua vez, o perfil intervencionista do Estado. A respeito do salário mínimo, o ministro Danton Coelho não realizou ações em prol dessa temática. No histórico do MTIC era previsto, no plano interno de sua administração, a existência da chamada Comissão do Salário Mínimo, a qual deveria promover estudos em

¹⁷⁶ Depoimento ex-ministro Carlos Lupi. Fundo Ministério do Trabalho (FMT), ANB. A destacar, Lupi fora ministro da pasta do Trabalho no governo Lula e mantido na gestão de Dilma Roussef. Saiu do Ministério do Trabalho em 2011.

¹⁷⁷ GOMES, 2007, p. 53.

relação ao salário vigente no país e verificando sua possibilidade de aumento¹⁷⁸. Essa Comissão só seria acionada na gestão Goulart, a partir de 1953.

Vargas chegou a conceder o aumento do salário mínimo, por meio do MTIC, e demais direitos trabalhistas, que eram prometidos na campanha, de forma tímida e não ao longo da gestão Coelho. Podemos citar o referido aumento em dezembro de 1951, sem passar pela comissão, quando era vivenciada a gestão de Segadas Viana¹⁷⁹.

Para melhor compreender a gestão trabalhista de Danton Coelho, é preciso atentar para o contexto que permeia o cenário político do próprio governo Vargas no primeiro e no segundo ano de governo.

Para Delgado, entre 1951 e 1952, a postura de Vargas como líder do Executivo refletia grandes dificuldades de realizar uma política conciliatória, tanto entre seus apoiadores, em especial o PTB, quanto com a bancada de oposição¹⁸⁰.

Ribeiro assinala que Vargas teria mantido os trabalhistas como sua “retaguarda” de mobilização e de apoio entre os populares (aproximando trabalhadores e sindicatos à estrutural governamental), ocasionando, com tal atitude, grandes insatisfações em diversos setores do partido¹⁸¹. A respeito do modo como Vargas se relacionou com o PTB nesses anos iniciais de governo, a seguir, Delgado faz uma síntese dessa conjuntura:

“Essa linha de atuação foi adotada durante os dois primeiros anos do governo Vargas (1951-1952). Nesse período, o Presidente não adotou quaisquer medidas que possibilitassem o crescimento da participação dos petebistas em sua equipe governamental. Aos membros de seu partido, concedeu o mínimo possível, somente o essencial para contornar descontentamentos”¹⁸².

O “essencial” que a autora faz referência inclui a presença dos trabalhistas à frente do MTIC. Segundo Ribeiro, dar ao PTB apenas esse ministério e indicar Coelho para a função resultou em um fator de descontentamento para seus correligionários¹⁸³. Danton Coelho, por sua vez, conduziria a pasta trabalhista por apenas oito meses.

É interessante observar que, ao mesmo tempo que Vargas destinava ao PTB sua principal pasta de governo, a do Trabalho, o partido demonstrava sua insatisfação com as ações do presidente. Prova disso é o descontentamento de grande parte dos membros, por

¹⁷⁸ HISTÓRICO ADMINISTRATIVO DO MINISTÈRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FMT, ANB. fl. 6.

¹⁷⁹ DELGADO, 2011, p. 109.

¹⁸⁰ DELGADO, 2011, p. 99.

¹⁸¹ RIBEIRO, 2001, p. 67.

¹⁸² DELGADO, 2011, p. 92-3.

¹⁸³ RIBEIRO, 2001, p. 67.

receber apenas uma pasta do Executivo e a insatisfação de outra expressiva parte com a chegada de Coelho ao MTIC por intervenção de Getúlio¹⁸⁴.

A esse respeito, segundo Miguel Bodea, a partir de uma análise com olhar regional, uma grande parte do descontentamento do PTB gaúcho em relação à atuação Vargas também se referia à indicação de Danton Coelho para o MTIC. Mais especificamente, os trabalhistas gaúchos esperavam que o referido ministério fosse concedido a Alberto Pasqualini, então senador da República. Militantes do PTB gaúcho, segundo Bodea, confiavam que Pasqualini seria o melhor indicado para consolidar e aprofundar a legislação trabalhista¹⁸⁵.

Segundo Hugo de Farias, funcionário do MTIC, a entrada de Danton na pasta trabalhista tornaria o Ministério do Trabalho um órgão “mais partidário”¹⁸⁶. A fala de Faria ganha sentido tendo em vista que Coelho, por sua vez, acumulava, além do posto de ministro, a função de presidente nacional do PTB desde 1948¹⁸⁷. Mesmo ao somar as duas atividades a gestão Coelho, tanto no PTB quanto no MTIC seria marcada não somente pela falta de apoio do próprio partido quanto pelo contato não efetivo com os trabalhadores.

Dentre os objetivos de Getúlio, havia a necessidade de legitimar seu governo entre os trabalhadores. Para tanto, seria preciso adequar o sindicalismo à via partidária, incentivando a estrutura corporativa, bem como a mobilização sindical. Todavia, tais ambições só seriam colocadas em prática, respectivamente, com a gestão de Segadas Viana e de João Goulart¹⁸⁸.

A administração do MTIC previa, sobretudo na questão social, que a atuação dessa pasta fiscalizasse atividades trabalhistas em virtudes da lei; proporcionasse o desenvolvimento da indústria e expansão do comércio, realizasse pesquisas científicas, bem como levasse assistência e previdência à coletividade nacional¹⁸⁹.

Danton Coelho, ao assumir a pasta trabalhista, a fim de contemplar as atribuições previstas e sem se desvincular ao seu perfil partidário, decidiu ocupar o MTIC e suas repartições com membros petebistas. Uma renovação de até 70% no quadro de pessoal que, teoricamente, fortalecia o partido, mas colocava, internamente, no ministério pessoas que sequer tinha contato com o mundo do trabalho¹⁹⁰.

Segundo Gomes e D’Araújo, com essa atitude o Ministério do Trabalho viveu uma espécie de “período de caças às bruxas”, pois muitos do que haviam estado ao na pasta ao

¹⁸⁴ D’ARAÚJO, 1996, p. 57.

¹⁸⁵ BODEA, 1992, p. 94.

¹⁸⁶ Depoimento Hugo de Farias CPDOC-FGV, 1985.

¹⁸⁷ FERREIRA, 2011, p. 77.

¹⁸⁸ D’ARAÚJO, 1996, p. 88.

¹⁸⁹ HISTÓRICO ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FMT, ANB. fl. 5.

¹⁹⁰ DELGADO, 2011, p. 101-2.

longo do governo Dutra e, no período seguinte, não havia se filiado ao PTB e à Vargas, sofriam afastamentos¹⁹¹.

Em relação aos trabalhadores, possivelmente, duas ações são mais destacadas. Uma delas foi a sindicalização. Realizada sob mediação do MTIC e intitulada “Campanha do mais um em favor da sindicalização”, essa foi a tentativa de Coelho em atrelar os sindicatos ao Estado visando, por fim, a legitimação do presidente entre os trabalhadores¹⁹².

A outra refere-se às eleições sindicais, já previstas na campanha de Vargas, que colocadas em prática pelo ministro. Coelho, intitulado como trabalhista, atuava em favor do que Vargas já havia estipulado como projeto político antes de assumir à presidência. A convocação de eleições para as agremiações é entendida, segundo Delgado, não como a concessão de um benefício ao trabalhador, mas sim, como um retrato fiel da política governamental dos sindicatos já pré-determinada¹⁹³.

A compreensão da atuação de Coelho como um trabalhista nos traz um novo ponto de análise. Quando apresentamos algumas considerações a respeito do conceito de trabalhismo, esse reunia, em linhas gerais, elementos que visassem o bem-estar do trabalhador e, também, de sintonia entre o Estado e a classe trabalhadora, por exemplo. Nesse último caso, ambos teriam “voz”, compromissos e responsabilidades mútuas. Havendo, portanto, a busca pelo ideário social na medida em que houvesse cooperação entre as duas esferas. Sendo assim, a atuação do ministro Danton Coelho, como um trabalhista, aparentemente, está distante do ideal que compõe o trabalhismo, pois as ações do ministro Coelho não visaram, necessariamente, a melhoria de vida do trabalhador, estando, por sua vez, mais atrelado ao programa de governo do então presidente.

O acúmulo das duas funções de Danton Coelho, como ministro e líder do PTB, teve prazo limitado. Em setembro de 1951, Danton estava ciente das críticas que sofria pelos membros do partido e da falta de apoio popular para sua função como ministro. O relacionamento com o próprio Vargas não ia bem.

Na política conciliatória que Vargas buscava sedimentar ao longo de seu segundo mandato, Danton Coelho manifestava-se de forma contrária, sobretudo em relação ao apoio de Vargas para com a UDN que, de forma crescente, inseria-se nas pastas ministeriais do

¹⁹¹ GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 59.

¹⁹² DELGADO, 2011, p. 102.

¹⁹³ DELGADO, 2011, p. 103.

governo¹⁹⁴. No dia 5 daquele mês de setembro, Danton deixa o MTIC, assumindo em seu lugar Segadas Vianna.

Com a saída de Danton, Vargas, por um lado, tentaria equalizar sua base partidária de apoio, o PTB, como novo líder do partido o então presidente indicaria João Goulart. Por outro lado, no MTIC, Getúlio decidiu colocar à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio trabalhista: Segadas Viana. Também membro do PTB e assim como ocorrera com Danton, o novo ministro não encontrava apoio na totalidade dos membros do partido que integrava¹⁹⁵.

Esse novo ministro do Trabalho, Segadas Viana, assumia o posto, segundo suas próprias palavras, sob um objetivo claro de “cumprir o programa do PTB, acabar com o peleguismo e respeitar as determinações do Presidente Vargas”¹⁹⁶.

Observa-se, portanto, que o político trabalhista escolhido por Vargas entrava na pasta ministerial com um perfil muito próximo ao antigo ministro Danton Coelho. Ainda que seu mandato fosse um pouco mais longo, até junho de 1953, as ações do ministro Viana - como um político trabalhista – seriam tímidas.

A orientação de Segadas Viana para conduzir o MTIC, segundo Delgado, estaria sob uma tríplice base de ação na qual haveria o “(...) controle-repressão (em maior escala); cooptação (em escala média), e assistencialismo (amplamente difundido)”. Logo, a autora entende que a gestão Segadas Viana ao longo do segundo governo Vargas “foi um espelho fiel das condições através da quais se realizava a relação governo, PTB e sindicatos”¹⁹⁷.

Antes, contudo, é preciso observar que sua gestão é referida pela historiografia como “ambígua”¹⁹⁸, tendo em vista que Segadas Viana combinou, sistematicamente, em sua gestão “medidas repressivas (que predominaram) com atitudes liberalizantes”¹⁹⁹. De qualquer forma, é preciso pontuar que, em relação às ações que visavam melhorias na condição de vida do trabalhador, Segadas Viana tem avanços em relação ao seu antecessor.

Primeiramente, porque Segadas Viana, logo após assumir o MTIC em setembro de 1951, pouco tempo depois, ascendeu ao posto de presidente da recém-criada Comissão Nacional do Bem-Estar Social²⁰⁰. Essa comissão já integrava o Ministério do Trabalho e era

¹⁹⁴GOMES, 2007, p. 53.

¹⁹⁵D’ARAÚJO, 1996, p. 88.

¹⁹⁶DELGADO, 2011, p. 110.

¹⁹⁷DELGADO, 2011, p. 113.

¹⁹⁸GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 60.

¹⁹⁹DELGADO, 2011, p. 110.

²⁰⁰HISTÓRICO ADMINISTRATIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FMT, ANB. fl.6. Em 1952, Viana passou a acumular, ainda, outro cargo como presidente de outra comissão, a do Imposto Sindical. Ver mais em: VERBETE SEGADAS VIANA, CPDOC.

encarregada de buscar soluções para os problemas de nutrição, habitação e assistência social à população²⁰¹.

Em seguida, outra ação de Segadas Viana na pasta do Trabalho, a qual visou melhorias ao trabalhador, foi a aprovação do projeto de reforma previdenciária no país, o qual verificaria o padrão de vida dos brasileiros e identificaria possíveis melhorias para o âmbito de seguro social dos beneficiados²⁰².

O próprio ministro Viana, em matéria do jornal *A Noite*, afirmaria que sua atuação na referida comissão seria a fim de assegurar as obras sociais em benefício da coletividade dos trabalhadores e que essa ideia se constituía, acima dele, como um projeto do qual o presidente Vargas era o maior incentivador²⁰³.

Dentre as atitudes entendidas como liberalizantes realizadas pelo então ministro, temos a consolidação do fim da exigência de atestado ideológico (no qual o trabalhador estaria desvinculado de quaisquer orientações entendidas políticas, como o comunismo, por exemplo). Viana decretou, também, o fim de intervenção nos sindicatos²⁰⁴.

O “fim” da intervenção referia-se à presença de pessoas autorizadas pelo governo em adentrar nas agremiações sindicais. O que não fica explícito nessa atitude é a intenção dessa prática, a de cooptar o trabalhador ao Estado evidenciando as melhorias que o governo trazia para a classe trabalhadora.

Para Delgado, dentre as ações liberalizantes do ministro Viana, pode-se apontar ainda que:

“Outra prática reforçada por Segadas Viana, como Ministro do Trabalho, foi a de cooptação, caracterizada por uma política social trabalhista de forte teor assistencialista. A base do assistencialismo promovido por Viana estava assentada na ideia de que uma política de bem-estar social era fator prioritário para se controlar a subversão e o avanço dos comunistas. Essa concepção do Ministro do Trabalho estava em completa consonância com o pensamento de Vargas (...)”²⁰⁵.

Paralelamente a isso, outro aspecto de destaque da gestão Viana no MTIC diz respeito, por sua vez, ao protagonismo sindical verificado, sobretudo, a partir de 1953, quando eclodiu no Brasil uma série de greves com amplitude nacional. As greves que se propagaram a partir ao longo do segundo governo Vargas são entendidas por Jover Telles como demonstrações da

²⁰¹ *A NOITE*, 31/01/1952 p. 10.

²⁰² *A NOITE*, 23/08/1952, p. 12.

²⁰³ *A NOITE*, 31/10/1951.

²⁰⁴ DELGADO, 2011, p. 111. A lei que decretava o fim do atestado ideológico foi promulgada em 1º/05/1952.

²⁰⁵ DELGADO, 2011, p. 112.

profunda insatisfação dos trabalhadores com os níveis salariais vigentes²⁰⁶. É preciso ter em vista, contudo, que esses movimentos possuem, ainda, outros fatores e denotam, também, uma nova conjuntura político-social.

Foi na gestão Viana que eclodiu, em São Paulo, a chamada “Greve dos 300 mil”. Reivindicando aumento dos salários e adoção de medidas destinadas a diminuir o custo de vida essa greve promoveria a ampliação da experiência de ação da classe operária na defesa de seus interesses econômicos, retorno do Partido Comunista à luta por dentro da estrutura sindical oficial, vitória parcial dos grevistas quanto aos objetivos pretendidos²⁰⁷. Segundo Segadas Viana, na entrevista concedida à Delgado, o Partido Comunista foi o grande líder dessa greve e descartou a participação do PTB para a eclosão do movimento²⁰⁸.

Nos 27 dias de paralisação, estiveram envolvidos inicialmente, os empregados do setor têxtil, mas, em seguida, englobou os vidreiros, os metalúrgicos e os marceneiros²⁰⁹. Marcio Sukman defende que Segadas Viana, quando esteve à frente do MTIC, perante à greve dos 300 mil, demonstrou a falência de seu modo de agir²¹⁰. A visão anticomunista de Viana o conduziu a tomar ações repressivas aos movimentos de greve. Prova disso foi o acionamento dos serviços de informação do MTIC (mecanismos de controle dos sindicatos, por exemplo, usados ao longo da Era Vargas)²¹¹.

Além da Greve dos 300 mil, Viana ainda enfrentou outro expressivo movimento de paralisação, a Greve dos Marítimos. Em maio de 1953, já circulavam nos jornais a provável eclosão do movimento, o qual estava refletindo o período de instabilidade econômica e política que abarcava o país²¹². Ocorrida no contexto de desprestígio crescente de Segadas Viana, essa greve, de caráter nacional, gerou uma grande repercussão no país e a impossibilidade de controle por parte do governo.

O ministro Segadas, amparando-se na legislação vigente, declarou a ilegalidade do movimento²¹³. Nesse sentido, advertiu os trabalhadores da possibilidade de aplicar a Lei de Segurança Nacional, editada em tempos de Segunda Guerra Mundial²¹⁴.

Nos jornais, como o *Correio da Manhã*, a notícia da eclosão da greve era acompanhada da seguinte manchete “*Preparando o golpe*”. A matéria apresentada pelo jornal

²⁰⁶ TELLES, 1981, p. 29-63.

²⁰⁷ MOISES, 1978, p. 70.

²⁰⁸ DELGADO, 2011, p. 110.

²⁰⁹ SUKMAN, 2006, p. 21.

²¹⁰ SUKMAN, 2006, p. 25.

²¹¹ DELGADO, 2011, p. 110

²¹² *CORREIO DA MANHÃ*, 13/05/1953, p. 2.

²¹³ DELGADO, 2011, p. 113.

²¹⁴ SUKMAN, 2006, p. 28.

sequer faz menção às atitudes do ministro Viana, mas coloca em evidência a participação de Goulart à frente ao processo, inclusive como fomentador da greve. O jornal também denuncia que as ações de Goulart são respaldadas por Vargas e encontram ressonância em muitos membros do PTB, partido que Jango liderava nacionalmente²¹⁵.

Jango, por sua vez, enquanto líder nacional do PTB, criticou a forma autoritária com a qual Viana conduzia o MTIC, sobretudo nas negociações de Viana na referida greve. Alheio às publicações da imprensa, Goulart consegue, rapidamente, arregimentar outros membros do partido em oposição a Viana²¹⁶.

Antes mesmos das acusações sofridas nas páginas do *Correio da Manhã*, em 10 de junho de 1953, João Goulart foi designado por Vargas para receber um grupo da comissão de greve dos marítimos. Jango, ao prometer o exame das reivindicações solicitadas e prometendo que não haveria repressão contra os insurgentes, tornava-se, naquele momento, o mediador do conflito²¹⁷.

Possivelmente, a forte oposição que Jango sofreria, por parte da imprensa, ao longo de sua atuação política e sobretudo enquanto ministro, iniciou-se no contexto da greve dos marítimos. Ao tentar solucionar o conflito, alguns jornais do Distrito Federal, como o *Diário Carioca*, publicavam que a inserção de Jango na resolução do conflito atuaria no sentido de ludibriar a categoria dos marítimos²¹⁸.

Desse contexto, conclui-se que a atitude repressiva do ministro Viana frente às questões grevistas desestabilizou seu mandato. Segadas renuncia em junho de 1953. Goulart, por sua vez, com o apoio de Vargas, assumia o posto de mediador oficial do governo frente aos trabalhadores. Segundo Gomes e D'Araújo, as transformações vivenciadas na pasta trabalhista, nesse momento, eram os sinais mais evidentes da crise que se inseria o segundo governo Vargas²¹⁹.

Ainda em edição do jornal *Correio da Manhã*, os acontecimentos que circundavam a greve e apontavam para a presença de Goulart na resolução do conflito são apresentados pelo referido jornal como início do desencadeamento de uma “greve geral” e, além disso, para a marcha para a unidade sindical que resultaria no golpe de Estado e finalizada indicando: “Enquanto o Sr. Getúlio Vargas derruba o ministério da ‘experiência’ para formar o

²¹⁵ *CORREIO DA MANHÃ*, 16/06/1953, p.1.

²¹⁶ DELGADO, 2011, p. 114.

²¹⁷ SUKMAN, 2006, p. 28.

²¹⁸ *DIÁRIO CARIOCA*, 11/06/1953.

²¹⁹ GOMES; D' ARAÚJO, 1987, p. 60.

‘definitivo’, o novo ministro do Trabalho, antes de oficialmente nomeado, já antecipa sua atuação. Não é necessário dizer mais nada”²²⁰.

A política empreendida por Goulart, como um apaziguador político, já havia sido exitosa no PTB. Sob sua gestão, o PTB cresceu e ficou fortalecido. Enquanto presidente nacional, Jango apoiou as direções das agremiações, estimulou a atuação da bancada petebista no congresso e se empenhou, ainda, pela maior centralização e concentração de poderes no Diretório Nacional do partido. Externamente, foi crescente o envolvimento do partido com as alas sindicais, quando Jango visitava presencialmente as sedes dos sindicatos²²¹.

Em pouco mais de um ano, João Goulart, além do cargo de presidente do PTB, tornou-se a indicação principal de Vargas para substituir Segadas Viana no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Passaremos a identificar quais foram as ações de João Goulart, à frente do PTB, no período que antecede sua entrada no MTIC, bem como pontuar a estreita relação que esse político, ligado ao partido trabalhista, estipulava com os sindicatos. Desse modo, vamos entrar em contato com o “estilo Jango” que permeou sua atuação como Ministro do Trabalho.

3.3 JOÃO GOULART, O MINISTRO TRABALHISTA: ENTRE O PTB, OPOSIÇÃO E OS SINDICATOS

Em maio de 1952, Vargas indica o nome João Goulart à presidência do PTB, logo após a saída de Danton Coelho. Ao assumir o comando do partido Jango só sairia dessa função nos anos 60. O seu longo mandato à frente do PTB e as suas ações empreendidas em prol do partido não podem ser desprezadas na trajetória desse político. Foi ao longo dessa atuação no partido trabalhista que João Goulart recebeu o convite para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Com a chegada de Goulart à presidência do PTB, Vargas buscava “traçar uma nova diretriz para o partido com vistas a torná-lo um elemento fundamental, junto da estrutura do Estado e sindical, no projeto trabalhista”²²². A Goulart, era conferida a missão de reunificar o partido petebista.

²²⁰ *CORREIO DA MANHÃ*, 16/06/1953, p. 4.

²²¹ SUKMAN, 2006, p. 20.

²²² SUKMAN, 2006, p. 19.

A partir dessa agenda de tarefas, Jango atenderia, na medida do possível e pessoalmente, as necessidades das agremiações estaduais do partido. Exemplo disso, foi sua viagem a Porto Alegre, estando doente, segundo o jornal *Última Hora*, para conversar com a agremiação gaúcha do partido que solicitava um diálogo com o ministro²²³.

A figura de Goulart como um político presente na realidade partidária dos trabalhistas foi, segundo Sukman, um dos primeiros passos para Vargas buscar realinhar seu equilíbrio político²²⁴.

Se, para o presidente Vargas, o nome de Goulart era uma possível solução no seu quadro político partidário, para a historiadora Maria Celina D'Araújo, quando vinculou-se o nome de Jango para assumir o PTB, esse era entendido, para grande parte dos membros do partido, como um político inexpressivo. Todavia, ele foi aceito no seio partidário por ter sido interpretado como “passível de ser manobrado”²²⁵.

Sob outro ângulo de análise, Ângela de Castro Gomes nos auxilia nessa questão ao informar que, devido ao seu talento de negociador e um homem de fácil trânsito entre os sindicalistas, Jango seria indicado por Vargas para ser o novo presidente do partido em 1952²²⁶.

É preciso observar, contudo, que a imagem de político fraco e manobrável não pode ser, de forma correta, atribuída a Jango, pois, como já referimos, seu mandato no partido foi extenso, Jango manteve-se no cargo até 1964, saindo apenas quando foi cassado e instaurada a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Em seu discurso de posse na presidência do partido, é possível atentar para as bases políticas que Jango assumiria dali em diante. A respeito do teor de sua fala no dia da posse, pode-se apontar temas como: as bases populares do PTB; o papel intermediário e moderador do partido em relação ao Estado nos momentos de crise social; a garantia da manutenção do PTB como um partido de entrosamento com o povo, entre outros²²⁷.

Desse primeiro momento de discurso público no dia da posse, João Goulart deixava clara a intenção de sua gestão à frente do PTB, a de promover uma gestão democrática, visando o bem-estar do trabalhador e sua felicidade²²⁸.

Em matéria do jornal *Última Hora*, já presidente do PTB, mas pouco tempo antes de assumir o Ministério do Trabalho, Jango, em pronunciamento oficial, declarava que o

²²³ *ULTIMA HORA*, 07/03/1953, p.3.

²²⁴ SUKMAN, 2006, p. 20.

²²⁵ D'ARAÚJO, 1996, p. 91.

²²⁶ GOMES; *In*: FERREIRA (Org.), 2004, p. 35.

²²⁷ DELGADO, 2011, p. 118.

²²⁸ DELGADO, 2011, p. 118.

propósito do seu partido, o PTB, em sua gestão, era lutar pela unidade sindical, garantindo, assim, mais direitos para o trabalhador²²⁹.

A respeito do modo como Jango insere-se na direção nacional do PTB e do seu fortalecimento político que desenvolveu a partir dessa função é sintetizado por Almeida no trecho a seguir:

“(...) compreender a forma como ocorreu a inserção de Jango numa escala nacional que, ao contrário do que possa se pensar, não estava alicerçado numa atuação estacada enquanto deputado federal, mas por ocasião de sua nomeação para presidente da executiva nacional do partido em 1952. Isto é, a figura política de Jango inseriu-se em escala nacional, principalmente a partir do ano de 1952, primeiramente no plano interno do PTB, consolidando-se no ano de 1953, com sua indicação para o cargo de ministro do Trabalho”²³⁰.

Pouco depois de assumir a pasta trabalhista, João Goulart declararia na imprensa que ao acumular as duas funções, de ministro e de presidente do PTB, lhe faltava tempo para melhor orientar, sobretudo, a agremiação partidária²³¹. Goulart, entretanto, não deixaria de lado sua missão com o PTB, e continuaria a garantir a estrutura do partido e auxiliando na abertura de novas sedes²³².

Quando Jango chegou ao MTIC, em meados de junho Vargas promovia uma reforma ministerial. Para D’Araújo, a partir desse segundo momento, o governo buscava uma nova investida junto aos setores conservadores do governo “na busca de um consenso máximo” para ao ambiente político, sendo, portanto, uma ampliação da orientação política feita até então²³³. A esse respeito, diz a autora:

“Esse segundo momento seria marcado por uma orientação mais trabalhista, voltada para os interesses populares, em detrimento da conciliação com os setores conservadores. Essa ‘virada’ empreendida pelo Governo estaria evidenciada (...) na reforma ministerial de junho-julho de 1953 (...). Interpretada como uma guinada para a esquerda, a nova orientação teria despertado a reação direta da classe média e dos grupos econômicos, em aliança com as Forças Armadas, contra o Governo”²³⁴.

Segundo Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, as alterações ministeriais feitas pelo presidente Vargas, em meados de 1953, promoveram o investimento no bom

²²⁹ *ULTIMA HORA*, 06/06/1953, p.2.

²³⁰ ALMEIDA, 2007, p. 33.

²³¹ *DIARIO DA NOITE*, 13/08/1953 p. 2.

²³² Goulart inaugura nova sede do PTB no interior do RJ. Ver: *GAZETA DE NOTÍCIAS*, 22/09/1953.

²³³ D’ARAÚJO, 1982, p. 113.

²³⁴ D’ARAÚJO, 1982, p. 18.

relacionamento com o trabalhador, mas não conseguiram um apoio consensual por parte de setores políticos oposicionistas²³⁵.

Quando assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart tinha 34 anos. Sua cerimônia de posse ocorreu no final da tarde no salão nobre do Palácio do Trabalho, sede do Ministério. A solenidade foi, cuidadosamente, de acordo com Sukman, transformada muito próximo a uma festividade para o proletariado. Somado a isso, lideranças sindicais puderam discursar ao longo na noite festiva²³⁶.

Em relação ao referido discurso de posse, Goulart procurou reforçar seu compromisso com os trabalhadores, declarando que a partir da vigência do sistema de governo brasileiro, consubstanciado na Constituição da República, todos estariam assegurados do direito a uma vida “decente e confortável” e que isso não poderia ser “privilégio de alguns”. E que, além disso, “os esforços do Ministério seriam inúteis sem a arregimentação do proletariado para que fosse possível conquistar “uma ordem social mais justa, sem a mínima quebra das tradições democráticas”²³⁷.

Outro aspecto que, em nosso entendimento, é importante para a análise que se realiza, faz referência aos demais acontecimentos que ocorriam concomitantemente: no momento em que Jango era empossado ministro, os Marítimos ainda estavam insurgentes.

Para André Sukman, é possível inferir que as palavras proferidas pelo ministro recém-empossado naquele final de dia, em junho de 1953, puderam ser entendidas como um alento para o grupo dos grevistas²³⁸.

A destacar, a partir da Greve dos Marítimos, Ribeiro, por sua vez, indica que iniciou-se um período de greves vitoriosas. O movimento operário se firmava pelo sucesso das greves²³⁹. O que o autor não entra em discussão é se Goulart era um fomentador desses movimentos.

O “alento” proposto por Jango aos grevistas é entendido, segundo Sukman, a partir da observação que fazemos sobre a performance de Goulart no MTIC a respeito do conflito. Para o autor, João Goulart foi coerente em suas primeiras ações ministeriais de acordo com o que fora proposto em seu discurso de posse. A esse respeito diz o autor:

“Coerente com seu discurso de posse, no qual afirmou seu compromisso com o proletariado, no dia seguinte – 19 de junho – Goulart enviou carta a Getúlio Vargas,

²³⁵ GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 60.

²³⁶ SUKMAN, 2006, p. 36-7.

²³⁷ FERREIRA, 2011, p. 87.

²³⁸ SUKMAN, 2006, p. 37.

²³⁹ RIBEIRO, 2001, p. 172.

cujo teor tratava-se da greve dos marítimos. Nela retratava o grande prejuízo e os graves danos a serem causados à economia do país em caso de continuidade do movimento. (...) reconhecendo a legalidade e a legitimidade das reivindicações apresentadas, destacava aquelas fundamentadas em decisão judicial já transitada em julgado e de direitos previstos em norma legal não cumpridos”²⁴⁰.

A difícil negociação entre governo e marítimos só teria fim, oficialmente, em 26 de junho de 1953. De todo modo, conforme nos indica Jorge Ferreira, “Ao abdicar dos métodos repressivos, comuns até então, e optar pela via da negociação para solucionar o conflito entre marítimos e empresários, Goulart inaugurou um novo estilo de atuação no Ministério do Trabalho”²⁴¹. E, pelo seu modo de agir, seria agradecido pelos envolvidos do acontecimento grevista em seguida.

Três dias depois, novamente em um final de tarde, o reconhecimento dos trabalhadores pela atuação de Jango durante a Greve dos Marítimos ganharia destaque. Uma comissão de representantes das classes trabalhadores envolvidos na greve foi ao Palácio do Catete homenagear o ministro recém-empossado.

Na presença do presidente Vargas, a comissão agradeceu a presteza o espírito de justiça com os quais Jango atuou para a resolução do conflito. Ainda nessa ocasião, Vargas fez questão de cumprimentar cada um dos representantes de sindicato presentes²⁴².

Em 18 de junho de 1953, dia da posse²⁴³ Jango também “ganhou” diversas manifestações de oposição. Conforme apontam Gomes e D’Araújo, entre os militares, mais resistentes às mudanças, Goulart enfrentaria dura oposição²⁴⁴.

Pela imprensa, o governo Vargas e, destacadamente Goulart, seriam alvos de duras críticas, sobretudo, pelo jornal *Correio da Manhã*. Exemplo dos ataques que Goulart sofreria por parte desse impresso, muitas vezes em tom de deboche, pode ser observado a seguir, quando o jornal compara João Goulart a Napoleão Bonaparte:

“O ‘Napoleão’ do momento é sem dúvida alguma o Sr. Jango, Ministro do Trabalho, Napoleão das massas trabalhistas. Seu papel é tirar o Sr. Vargas da Elba do ostracismo e da impopularidade e devolvê-lo às ovações das turbas; enfim, o Sr. Jango é com o perdão da frase, muito usada anos atrás, ‘um intermediário entre o Governo e o povo’, isto é, um político – mas desta vez no bom sentido da palavra”²⁴⁵.

²⁴⁰ SUKMAN, 2006, p. 41.

²⁴¹ FERREIRA, 2011, p. 86.

²⁴² O relato do encontro consta na edição do jornal Última Hora de 26 de junho de 1954 na coluna “O dia do presidente”.

²⁴³ José Augusto Ribeiro coloca como data de posse de Jango no MTIC o dia anterior, 17 de junho de 1953. Ver mais em: RIBEIRO, 2001, p. 164.

²⁴⁴ GOMES; D’ARAÚJO, 1987, p. 62.

²⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ, 17/06/1953, p. 4.

As provocações contra o ministro Jango eram constantes no *Correio da Manhã*. Algumas delas, feitas de forma irônica, como se percebe no trecho a seguir:

“Em muita coisa o país evoluiu depois da proclamação da República. Sob a ditadura de Deodoro, tivemos um Jangote. Era sobrinho do generalíssimo e passou como o homem que mais influência exerceu no espírito do tio, de quem foi secretário. Mais de vinte anos depois, veio outro governo, também militar, o de Hermes da Fonseca, e o mesmo janto de 1889, irmão do marechal, volta à tona com um prestígio ainda maior. Foi o *leader* do mano. Agora, é a vez de Jango, ministro e condutor sindicalista, com um poder tão grande que faz e desfaz greves gerais. Jangote é diminutivo de Jango. A força do primeiro não se comparava á do segundo, o que prova que até a gramática vai acompanhando a evolução política”²⁴⁶.

Em outras, esse mesmo veículo de informação não poupava o então ministro de duras críticas e acusações. Como na matéria de 22/10/1953, na qual o jornal acusa Jango de “ferir impudicamente a verdade”. Nessa ocasião, o periódico se refere à fala do ministro, em Fortaleza, que se defendia das acusações de ser agitador de greves. O jornal, por sua vez, declara que Jango mente a esse respeito, pois “sabe” que João Goulart “é”, sim, um agitador²⁴⁷.

Vale lembrar que não foram apenas insultos que Jango recebeu pela imprensa, alguns veículos também se colocavam ao seu lado com publicações de cunho defensivo. A Gazeta de Notícias, em 07/08/1953, declarava que Jango, mesmo sendo um ministro jovem, vinha produzindo “uma gestão honesta em prol do trabalhador”. E, ao ser apoiado por Vargas e pertencer ao mesmo partido que ele, seu trabalho não deveria ser desmerecido²⁴⁸.

O próprio presidente Vargas se pronunciaria, publicamente, em mais de uma oportunidade, em favor de Goulart. Em reunião oficial com representantes de todos os sindicatos das classes marítimas, Vargas falou a respeito de Goulart que “O Ministro do Trabalho, Sr. João Goulart é um espírito sempre voltado para as lutas em defesa da justiça social, tem ele uma sensibilidade à flor da pele para compreender e sentir como poucos as necessidades e os problemas dos trabalhadores”²⁴⁹.

Embora houvesse manifestações de apoio ao ministro, eram as manifestações de oposição que ganhavam maior ressonância. Do meio político, João Goulart passou a sofrer acusações advindas de seus antigos colegas da Câmara dos Deputados. Sobre tudo por parte da

²⁴⁶ *CORREIO DA MANHÃ*, 24/06/1953, p. 1.

²⁴⁷ *CORREIO DA MANHÃ*, 22/10/1953, p. 1.

²⁴⁸ *GAZETA DE NOTÍCIAS*, 07/08/1953.

²⁴⁹ *ÚLTIMA HORA*, 30/06/1953, p.3.

UDN, da tribuna da Câmara, duras críticas seriam desferidas contra Goulart, como, por exemplo, por parte de Afonso Arinos. A acusação mais comum era a de tramar um golpe de estado com o apoio dos sindicatos²⁵⁰.

Conforme indica D'Araújo, foi crescente também a oposição dos militares em relação a Jango. Segundo a autora, haveria por parte desse setor ressalvas sobre o possível comprometimento que o ministro demonstrava ter para com os comunistas²⁵¹.

A esse respeito e dando ênfase ao modo como a oposição disferia ataques a Jango, D'Araújo sintetiza:

“A ação de Goulart no ministério é combatida desde o início a oposição procura demonstrar como o Ministro se transformara num instrumento dos interesses comunistas. Isso é inferido basicamente a partir do seu comportamento junto a vários sindicatos, como o dos bancários e o dos marítimos, em fins de 1953 e o início de 1954”²⁵².

Se com os opositores Jango dificilmente entraria em consonância, em relação aos trabalhadores o cenário era bem diferente. A política de conciliação que Goulart conseguia estabelecer com os trabalhadores foi exitosa. Com muita certeza, a postura de Jango em relação aos trabalhadores e aos sindicatos foi o carro-chefe da desconfiança que despertou em seus opositores.

Uma ação significativa, de cunho trabalhista, porque visava melhorias na condição de vida do trabalhador, foi realizada por Goulart - enquanto ministro - foi a criação do chamado “Centro de Recreação Operária João Goulart”. Inaugurado em julho de 1953, o centro atuaria, pelas palavras do ministro, no sentido de promover o bem-estar dos trabalhadores. E, além disso, prestar assistência moral, educativa, jurídica e médica ao trabalhador²⁵³.

Atuando na pasta trabalhista, Jango manteve-se próximo aos sindicatos, passou a vivenciar a rotinas dos trabalhadores, criou um vínculo com eles. Permitia a aproximação entre sua imagem de representante do governo e a massa dos trabalhadores, aglutinadas nos sindicatos.

Armando Boito Jr. reconhece o papel de Jango no fortalecimento do sindicalismo durante a fase em que foi Ministro do Trabalho. Mas destaca que a orientação trabalhista de

²⁵⁰ SUKMAM, 2006, p. 16.

²⁵¹ D'ARAÚJO, 1982, p. 123.

²⁵² D'ARAÚJO, 1982, p. 123.

²⁵³ GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/07/1953, p. 5.

Jango atuaria no sentido de promover o fortalecimento do sindicalismo oficial, aquele tutelado pelo Estado burguês²⁵⁴.

Em seu primeiro discurso, já empossado, Goulart deixava clara sua orientação política voltada aos benefícios dos trabalhadores. Essas primeiras impressões podem ser observadas no trecho a seguir:

“Ao assumir a gestão da pasta do Trabalho, atendendo a um honroso convite do Chefe do Governo, quero que as minhas palavras sejam uma ardente mensagem de confiança e solidariedade aos trabalhadores de todo o país. Homem simples que sou, pouco afeito às injunções protocolares, talvez fuja à praxe que rege solenidades como esta, ao proclamar que ascendo ao posto inteiramente a vontade, isto porque não tenho compromisso senão com o povo, no mais amplo sentido da expressão, e especialmente com o proletariado, em cujo seio tenho o orgulho de contar com inúmeras e sinceras amizades”²⁵⁵.

Como se pode perceber, o discurso de posse não era somente a manifestação de agradecimento em relação ao convite de Vargas, o modo como pensava politicamente já podia ser observado, a gestão Goulart no MTIC seria voltada para a classe trabalhadora.

Segundo Maria Celina D’Araújo, desde a ascensão de Goulart à presidência do PTB e, em seguida, assumir o MTIC, surgia um “sintoma de que o trabalhismo getulista ganhava vigor, ainda que em meio a um processo crescente de desconfiança entre os militares a classe política”²⁵⁶.

A difícil missão que Goulart enfrentaria no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é retratada por Lucília de Almeida Neves Delgado:

“Na verdade, a tarefa a ser executada por Jango era bastante complexa e, por vezes, contraditória; se aproximar dos trabalhadores, através da via da concessão e do incentivo mobilizador e, ao mesmo tempo, procurar desarmá-los, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as, apaziguando-as por meio do diálogo preventivo de concessões possíveis. Vargas entendeu que Goulart era o melhor quadro de sua confiança para estar à frente dessa linha de ação, pois além de ser presidente do PTB, era conhecido por sua capacidade de diálogo e negociação com os comunistas e demais lideranças operárias independentes. A capacidade de diálogo de Goulart poderia influir positivamente para a que a confiabilidade política dos trabalhadores, em Getúlio, voltasse a se ampliar”²⁵⁷.

Quando a autora faz referência que Goulart “era conhecido por sua capacidade de diálogo e negociação”, deve-se situar isso entendendo que, antes mesmo de assumir o posto

²⁵⁴ BOITO JR., 1982, p. 76-95.

²⁵⁵ BMTIC, 1953, p. 23.

²⁵⁶ D’ARAÚJO, 1996, p. 97.

²⁵⁷ DELGADO, 2011, p. 123.

como Ministro do Trabalho, Jango era frequentador do Palácio do Catete, sede da Presidência do Governo. Além de amigo pessoal do presidente, João Goulart tinha sua própria sala de atendimento para receber dirigentes sindicais e ser uma espécie de porta-voz, ou então, intermediário dos sindicalistas frente a Getúlio²⁵⁸.

A respeito da esfera sindical, como alerta Delgado, o número de sindicalizados no Brasil cresceu muito entre 1950 e 1955. Segundo a autora, isso se deve por alguns motivos, tais como: o desenvolvimento da economia brasileira (vertente do desenvolvimentismo proposto por Vargas), as campanhas de sindicalização e as campanhas de fundação para novos sindicatos, nas quais Goulart foi, muitas vezes, protagonista, pois assim atuava já enquanto fora presidente nacional do PTB²⁵⁹.

Gomes e D'Araújo ponderam alguns argumentos a respeito do modo como Jango atuou enquanto ministro em relação aos sindicatos. Para essas autoras, Jango lançou mão de “liberalizar a política sindical”, tentou reaproximar as agremiações sindicais do PTB. Além disso, promoveu um novo tipo de relação entre governo e sindicatos, respaldado em uma relação amigável entre ambos²⁶⁰.

O reconhecimento da classe operária pelo esforço do ministro Goulart em prol dos trabalhadores não tardaria a chegar. Em julho de 1953, Jango seria homenageado pelos motoristas profissionais da cidade do RJ devido à defesa que o ministro havia declarado pelos direitos dessa classe²⁶¹.

Pouco tempo depois, seria a vez do ministro receber outra homenagem pública, agora com um público ainda maior. Na realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Previdência Social, 1200 representantes das entidades sindicais operárias do Brasil reuniram-se para debater temáticas comuns e aproveitaram a ocasião para agradecer os esforços do ministro Goulart na defesa dos interesses dos trabalhadores²⁶².

A postura de Jango no MTIC passa a se mostrar mais inovadora se comparada aos seus antecessores²⁶³. Danton Coelho e Segadas Viana, como brevemente destacamos, não realizaram quaisquer aproximações de cunho mais informal para com os sindicalizados.

²⁵⁸ RIBEIRO, 2001, p. 162-3.

²⁵⁹ DELGADO, 2011, p. 108; GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 62.

²⁶⁰ GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 63.

²⁶¹ *DIÁRIO DA NOITE*, 13/07/1953, p. 3.

²⁶² *GAZETA DE NOTÍCIAS*, 05/08/1953, p. 2.

²⁶³ Vale lembrar que, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho em determinado momento do Estado Novo, tinha sido, até então, o ministro havia mantido um estilo de relacionamento relativamente mais próximo aos trabalhadores. O que diferenciava Jango de Marcondes era a “aura” de autoridade pública que o último prezava nas relações que estabelecia com os trabalhadores. Jango, por sua vez, quebrou protocolos. Era informal e flexível para tratar das questões sociais que angustiavam os trabalhadores e procurava manter-se sempre próximo fisicamente da classe operária. Ver mais em: GOMES; D'ARAÚJO, 1987, p. 63.

Nesses dois ministros havia o interesse, apenas, em reafirmar a política do governo, a qual consistia em atrelar o trabalhador à esfera governamental. A gestão Jango na pasta do Trabalho seria marcada por um estilo de atuar visando maior benefícios aos trabalhadores, conforme era previsto no programa dos trabalhistas. Jango não deixaria de lado a proposta do governo de manter o Estado próximo aos sindicatos, mas conseguiria realizar essa aproximação de um modo positivo com as entidades sindicais.

Ao lado da relação estipulada entre governo (na figura de Jango) com os sindicatos, para Maria Celina D'Araújo há uma aproximação, cada vez mais afetiva, entre Vargas e Goulart. Na ocasião festiva que ambos receberam a comissão sindical em função do término na greve dos marítimos, D'Araújo aponta que, do discurso proferido por Vargas, era possível perceber que o presidente passava, lentamente, a transmissão do seu carisma, em vida, para Goulart²⁶⁴. Um dos símbolos dessa “doação em vida” seria a frase proferida por Vargas durante essa solenidade: “Naquilo que ele vos disser estará me representando. Podem confiar nele, como se eu próprio fosse”²⁶⁵.

Conforme a análise de Ângela de Castro Gomes, com Jango no Ministério do Trabalho as práticas e os discursos de compromisso com os trabalhadores, construídos ainda no Estado Novo, ganhavam novo sentido. Antes, o discurso oficial estava voltado para o trabalhador, sobretudo em sua esfera individual. Nesse momento do segundo governo Vargas, essa relação passava a ser estipulada pelo viés do sindicato²⁶⁶.

Jorge Ferreira, por sua vez, vai além dessa análise e determina que, independentemente da relação estipulada pelo governo para com os sindicatos, “Não há motivos para vitimizar o movimento sindical, transformando os trabalhadores em seres ingênuos, sem percepção crítica, sempre manipulados e disponíveis para a cooptação do Estado”²⁶⁷.

A seguir, pontuaremos, de forma mais clara, de que maneira a política trabalhista de Goulart foi colocada a serviço do trabalhador brasileiro ao longo de sua gestão no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

²⁶⁴ D'ARAÚJO, 1996, p. 16-20; 100-4.

²⁶⁵ *ULTIMA HORA*, 30/06/1953, p. 3.

²⁶⁶ GOMES, 2005, p.

²⁶⁷ FERREIRA, 2011, p. 92.

4 A ATUAÇÃO MINISTERIAL DE JANGO: O TRABALHISMO NA PRÁTICA

“(...) Mas acontece que, se não tenho vocação para cortejar os poderosos, muito menos para trair aqueles que em mim depositam suas esperanças. (...) Sou daqueles que, desafiando contestações acreditam sinceramente que o trabalhador brasileiro, para solucionar seus problemas, não necessita recorrer à violência ou à ilegalidade, bastando apenas exercitar as prerrogativas que lhe conferem os próprios recursos do regime democrático vigente no país.”.

João Goulart, 1953.

Neste capítulo serão apresentadas as principais ações realizadas pelo ministro João Goulart em sua gestão no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao longo de seu mandato entre junho de 1953 a fevereiro de 1954. Procura-se evidenciar em que medida algumas ideias trabalhistas encontram identificação nas ações do ministro Jango. Nesse sentido, sempre que possível, aproximaremos esses acontecimentos ao texto fundamental de Pasqualini e ao Programa Trabalhista Brasileiro buscando encontrar pontos de contato entre ambos.

Finalmente, faremos alguns apontamentos a respeito do funcionamento do MTIC, das impressões que a oposição construiu acerca da imagem de Jango no MTIC e o modo como se deu sua saída da pasta trabalhista.

4.1 OS BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR: AS AÇÕES DO MINISTRO DO TRABALHO

Quando assumiu o cargo de Ministro do Trabalho, em junho de 1953, João Goulart, que havia sido deputado estadual e federal, atuava, naquele momento, como presidente nacional do PTB. Sua nomeação para o MTIC ocorria – paralelamente – à articulação da chamada Greve dos Marítimos. Sua posse na pasta do Trabalho estava inserida, portanto, em meio a uma crise que atingia o MTIC.

A Greve dos Marítimos é dos indícios que aponta para a referida crise que permeava as relações entre o Estado, personificado pelo MTIC, e os trabalhadores. Os dois ministros anteriores (também ligados ao PTB) que ocuparam o Ministério do Trabalho, Danton Coelho

e Segadas Viana, ainda que dotados de competência para o cargo, não haviam cumprido as pretensões políticas intencionadas por Getúlio Vargas, de manter, sobretudo, o diálogo com a classe trabalhadora²⁶⁸.

É possível constatar, ainda, que a chegada de Jango ao MTIC está contida na reforma ministerial promovida pelo presidente Vargas, ao longo de seu segundo mandato, afim de tentar recuperar o prestígio do governo frente ao movimento sindical.

O contato próximo com os sindicatos vinha sendo uma realidade na vida política de Jango. Envolto nas negociações da Greve dos Marítimos, João Goulart já se mostrava passível de diálogo e de negociação com a classe trabalhadora antes mesmo de ser ministro²⁶⁹.

Seu estilo de trabalho, sendo pacífico no contato com os trabalhadores e fazendo concessões a essa classe, é que passa a ser observado na grande maioria de suas ações no Ministério do Trabalho. Tais ações estão registradas nas edições do chamado *Diário Oficial da União*, veículo de comunicação ligado à Imprensa Nacional, divulgador dos atos referentes aos Três Poderes. Especificamente em relação à gestão Jango, seus primeiros atos como ministros são encontrados a partir agosto de 1953.

Observar quais ações foram realizadas por Jango no MTIC permite constatar sua vinculação, de fato, ao partido trabalhista, sua proximidade com as ideias fundamentais do conceito de trabalhismo, elaborada por Alberto Pasqualini e absorvido, em grande parte pelo PTB²⁷⁰.

É preciso destacar, ainda, que o tom que rege as práticas trabalhistas, seja em seu teórico fundamental, Pasqualini, seja no partido petebista, ou, ainda, com João Goulart, inegável é a proposta de amparo às classes populares nas ações empreendidas.

Senso comum no programa partidário dos trabalhistas e no legado pasqualinista é a questão de entender o trabalho como algo valoroso e fundamental para o homem. Para tanto, o emprego desse indivíduo deveria ser “útil e regular”. Desse modo, trabalhar era entendido como uma tarefa obrigatória, necessária para a evolução da sociedade e, mais do que isso, caberia ao indivíduo, ao estar trabalhando, “cooperar para o bem-estar da Nação”²⁷¹.

Com João Goulart na função de Ministro do Trabalho, muitas de suas ações nessa pasta encontrarão correspondência no programa do PTB e ao texto fundamental do

²⁶⁸ GOMES, In: FERREIRA (Coord.), 2006, p. 36.

²⁶⁹ DELGADO, 2011, p. 123.

²⁷⁰ É preciso destacar que esse estudo, em quaisquer circunstâncias, não estipula uma relação direta entre João Goulart e Alberto Pasqualini, o que o trabalho de um tenha continuidade no do outro. Em outra medida, identifica-se, aqui, aproximações entre o modo de agir de João Goulart, como político, com ações próximas às ideias acerca do conceito de trabalhismo elaboradas por Pasqualini, absorvidas pelo PTB.

²⁷¹ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO In: CHACON, 1981, p. 434.

trabalhismo, a obra de Pasqualini²⁷². Dentre o conjunto das ações que realizou ganham destaque ações que visaram: o bem-estar do trabalhador (sobretudo aspectos de assistencialismo), as garantias de segurança no emprego, o aprimoramento profissional e intelectual da classe dos trabalhadores e o funcionamento das entidades sindicais.

Desdobrando melhor essas questões, é possível identificar inúmeras leis, decretos e portarias, despachadas por Goulart, a fim de promover o bem-estar do trabalhador. Nesse sentido, vale observar um dos primeiros serviços colocados à disposição das classes trabalhadoras pelo ministro Jango: o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU).

Inicialmente, esse serviço de atendimento médico foi criado em fevereiro de 1950, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra e atendia contribuintes e beneficiários dos institutos e das caixas de aposentadorias e pensões. No governo Getúlio Vargas, graças à interferência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart, o atendimento, uma vez conveniado pelas prefeituras, se estenderia a todos os indivíduos, indistintamente²⁷³. Na gestão Jango, quando retomado esse serviço, o primeiro a receber foi o Paraná²⁷⁴.

O atendimento médico nas residências dos trabalhadores não se constituía como uma ideia trabalhista. Porém, era previsto pelos trabalhistas que houvesse a chamada Segurança Social²⁷⁵. A partir dela, o Estado deveria prover o acesso dos trabalhadores aos canais de assistência médica a fim de que esse indivíduo pudesse “manter perfeita sua saúde”²⁷⁶.

Um programa como o SAMDU promovia, portanto, maior facilidade a mecanismos efetivos em prol da saúde pública e, conseqüentemente, à proposta trabalhista. Após suicídio de Vargas, em janeiro de 1955, o Governo Federal resolveu extinguir os serviços em várias localidades brasileiras²⁷⁷.

Outro projeto assinado pelo ministro Jango de grande relevância para o âmbito assistencial ao trabalhador foi o Decreto nº 33.634, de 21 de agosto de 1953 que concedia o

²⁷² Não se estipula em nosso estudo que a doutrina trabalhista tenha se efetivado com a prática de João Goulart. Em outra medida, entendemos que Jango, como um homem político ligado a um partido trabalhista, tenha realizado ações que dialogaram com as principais ideias que compoem o conceito de trabalhismo.

²⁷³ Extraído do site:

http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=1964&tipo=texto Acesso em: 25/12/2014.

²⁷⁴ DOU 17/08/1953.

²⁷⁵ A respeito da chamada Segurança Social, ela está prevista no programa partidário do PTB, na forma de um capítulo que prevê a concretização de um programa de serviços sociais no Brasil, o qual assegure a completa proteção dos trabalhadores e de suas famílias. Ver mais em: PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 436.

²⁷⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 436.

²⁷⁷ Extraído do site:

http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=1964&tipo=texto Acesso em: 25/12/2014.

auxílio-doença para os trabalhadores. Na nota oficial expedida sobre esse benefício, era registrado que ato representava uma “expressiva vitória às classes trabalhadoras”²⁷⁸.

O trabalhismo, a respeito da saúde do trabalhador, propunha: dar assistência a fim de que pudesse manter perfeita sua saúde; tivesse acesso a serviços médicos e farmacêuticos durante os períodos de enfermidade, inclusive internação hospitalar; acesso aos serviços dentários; garantia de percepção do salário durante a enfermidade; proteção contra acidente do trabalho ou moléstia profissional; percepção, no caso de acidente do trabalho ou moléstia profissional, de importância equivalente ao salário normal; receber aposentadoria nos casos de invalidez e velhice, com renda equivalente ao salário normal; conceder pensão aos beneficiários, que lhes assegure existência condigna, dentre outros²⁷⁹.

Em seu curto espaço de tempo à frente do MTIC, João Goulart ainda esteve envolto na assinatura de outras leis que tinham, ainda, o referido caráter assistencialista para o trabalhador. A lei nº 2.158, de 2 de janeiro de 1954 determinava a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência-alimentar aos seus associados²⁸⁰.

A assistência prestada pelo MTIC aos trabalhadores é verificada no agradecimento determinada visita do ministro ao interior do Rio de Janeiro. Em Petrópolis, por exemplo, fora registrado um emblemático agradecimento dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos daquela cidade às concessões feitas para aqueles trabalhadores como aposentaria-prêmio, auxílio-maternidade de mil cruzeiros e um ambulatório, sem deixar de solicitar novos benefícios, sobretudo, o aumento de salário²⁸¹.

Vale acrescentar que, ainda em situações eventuais, decorrentes de catástrofes naturais, o modo de atender à população mantinha-se o mesmo, de promover o bem-estar imediato ao trabalhador. Exemplo disso é o decreto de nº 34.432, 31 de outubro de 1953 que consentia um crédito de 2 milhões de cruzeiros ao MTIC para prestar socorro às vítimas de incêndio no Maranhão²⁸².

Seguindo na apresentação das ações realizadas na gestão ministerial de Goulart, chama a atenção o cuidado e a prevenção que o ministro tinha em relação aos possíveis acidentes de trabalho. Tal assunto tornou-se uma constante na fala e nas ações do ministro. Como um dos

²⁷⁸ DOU 26/08/1953.

²⁷⁹ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 436-7.

²⁸⁰ DOU 06/01/1954.

²⁸¹ DOU 13/02/1954.

²⁸² DOU 31/10/1953.

argumentos que justificavam a importância dessa iniciativa, encontramos o trecho que segue atribuído a Jango:

“(...) os prejuízos resultantes dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais não devem ser encaradas unicamente em seu aspecto humano, mas também pelas horas de trabalho perdidas, com profundo reflexo sobre a produção e a economia nacionais”²⁸³.

Nesse sentido, em relação aos acidentes ocorridos com os trabalhadores em seus ambientes profissionais, o ministro Jango lançou o Decreto nº 34.715, de 27 de novembro de 1953, que por sua vez, instituía a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Não somente isso, foi organizado, também por ordens do ministro, a organização e funcionamento das chamadas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.

Nessas comissões, todas as empresas com mais de 100 empregados seriam obrigadas a ter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). A fim de cuidar da higiene e da prevenção de acidentes do trabalho daqueles funcionários. Para empresas menores era indicado que organizassem algo semelhante de maneira voluntária. Empregados e empregadores, segundo ordens do ministro, deveriam participar da CIPA²⁸⁴.

Expressivamente, as ações feitas pelo ministro Jango voltaram-se à classe trabalhadores. Aos empregadores, timidamente, é possível observar algumas concessões por parte do MTIC.

Exemplo da referência acima é a atitude do ministro João Goulart em conceder exclusividade aos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, Comerciais e Industriários o recolhimento do seguro de acidentes do trabalho. A explicação do ministro consistia que: a fixação das tarifas para esse serviço beneficiaria, diretamente, as classes patronais, não havendo mais divergência de valores na cobrança desse serviço²⁸⁵.

Como referimos, em número muito maior são os benefícios concedidos às classes trabalhadoras pelo MTIC na gestão Goulart. Grande parte das preocupações do ministro trabalhista estavam envoltas na questão da segurança e no bem-estar do trabalhador. Ao lado disso, outro fator de atenção por parte do ministro Jango foi a questão do aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores.

Essa questão já era prevista no ideário trabalhista e, destacadamente, no programa partidário do próprio PTB. Ao priorizar o aprimoramento profissional e intelectual do

²⁸³ DOU 30/11/1953.

²⁸⁴ DOU 03/11/1953.

²⁸⁵ DOU 03/11/1953.

trabalhador, esse teria “ampla oportunidade de acesso” ao mercado de trabalho. A respeito, dizia o programa:

“O aprimoramento intelectual do trabalhador depende exclusivamente das medidas tomadas pelas autoridades nacionais e locais no sentido de facilitar aos cidadãos sua formação cultural orientada de acordo com os interesses sociais, políticos e econômicos da coletividade. Tais medidas são: a) difusão de escolas primárias gratuitas e de frequência obrigatória, tornadas acessíveis, por sua localização, às populações infantis; b) disseminação por todo o território nacional de escolas noturnas gratuitas para alfabetização intensiva, ministração de ensino primário a adultos e adolescentes impossibilitados de frequência às escolas diurnas; c) multiplicação de estabelecimentos de ensino secundário gratuito, a fim de facilitar sua disseminação; d) desenvolvimento do ensino técnico-profissional e criação de estabelecimentos universitários para formação, em grau superior, de técnicos especializados; e) instalação de centros culturais e de recreação, com bibliotecas, discotecas, salões para concerto, teatro, conferências, projeções cinematográficas de caráter educativo etc., de modo a melhorar o índice intelectual do povo; f) efetivação da subordinação do ensino em geral ao governo federal e sua conseqüente padronização adaptada às necessidades dos meios de localização - urbanos, industriais e rurais - e fazendo-o assentar sobre bases mais objetivas”²⁸⁶.

Na gestão do ministro Goulart, a realização do chamado Primeiro Instituto de Trabalho surge como projeto de maior expressão na questão referida acima. Autorizado pelo presidente Vargas e elogiado por esse como um projeto “louvável”, sua realização contou com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores. Esse instituto teria finalidade educativa, para a elevação do nível da massa trabalhadora e o a aprimoramento da liderança sindical.

Com essa iniciativa, justificava o ministro, o Brasil passaria a seguir um modelo já adotado em outros países, a fim de aproximar educadores e técnicos de questões socioeconômicas aos trabalhadores: “Através, ainda, desses Institutos, o trabalhador terá participação ativa na elaboração de programas de educação e estudará igualmente, os problemas práticos do trabalho, de modo a orientar os planos de melhoria econômica e social para a classe”²⁸⁷.

Ao lado do aprimoramento profissional e intelectual dos trabalhadores, o reconhecimento das potencialidades desses indivíduos também foi uma questão relevante na gestão de Goulart no MTIC. No seu estilo de trabalho, marcado pela pacificidade, diálogo e negociação com a classe trabalhadora, havia espaço para Goulart promover ações que estimulassem o processo criativo dos trabalhadores.

²⁸⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 435.

²⁸⁷ DOU 20/08/1953.

Para tanto, o ministro valeu-se da Portaria nº 156, de 27 de novembro de 1953, a qual definia que caberia aos poderes públicos estimular o espírito de incentivo e de criação entre os trabalhadores. A partir disso, o MTIC promoveria exposições oficiais para que trabalhadores pudessem expor suas criações.

O Ministério do Trabalho, por sua vez, iria organizar a Exposição da VI Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho, premiando os trabalhos que tivessem melhor aperfeiçoamento técnico, originalidade, eficiência e simplicidade para promover a segurança no trabalho²⁸⁸.

Ação semelhante fora o Decreto 34.714. Ao instituir a Menção Honrosa da Segurança do Trabalho a ser conferida aos que se salientaram nas realizações em prol da Prevenção de Acidentes do Trabalho. As menções seriam de dois tipos: pioneira (destinada aos trabalhadores e empregadores que tivessem iniciados esse processo para cuidar da segurança do trabalho) e colaboradora (aos continuadores dessa prática dentro das empresas).

Os escolhidos seriam apresentados com diplomas na Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho. A Divisão de higiene e Segurança do Trabalho, vinculado ao MTIC, seria a responsável por averiguar os vencedores a cada ano nas diferentes regiões brasileiras²⁸⁹.

Havia na doutrina trabalhista, em relação a esse estímulo dado ao trabalhador, a proposta de subvenção do Estado para todas as organizações destinadas à beneficência, à recreação e à cultura da classe trabalhadora²⁹⁰. Na gestão Jango, esse estímulo pode ser evidenciado.

Seguindo na identificação das ações que, mais fortemente, marcaram a gestão Jango no MTIC, podemos indicar, destacadamente, os decretos e as portarias referentes às unidades sindicais, sobretudo em relação ao seu funcionamento.

Passo importante na direção do exposto acima foi a Portaria nº 165, de 11 de dezembro de 1953. Nela, o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, baseando-se nos artigos 594 e 596 da Consolidação das Leis do Trabalho determinava o funcionamento do chamado Fundo Social Sindical²⁹¹. A respeito das atribuições desse fundo, diz o texto:

²⁸⁸ DOU 03/11/1953.

²⁸⁹ DOU 30/11/1953.

²⁹⁰ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 438.

²⁹¹ DOU 12/12/1953. O Fundo Social Sindical já era previsto desde os anos 40, juntamente com a CLT. Na gestão ministerial de Goulart sofreu algumas modificações em relação ao seu funcionamento, agora gerido pela referida CIS.

“(...) será gerido e aplicado pela Comissão do Imposto Sindical de acordo com o plano sistemático de aplicação que aprovar, em objetivos que atendam aos interesses gerais da organização sindical nacional ou em assistência social aos trabalhadores (...)”²⁹².

O Fundo Social Sindical tornava-se, a partir daquele momento, um elo entre o trabalhador e o MTIC. Os recursos que fossem recolhidos, aparentemente, seriam utilizados no mesmo sentido do interesse das classes trabalhadoras, sob orientação do MTIC.

É preciso atentar, todavia, que as ações realizadas pelo ministro Goulart não tardariam a encontrar oposição. Em relação ao Fundo Social Sindical, especificamente, o recolhimento das verbas referentes ao fundo foi identificado por jornais de oposição a Goulart, como o *Correio da Manhã*, como mecanismos de Goulart para realização de suas manobras políticas a fim de “tumultuar a vida econômica e política do país”²⁹³.

Ainda em relação ao Fundo Social, a referida Comissão do Imposto Sindical (CIS) merece destaque. Se o Fundo Social promoveria uma real aproximação entre trabalhadores e MTIC, no recolhimento de recursos a serem revertidos em benefícios aos trabalhadores, a CIS seria a responsável pelo fortalecimento desse elo²⁹⁴.

A respeito do estabelecimento da referida comissão e de seus componentes, tem-se uma breve descrição no relato abaixo:

“A Comissão do Imposto Sindical, a que se refere o art. 595 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, com sede no Ministério do Trabalho, Indústria e comércio, funcionará sob a presidência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e será constituída: a) de um representante do Departamento Nacional do Trabalho e de um dos serviços de contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo respectivo Ministro; b) de um representante dos profissionais liberais, de dois dos empregadores e de dois dos empregados, indicados em lista tríplice pelos presidentes das respectivas Confederações e nomeados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; c) de três pessoas de conhecimentos especializados, sendo dois em Direito do Trabalho e um em Medicina Social, designados livremente pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (...)”²⁹⁵.

Ainda que sob ordens oriundas, diretamente, do Ministro do Trabalho, a CIS, como se percebe, contava, em sua estrutura interna, com a presença tanto de empregados quanto de

²⁹² DOU 12/12/1953.

²⁹³ *CORREIO DA MANHÃ*, 28/08/1953, p. 4 (primeiro caderno). Antes da referida matéria do *Correio da Manhã*, outro jornal, o *Última Hora*, havia informado que estava previsto para o ano de 1953 que o Fundo Social Sindical recolhesse 45 milhões de cruzeiros. Ver: *ULTIMA HORA*, 27/04/1953.

²⁹⁴ Criada ainda em 1943, na gestão Jango ela seria usada, sistematicamente, como recurso do ministro para suas ações na pasta do Trabalho.

²⁹⁵ DOU 29/12/1953.

empregadores. Aparentemente, a subordinação da comissão ao MTIC poderia representar a falta de autonomia de seus componentes ou representar, ainda, apenas os interesses do próprio ministério.

Na prática, contudo, a CIS foi um órgão de importância para as conquistas trabalhistas. Seus componentes foram responsáveis, por exemplo, para desenvolver um estudo que viabilizava benefícios da Previdência Social dos trabalhadores. Também foi de competência dessa mesma comissão estipular a viabilidade de colocar em prática aquele que fora um dos principais elementos do programa trabalhista, a criação dos Institutos e Serviços Sociais²⁹⁶. Uma síntese sobre essas questões consta no trecho a seguir:

“Uma comissão de técnicos foi designada pelo Presidente da República para estudar a possibilidade de ampliação dos benefícios da Previdência Social no Brasil, com a recomendação de que fosse o assunto apreciado 'minuciosamente', inclusive a implantação gradativa do Instituto e Serviços Sociais, cuja criação foi prevista no Decreto-Lei N.º: 7.526, de 1945, a fim de atender aos justos reclamos da massa trabalhadora do país”²⁹⁷.

A concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil seria fundamental na proposta trabalhista a fim de assegurar “completa proteção aos trabalhadores e às suas famílias”. No referido ideário, a “tranquilidade” do trabalhador e de seus dependentes deveria ser mantida “no presente” e manter essa segurança “no futuro”, pois assim se asseguraria “o progresso da Nação como também para a existência de harmonia social”²⁹⁸.

Seguindo essa orientação de aproximação entre Estado e trabalhadores, sobretudo em relação às unidades sindicais, também partiu do gabinete de Goulart o funcionamento sistemático de outra comissão, a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS).

Criada pela Portaria n. 43 em 28 de maio de 1951, voltou a ser efetiva com João Goulart, a partir do regimento de 1º de dezembro de 1953. Sua orientação para funcionamento eram promover: espírito associativo, consciência sindical, incentivar cooperação e solidariedade nas relações de trabalho e difundir a legislação sindical²⁹⁹.

Segundo a doutrina trabalhista estar ao lado das entidades sindicais, como era feito o trabalho da CTOS, era tarefa de grande importância, pois:

²⁹⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 436.

²⁹⁷ DOU 29/12/1953

²⁹⁸ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 446-7.

²⁹⁹ DOU 02/01/1953.

“(...) a experiência da política sindical tem proporcionado ao governo o ensejo de melhor auscultar os interesses das classes trabalhadoras, que, por meio dos representantes saídos do seu próprio seio, levam ao exame dos órgãos do governo suas necessidades e as sugestões capazes de solucioná-las (...)”³⁰⁰.

A CTOS vinha, nesse sentido, ser mais um elo: reforçando os laços entre trabalhadores e o MTIC. Ainda que as ações de Goulart no MTIC sejam entendidas, aqui, como possuidoras de elementos do trabalhismo, sua atuação também permite outras constatações.

A entrada de Goulart no Ministério do Trabalho, em junho de 1953, havia sido pensada por Vargas para tentar recuperar o prestígio do governo frente ao movimento sindical. Era preciso manter o diálogo do Estado com a classe trabalhadora (sobretudo com suas entidades sindicais) e isso Goulart vinha realizando de forma expressiva.

Sobremaneira, a ênfase dada pelo MTIC às organizações sindicais ganha proporções relevantes ao longo da gestão Jango. Pouco antes de deixar a pasta trabalhista, o então ministro assina a Portaria nº 11, de 11 de fevereiro de 1954. Nela, se revogaram grande parte as instruções para reger as eleições sindicais assinadas pelo ministro anterior, Segadas Viana para deixar valer as novas, estipuladas na gestão Goulart³⁰¹.

Durante sua permanência na pasta do Trabalho, o gabinete de Jango recebeu muitos pedidos de reconhecimento de sindicatos. A partir disso, essas instituições passaram a se organizar conforme a legislação vigente. Algumas alterações no processo eleitoral das unidades sindicais permitem inferir a intencionalidade do MTIC em permitir que um maior número de associados pudesse participar do pleito.

Dentre essas significativas mudanças, pode-se apontar, por exemplo, duas delas. A primeira, em relação àqueles que poderiam votar. Na gestão Segadas Viana, era explícito nas regras eleitorais que teriam direito a voto: todo sindicalizado maior de 18 anos, que soubesse ler e escrever e, além disso, tivesse seis meses de inscrito na unidade sindical e dois anos de trabalho na sua respectiva função³⁰².

Com as alterações promovidas por Goulart, o novo texto de regras eleitorais trazia, em poucas linhas, a determinação que seria passível de voto aquele sindicalizado que soubesse “ler e escrever”, não havendo quaisquer outras determinações explicitamente citadas³⁰³.

³⁰⁰ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 432.

³⁰¹ DOU 22/02/1954.

³⁰² DOU 09/04/1952.

³⁰³ DOU 22/02/1954.

A segunda compete ao artigo correspondente à utilização de voto por correspondência. Na versão das instruções de eleição feitas em 1952, um capítulo inteiro era dedicado aos procedimentos de voto por correspondência.

Nessa ocasião, era estipulado que os sindicalizados poderiam votar por correspondência desde que seu afastamento no dia da eleição sindical fosse atestado por motivo de trabalho e, mediante comprovação, o sindicalizado receberia um documento, chamado “sobrecartas”, para manifestar seu voto, devolvendo, em seguida, o documento ao sindicato³⁰⁴.

Na nova versão das regras que regeriam as eleições nos sindicatos, é extinto esse capítulo. Em relação especificamente a essa questão, é determinado, apenas, em pequeno artigo, que a convocação das eleições seja feita com antecedência a fim de que seus associados tenham ciência, via jornal de grande circulação, da marcação do pleito e “quando for o caso (de votação por correspondência), será expressamente mencionada no edital” a forma como ela deveria ser procedida³⁰⁵.

Observando-se mais cuidadosamente as modificações feitas pelo ministro para as eleições sindicais nos permite algumas impressões. Possivelmente, o MTIC quis estimular a participação dos sindicalizados nos pleitos eleitorais, fazendo-os participar da vida sindical. Ao retirar algumas restrições daqueles que teriam direito ao voto, permitiu que maior número pudesse participar do pleito.

A extinção de um capítulo referente ao voto por correspondência nos remete, novamente, à ideia da necessidade e interesse da presença do sindicalizado na realização do pleito. Seria interesse tanto por parte do próprio trabalhador quanto do Estado, pois assim, na entrega do relatório da eleição haveria um controle mais efeito de quem, de fato, havia participado da votação.

Ao lado disso, outras ações realizadas por João Goulart no Ministério do Trabalho ainda podem ser referidas, sobretudo àquelas realizadas nos seus últimos momentos na pasta do Trabalho. Outra portaria, assinada em 3 de fevereiro de 1954, nos remete, novamente, ao cunho trabalhista de sua atuação.

Nessa oportunidade, o ministro Goulart ordenava que o Departamento Nacional de Imigração, vinculado ao MTIC, recebesse e prestasse assistência a um grupo de nordestinos que estavam residindo na capital federal com escassas condições de vida.

³⁰⁴ DOU 09/04/1952.

³⁰⁵ DOU 22/02/1954.

Em relação à temática da imigração, a doutrina trabalhista previa auxílio aos imigrantes. Permitia-se a adesão do recém-chegado para o mercado de trabalho local, admitindo essa mão-de-obra, organizando para esse grupo serviços de hospedagem, assistência técnica, sanitária e econômica para integra-los à realidade local³⁰⁶.

A seguir, apresenta-se o texto ministerial publicado em veículo oficial sobre esse assunto:

“O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio: Considerando que os nordestinos chegados a esta Capital em levadas fogem à inclemência de um clima adverso; Considerando que com eles vêm famílias numerosas, em busca de melhores condições de vida; Considerando que é dever do Estado ampará-los e encaminhá-los no trabalho, aproveitando as aptidões de cada um; Considerando que, anualmente, o Estado dispende grandes somas com a imigração, buscando no estrangeiro o braço necessário ao desenvolvimento de nossas lavouras e das nossas indústrias; Considerando que parte dessas somas podem ser empregadas no aproveitamento dos nacionais acossados pelas secas; Considerando que a instalação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização depende ainda da regulamentação da Lei n.º 2.163, de 5 de janeiro de 1954, que o criou; Considerando por fim que o problema exige solução imediata, não podendo aguardar o tempo necessário àquela regulamentação: Resolve determinar que o Departamento Nacional de Imigração adote imediatamente as medidas que se fazem precisas para o encaminhamento dos nordestinos chegados a esta Capital e locais onde possam exercer suas atividades na indústria e na lavoura. Essas providências deverão estender-se a todas as localidades onde haja concentração de nordestinos egressos das secas e nelas serão empregadas todas as verbas destinadas à imigração”³⁰⁷.

Como se percebe, ao longo de sua atuação no MTIC, o estilo de trabalho de João Goulart manteve-se coerente desde seu discurso de posse: prezando pelo diálogo e, destacadamente, ao lado dos principais princípios trabalhistas: promover amparo aos trabalhadores a partir de propostas e ações realizadas em prol dos trabalhadores.

Por fim, uma expressiva ação realizada por João Goulart, enquanto ministro, ainda não foi citada e devidamente referida: o projeto do salário mínimo. Temática já requerida pelos trabalhadores, há tempos, e de interesse do próprio ministro. O próprio Jango afirmava, durante seu mandato, já estar providenciando um possível reajustamento dos salários, o qual seria apresentado, em breve, ao presidente Vargas³⁰⁸.

A seguir, apresentaremos a constituição do chamado Plano Nacional do Salário Mínimo, projeto que atestaria a possibilidade de aumento do salário mínimo nacional e que,

³⁰⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 442-3.

³⁰⁷ DOU 03/02/1954.

³⁰⁸ DOU 13/02/1953.

em sua elaboração, pode-se observar uma série de elementos que dialogam com a proposta trabalhista.

4.2 O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO UM PROJETO DO MINISTRO GOULART

Anteriormente, referimos que há uma importante ação feita por Jango, enquanto ministro, a qual merece atenção: o possível aumento do salário mínimo. Por parte dos trabalhadores, já havia um pedido em relação a essa questão. Desde o princípio de sua gestão no MTIC, Goulart procurou encaminhar os estudos para verificar a possibilidade do aumento do salário mínimo.

Em 22 de fevereiro de 1954, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart apresentava ao então presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, o Plano Nacional do Salário Mínimo. O presente plano fora resultado da pesquisa desenvolvida pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SPTE), órgão que compunha o referido ministério. Mario Sinibaldi Maia, Diretor do SPTE, assinava, juntamente com Goulart, a realização dos estudos sobre o possível aumento salário mínimo³⁰⁹.

Os elementos que foram estudados e estão presentes na composição do PNSL apresentaram, conforme tentar-se-á demonstrar, proximidade com aspectos defendidos pela doutrina trabalhista.

Exemplo disso, percebe-se já na apresentação feita pelo ministro Goulart, a respeito de qual era o objetivo do plano em questão: adequar o nível de salário ao custo de vida do trabalhador, tendo em vista que, segundo o ministro, esse custo vinha sendo elevado “contínua e acentuadamente” desde dezembro de 1951, data da última atualização do salário mínimo³¹⁰.

Em correspondência aos princípios trabalhistas, encontrados no programa do PTB, há um capítulo destinado para o “salário profissional e garantia de acesso”, o qual, de forma simples e direta, define que todo e qualquer trabalhador deveria ter seu salário em numerário equivalente à função desempenhada e de cunho progressivo devido ao tempo de serviço, assim, haveria a valorização do trabalhador bem como seu sustento³¹¹.

³⁰⁹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 50.

³¹⁰ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 1.

³¹¹ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 445.

A iniciativa do ministro trabalhista, ao realizar o estudo do salário mínimo, era respaldada pela leitura da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³¹² e da Constituição de 1946. Ambas referiam-se ao salário mínimo e às necessidades básicas que a remuneração do trabalhador deveria abarcar. Em relação à Constituição, no artigo 157, mais especificamente, era estabelecido que a legislação do trabalho e a da previdência social obedeceriam a uma série de preceitos, sempre visando a melhoria da condição de vida dos trabalhadores, incluindo-se, aí, o salário mínimo.

No programa partidário dos trabalhistas a questão abordada acima encontra correspondência. Em seu primeiro artigo, há a definição, justamente, para a necessidade de reexame da Constituição sempre que os direitos do trabalhador, nela assegurados, não fossem respeitados. Jango, um político ligado ao Partido Trabalhista, reafirmava, assim como consta no programa do seu partido, que o salário mínimo deveria abarcar além das quatro necessidades básicas³¹³: habitação, alimentação, vestuário e higiene (para uma família de quatro pessoas, hipoteticamente).

Tal ideal trabalhista já fora pensado, anteriormente, ainda nos anos 40, por Alberto Pasqualini, doutrinador do trabalhismo brasileiro. Pasqualini, em sua obra fundamental, *Bases e Sugestões para uma Política Social*, apresentado no primeiro capítulo, indicava que a existência de capital (o dinheiro) deveria promover o desenvolvimento da economia, a multiplicação e o aperfeiçoamento dos meios de produção, a fim de que fossem atendidas “cada vez melhor às necessidades humanas, ao conforto dos indivíduos e ao progresso social”³¹⁴.

Pensar o salário mínimo e sua importância na realidade do trabalhador tornam-se uma constante ao longo de todo o PNSL. O referido plano fora composto por diferentes seções de pesquisa e investigação, sendo elas: Seção Estudos e Análises, gerenciado por Tolstói Claderciano Klein, Seção da Previdência Social, por Sylvio Nanni, Seção de Mecanização, sob gerenciamento de Aristides Martins, Seção do Trabalho, atribuído a Antônio de Menezes Seródio, Seção do Comércio e Indústria, por José C. Nunes Pires e Seção de Administração, tendo Augusto Gentil de Falcão como gestor³¹⁵.

³¹² Joao Goulart fazia referência ao artigo 76 da CLT, que diz: “Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Extraído do site: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10758067/artigo-76-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em 16/12/2014.

³¹³ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 435.

³¹⁴ PASQUALINI, 1948, p. 5.

³¹⁵ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, folha de rosto.

O ministro Jango, que fora o responsável pela entrega desse documento ao presidente Vargas, desde seu ingresso na pasta trabalhista e após percorrer muitos estados brasileiros, afirmava ter verificado que a “intranquilidade reinante” que vivia o trabalhador era resultante de seu salário insuficiente para atender suas necessidades de substância³¹⁶.

A respeito da difícil situação citada acima, a qual o ministro dizia ter verificado, é citada por ele a partir de um exemplo: o caso da cidade de Natal. O ministro indica que nessa cidade um quilo de carne custava 30 cruzeiros e o salário não passava de 500 cruzeiros. Tal circunstância, segundo Jango, era de desespero.

E, ainda, segundo o ministro, em situação similar àquela vista em Natal, de extrema dificuldade para adquirir produtos, viviam os trabalhadores das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. A partir da realidade vivida nessas grandes cidades, o ministro Jango entendia tais circunstância como impedimento para o alcance da paz social, tão almejada no ideário trabalhista e dificilmente alcançada naquela realidade³¹⁷.

A respeito da difícil situação econômica vivida pelo trabalhador brasileiro em função do baixo salário é descrita pelo ministro Goulart ao presidente Vargas:

“Não existe melhor estatística, Senhor Presidente, para o pobre, do que o caderno de pagamento de suas contas, que lhe mostra de maneira irrefutável a diminuição constante de seus salários com a elevação vertiginosa dos preços das utilidades e dos gêneros essenciais à preservação da vida. E não se diga, como querem alguns, que os trabalhadores são culpados por essa situação. Aceitar esse ponto de vista, seria inverter maliciosamente os termos do problema. Não são os salários que elevam o custo de vida. Pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais elevados”³¹⁸.

Ao finalizar sua apresentação a respeito do PNSL, João Goulart reconhecia-se como um grande intérprete do pensamento dos trabalhadores brasileiros e sugeria ao presidente Vargas que acolhesse suas solicitações, concedendo o aumento de salário. Indo além, Jango também deixava como uma válida opção, que a fiscalização daquilo que propunha fosse feito pelos próprios trabalhadores, por meio dos sindicatos. A esse respeito, escreveu o Ministro do Trabalho ao finalizar o PNSL:

“Ao concluir, Senhor Presidente – e tendo em vista as razões acima expostas – sinto-me no dever, interpretando o pensamento da maioria das classes obreiras do país, tomar a liberdade de sugerir a Vossa Excelência que, após a assinatura do decreto fixando as novas tabelas de salário mínimo, determine providências no sentido da

³¹⁶ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 1.

³¹⁷ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 2.

³¹⁸ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 3.

revisão geral e congelamento dos preços das mercadorias essenciais ao povo, em bases justas e acessíveis à bolsa do depauperado consumidor nacional. Permito-me ainda aventar que a fiscalização da execução de tal medida poderia ser feita, em com eficiência e honestidade, pelos próprios trabalhadores, através dos seus legítimos órgãos de representação, que são os sindicatos. Finalmente, estou certo de que Vossa Excelência, com o acentuado escrúpulo que põe em seus atos de Governo, não deixará de enviar os estudos e as sugestões que ora formulo ao esclarecido exame do Senhor Ministro da Fazenda, a quem cabe a responsabilidade do setor econômico e financeiro do País.”³¹⁹.

João Goulart, conforme se observa, deixa clara sua posição como intérprete dos trabalhadores e de suas necessidades. Ao mesmo tempo, ao sugerir que: “a fiscalização da execução de tal medida poderia ser feita, em com eficiência e honestidade, pelos próprios trabalhadores, através dos seus legítimos órgãos de representação, que são os sindicatos”, pode-se inferir que há um interesse em reforçar o vínculo que o trabalhador deve ter ao seu respectivo sindicato.

Vale lembrar que, desde seu ingresso na pasta do Trabalho, e assim como já indica a autora Ângela de Castro Gomes, com a chegada de Jango ao MTIC, suas ações foram próximas aos sindicatos, pois o recuperar o diálogo e o prestígio do governo junto ao movimento sindical era prioridade no segundo governo Vargas³²⁰.

Em janeiro de 1954, ainda segundo Gomes, a pauta do salário mínimo já vigorava entre a imprensa do país e entre os próprios trabalhadores. A imagem de Jango era amplamente “difundida, discutida e dividida”³²¹. Assunto deveras polêmico, o salário mínimo, debatido publicamente no referido mês, já era tratado pelo ministro Goulart ainda no ano anterior.

Ainda em relação à polaridade que o tema “salário mínimo” adquiriu em janeiro de 1954 pode ser observada no trecho que segue, quando trabalhadores vão solicitar o referido aumento ao presidente Vargas:

“O Presidente Getúlio Vargas recebeu ontem, no Palácio do Catete, em companhia do Ministro do Trabalho, Sr. João Goulart, numerosa comissão de líderes sindicais que foram manifestas pessoalmente ao Chefe do Governo o ponto de vista dos trabalhadores sobre a fixação dos novos níveis de salário mínimo, tratando ainda de outros assuntos do interesse das classes obreiras, tais como o congelamento geral dos preços, a regulamentação do dispositivo constitucional sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas. etc. Os trabalhadores pleitearam a aprovação do novo salário mínimo (...). Agradecendo a visita, o Presidente Getúlio Vargas esclareceu que aguarda o resultado dos estudos procedidos pelas Comissões do Salário Mínimo, para decidir sobre a importante questão. E concluiu dizendo que os

³¹⁹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 4.

³²⁰ GOMES *In*: FERREIRA (Coord.), 2006, p. 36.

³²¹ GOMES *In*: FERREIRA (Coord.), 2006, p. 51.

trabalhadores podem contar mais uma vez com o seu apoio para a solução das justas reivindicações do operariado brasileiro³²².

Já os estudos técnicos do PNSL foram iniciados bem antes, em agosto de 1953. Para a realização desse projeto foram estabelecidas diversas comissões regionais entre 22 capitais, a citar: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Acre³²³.

Em cada uma delas, a partir de uma parceria com o SETP, formou-se uma “Comissão de Salário Mínimo”. A formação das comissões foi designada pelo ministro entre agosto e novembro de 1953. Para cada uma foram escolhidos membros representantes da classe dos empregadores e membros representantes da classe dos empregados, média cada comissão contava de seis a 10 membros³²⁴.

Tecnicamente, os estudos acerca do aumento do salário mínimo, até então, tinham como base apenas o orçamento familiar. Nesse novo estudo, conduzido pelo SEPT, em parceria com as comissões, seriam avaliados quesitos com maior amplitude no âmbito social e econômico, tais como: população, custo de alimentação, finanças públicas, produção, movimentos bancários, vendas industriais e comerciais e, por fim, o próprio salário mínimo³²⁵.

Ao participar do relatório final do PNSL entregue ao presidente Vargas, o então diretor do SEPT, Sr. Mário Maia, informava que a possível elevação do salário mínimo já era reivindicada pelos sindicatos, diretamente, ao então ministro, Jango, que recém havia sido empossado. Maia informa, ainda, que partiu do próprio ministro, tendo a legislação vigente como amparo legal, a determinação de iniciar os estudos técnicos para o reajustamento dos salários³²⁶.

No PNSL era apresentado, também, a condição de subdesenvolvimento da nação brasileira e do desequilíbrio das relações entre o capital e o trabalho que geravam pesados encargos ao Estado. A fim de respaldar esse argumento, o texto de apresentação do plano retoma o contexto da Segunda Guerra Mundial, descrevendo esse acontecimento como desencadeador da tardia industrialização brasileira e o processo inflacionário decorrente desse

³²² DOU 14/01/1953.

³²³ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), anexo, Tabela 1.

³²⁴ O Rio Grande do Sul é um exemplo de uma comissão com 10 membros. A constituição das Comissões de Salário Mínimo com o nome de todos os seus integrantes é encontrada em: DOU 24/09/1953.

³²⁵ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 6.

³²⁶ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 2.

contexto. Por fim, situa, ainda, o novo contexto econômico vivido pelo Brasil, já nos anos 50, que, segundo ele, demonstravam pujança e vitalidade no âmbito da produção, ainda que se esse processo se desenvolvesse de forma desigual³²⁷.

O relatório do PNSL informava, ainda, que a análise pretendida (de cunho conjuntural), daria conta de aspectos internos e externos à realidade brasileira. Todavia, como se verifica na leitura desse documento, essa menção que o PNSL faz a determinados “aspectos externos” à realidade brasileira, se resume, apenas, à data de início que o plano utiliza para suas pesquisas, o de 1939, por ser o início da 2ª GM e, segundo o documento, esse evento ter ocasionado alterações, sobretudo no ramo econômico, no caso brasileiro. A destacar, a data limite para a análise dos dados reunidos no PNSL é o primeiro trimestre de 1953³²⁸.

Ao longo desse período as comissões das 22 regiões brasileiras, guiadas pelo SEPT, puderam avaliar, detalhadamente, os quesitos já anteriormente citados de população, de custo de alimentação, das finanças públicas, de produção, dos movimentos bancários, das vendas industriais e comerciais e do salário mínimo.

No primeiro quesito em evidência, a “população”³²⁹, o texto faz menção à importância de se conhecer, de fato, o número de pessoas que compõem o país, pois o volume de população é de extrema relevância para o crescimento econômico interno.

A esse respeito, consta no relatório:

“A cifra de população de um povo não determina, apenas, a sua força para a guerra: influi, poderosamente, na formação de sua riqueza. Com efeito, o movimento da população é um fator essencial nas variações da produção, do comércio interno e externo, do rendimento dos impostos, nas disponibilidades de mão-de-obra, na formação do capital, na taxa e oscilações do salário e do juro, assim como na força de expansão nacional”³³⁰.

Definindo, a seguir, que a economia “tem poder sobre a sociedade moderna” e, portanto, que ao lado da economia, outro elemento em relação à população se faz importante, a demografia³³¹. O porquê da importância da demografia é descrito a seguir:

³²⁷ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 3.

³²⁸ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 5.

³²⁹ Segundo próprio PNSL, os teóricos utilizados para elaborar o referido plano no quesito população foram: Loius Chevallier, Michel Huber, Kingsley Davis, Josephh Spengler, Adolphe Landry, etc. Os dados sobre esse quesito foram extraídos, em grande parte, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo esses dados, foram estudadas as camadas da população que - ativamente - trabalham relacionadas aos seguintes ramos: agricultura, pecuária, silvicultura, indústria (extrativa e transformação), comércio (mercadorias e imóveis), prestação de serviços, transporte, comunicações e armazenagens. Ver mais em: PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 13

³³⁰ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 12.

³³¹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 7.

“O fator demográfico, pela sua natureza específica, regula o mercado de trabalho, pois, como é obvio, dele depende, fundamentalmente, o número de trabalhadores, a espécie de trabalho e o esforço que se pode prestar. Por seu turno, das taxas de natalidade e mortalidade depende a oferta da mão-de-obra, razão por que precisam os governos de possuir perfeita noção dos efetivos humanos de que dispõe, para, preparar ou acelerar – conforme seja o caso – a valorização econômica do país”³³².

Conhecer a população³³³, sobretudo àquela ativa, é, segundo PNSL, tarefa indispensável do governo. Assim, pelo menos, poder-se-ia estabelecer programas de emprego, visando o equilíbrio do mercado³³⁴. Porém, segundo Alberto Pasqualini, a respeito da população brasileira, já teríamos sobre ela um panorama estabelecido: uma sociedade com inúmeras necessidades e carências e de muitos contrastes sociais³³⁵.

Para Pasqualini, a partir da ampliação da capacidade do consumo do povo, os problemas econômicos e sociais brasileiros seriam reduzidos. Esse objetivo seria alcançado na medida em que o indivíduo tivesse acesso ao trabalho e competiria ao Estado disponibilizar uma oportunidade ao alcance de todos³³⁶.

Destacadamente, o exercício do trabalho, a colocação do trabalhador em atividade é, sobremaneira, quesito indispensável no ideário trabalhista. Mais do que isso, o exercício do trabalho passa a ser entendido como obrigatoriedade e direito a todo indivíduo fisicamente capaz. Por meio da sua atividade profissional haveria a obtenção, por parte do trabalhador, dos meios necessários ao sustento próprio e de sua família de maneira condigna³³⁷.

No aspecto a seguir, evidenciado pelo PNSL, encontra-se o chamado “custo da alimentação”. Essa parte do estudo visou contemplar o chamado consumo global, no qual é feita uma média com o maior e mais variado número de famílias possível a fim de buscar os valores dos produtos de primeira necessidade encontrados nos mercados varejistas das capitais brasileiras³³⁸.

Os resultados do PNSL em relação ao custo de alimentação foram publicados na Revista Brasileira de Estatística nº 27, ano VII, sob o título: “O bem-estar de um povo se mede pelo seu poder de compra”³³⁹.

³³² PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 12.

³³³ Segundo o PNSL, Paraná e Distrito Federal foram as regiões que, no período em análise, mais cresceram no quesito População. Ver mais em: PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Tabela 1.

³³⁴ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 12.

³³⁵ PASQUALINI, 1948, p. 6.

³³⁶ PASQUALINI, 1948, p. 19.

³³⁷ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 434.

³³⁸ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 14.

³³⁹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 16.

“Assentemos na seguinte premissa – definido o poder duma determinada classe, ou duma população, podemos avaliar do seu possível nível de vida, do seu conforto, higiene e bem-estar; comparando a nossa situação com aquela que caracteriza outros países do mundo, temos definida nossa posição relativa e podemos medir, portanto, de nosso avanço, ou do nosso atraso, em relação ao modo como se encontram satisfeitas as necessidades elementares do nosso povo”³⁴⁰.

O termo “bem-estar”, conforme acima citado, é utilizado pelo PNSL para demonstrar que, a partir do poder de compra do povo, a presença (ou não) do referido termo pode ser verificada. No caso brasileiro, tornava-se inegável que era preciso estimular o acesso do trabalhador para realização do seu bem-estar.

Para os trabalhistas, esse mesmo termo tem uma dimensão tão importante quanto aquela determinada pelo PNSL. O “bem-estar”, segundo o trabalhismo, reside na conquista, por parte do trabalhador, de uma “vida decente” e de conforto. O “bem-estar” é conquistado na medida em que o indivíduo consegue satisfazer suas necessidades básicas e complementares³⁴¹.

Paralelamente a isso, Alberto Pasqualini já havia identificado que a realidade brasileira era marcada por contrastes e que a falta de acesso do trabalhador aos mecanismos para suprir suas necessidades era um perigo social. No programa dos trabalhistas, essa questão ganha a devida dimensão no capítulo “*A pobreza é um perigo social*”.

Para esses, promover a estabilidade do nível de vida do trabalhador asseguraria sua condição social. A pobreza, segundo os trabalhistas, seria o estado econômico de impossibilidade de satisfação das necessidades do trabalhador, sendo assim, um empecilho para a realização de sua plenitude³⁴².

Se, num primeiro momento, o PNSL indica que o bem-estar da população brasileira é medido a partir do poder de compra do povo, em seguida, o referido plano cita dois exemplos que, segundo ele, chama a atenção, para a discrepância vivenciada no Brasil em relação a um desses poderes de compra: o do custo da alimentação.

No primeiro deles, o Rio Grande do Sul é apresentado com a mais baixa variação: em 1940, custo era de 96 cruzeiros, em 1953 é de 514. No segundo, em Goiás, a mais alta variação: em 1940, custo 167 cruzeiros, em 1953 é de 1273 cruzeiros³⁴³.

³⁴⁰ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 16.

³⁴¹ PASQUALINI, 1948, p. 7.

³⁴² PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 437.

³⁴³ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Tabela 2.

A síntese apresentada no PNSL entra em consonância ao já alertado por Pasqualini, em uma mesma realidade, tínhamos diferentes grupos com diferentes possibilidades de compra: um contraste, uma situação desigual.

Em relação especificamente aos exemplos citados, o PNSL indica, ainda, o caráter de alerta que essa situação merece ter: “Quer pelo aspecto econômico, quer pelo seu reflexo sobre o prisma social, é imperioso se diga que o comportamento dos índices do custo da alimentação revela desenvolvimento em forma de crescimento geométrico, por vezes preocupante pronunciado em cada Unidade Federada”³⁴⁴.

A seguir, outro tema de destaque nos estudos do salário mínimo foram as finanças públicas. Tendo como base de dados as despesas e as receitas em âmbito Federal, Estadual e Municipal, o estudo do salário mínimo procuram avalia-las sobre o modo como se classificam, se movimentam e qual seu condicionamento³⁴⁵.

Foi observado a respeito das despesas (classificadas entre ordinárias e extraordinárias), a que fim se destinaram, sua relação com os melhoramentos realizados, proporção com a receita. É observado no relatório final, expressivas alterações nos índices, com significativo aumento do percentual de despesas.

“O aumento da despesa, que se observa, decorre, dentre outros fatores, do alargamento das fronteiras econômicas do país, do crescimento da população (que traz necessariamente maiores despesas), da desvalorização da moeda, de novos serviços implantados, do desenvolvimento de muitos dos já existentes, da criação de instituições sociais de caráter preventivo (como serviços de higiene, saúde, assistência e correccionais), de serviços de previdência e essenciais social, de instrução e educação, do próprio aumento da riqueza e da cultura despertando a satisfação de novas necessidade ou a mais completa satisfação das existentes. É preciso que se note que nos orçamentos modernos as despesas que geralmente avultam são, além das que se referem à dívida pública, as que respeitam à segurança nacional, às obras públicas e a vencimentos e pensões e aposentadoria. Todas essas causas, porém, podem-se reduzir a suas fundamentais: o desenvolvimento natural das necessidades sociais e a moderna concepção do Estado, que o leva a intervir, cada vez mais, nos vários setores da atividade privada, via de regra por esta solicitado”.

Com essa síntese, o PNSL evidenciava que necessidades, maiores e em maior número, estavam sendo sentidas pela sociedade como um todo e cabendo ao Estado gerenciá-las.

Não distante disso, reside mais um artigo da doutrina trabalhista, o qual prevê a “orientação, intervenção ou gestão do Estado” a fim de que a produção do país “atenda a

³⁴⁴ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 20.

³⁴⁵ A avaliação das despesas e da receita foi descartada pelo estudo em questão, segundo o próprio relatório, por não ser de interesse do SEPT. PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 20.

todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores”³⁴⁶.

O PNSL segue em seus resultados apresentando os dados a respeito, justamente, da produção verificada no Brasil entre 1939 a 1953. A título de esclarecimento, foram verificadas a produção de tipo agrícola, de gado, de óleos vegetais, de sal, de cacau, de cimento, de carvão, de lã, de ferro e de borracha³⁴⁷. Segundo o relatório final, no período em análise, é gritante a oscilação verificada, mais de 1000% de produção dentre os gêneros selecionados³⁴⁸.

Outro aspecto tão importante quanto o anterior é, certamente, o chamado movimento bancário. Nele estão contidos os depósitos, os empréstimos e a compensação de cheques. Do referido grupo é possível extrair os dados da circulação de dinheiro vivida na realidade brasileira. Na tríade de movimentos em questão, chama a atenção do PNSL o segundo e o terceiro elementos.

Segundo o relatório, os empréstimos, de forma crescente, vinham beneficiando sobremaneira, os comerciantes, os quais teria “a preferência nas relações comerciais”. Esse grupo seria seguidos pelos industriais e, por último, os agricultores, por que esses sempre “dependem das colheitas”³⁴⁹. Destacadamente, atentar para a importância dada pelo PNSL à situação do trabalhador do campo torna-se uma análise importante.

O amparo ao trabalhador rural fora uma bandeira constante no discurso dos trabalhistas. Todavia, pouco, muito pouco pode ser verificado na concessão de benefícios para esses trabalhadores. Na doutrina do programa do Partido Trabalhista estava prevista a extensão de todo e qualquer direito do trabalhador urbano ao rural, dessa forma, o êxodo dessas populações seria evitado³⁵⁰.

Na prática, uma legislação voltada ao trabalhador rural só seria efetivada nos anos 60. Vale destacar, contudo, que, ainda em janeiro de 1954, em assinatura conjunta com o presidente Vargas, foi assinada a Lei nº 2.168, que estabelecia normas para a instituição de um seguro agrário. Entretanto, percebe-se que os benefícios estão voltados mais para o produtor rural e não, necessariamente ao trabalhador do campo. Observa-se isso no trecho extraído da publicação oficial:

³⁴⁶ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 440.

³⁴⁷ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 32.

³⁴⁸ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Tabela 4.

³⁴⁹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 37.

³⁵⁰ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 433.

“É instituído o seguro agrário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de risco que lhes são peculiares, na forma da presente lei. (...) Na concessão de financiamento a atividades rurais, quando garantidas por apólice de seguro, este será considerado fator de redução de Juros, de conformidade com o que dispuser o regulamento (...)”³⁵¹.

Ainda em relação aos importantes elementos dos movimentos bancários foi a compensação de cheques. Constitui-se, por sua vez, como índice monetário que traduz a tendência dos negócios. No período analisado, 1939 a 1953, oscilou de 159% para 3168%³⁵². Os maiores movimentos bancários nessa modalidade foram estados de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia, de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais³⁵³.

Seguindo na identificação detalhada dos quesitos que compunham o Plano Nacional do Salário Mínimo, há um destaque para as vendas comerciais e industriais. De forma discreta, mas com um resultado de impacto, esse importante quesito de análise permitiu a observação do desenvolvimento, ou não, da economia interna brasileira³⁵⁴.

Nas vendas de cunho industrial ganharam destaque: Piauí, Ceará, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas, Gerais e Goiás. Já nas vendas comerciais, repetem-se os mesmos estados acrescidos do Rio Grande do Norte³⁵⁵. Nesse sentido, o relatório do PNSL faz, por sua vez, uma importante afirmação: da possibilidade real de novos reajustes salariais sem perturbar o equilíbrio das vendas do país³⁵⁶.

Por fim, o último ponto de estudo do PNSL fora, justamente, o salário mínimo. Aqui, as comissões, 22 ao total, ganharam destaque sobremaneira. No confrontamento dos dados, a partir da reflexão lançada pelo próprio SEPT, dos aspectos analisados até então observa-se o crescimento de todos os outros quesitos foram muito relevantes, tiveram progressão geométrica. Já em relação ao salário mínimo, o crescimento dessa, segundo os dados das comissões, fora aritmético³⁵⁷.

A partir do relatório do PNSL, declarava o SPET ser possível aumentar o salário mínimo³⁵⁸. E que o possível aumento era respaldado por todas as comissões do salário mínimo tendo em vista que elas haviam aprovado o reajustamento dos salários. Tal afirmação se observa no trecho a seguir:

³⁵¹ DOU 13/01/1953.

³⁵² PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 39.

³⁵³ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Tabela 5.

³⁵⁴ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 39.

³⁵⁵ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Tabela 6.

³⁵⁶ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 40.

³⁵⁷ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 41.

³⁵⁸ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 41.

“De acordo com as cópias das atas em poder deste Serviço, em todas elas os respectivos vogais representantes de empregados e empregadores aprovaram, por unanimidade, nos termos do dispositivo legal referido, a necessidade de ser modificado o salário então vigorante, para reajustá-lo em níveis mínimos outros que atendessem às condições de vida dos trabalhadores amparados por este sistema de remuneração”³⁵⁹.

A respeito do modo como as comissões deliberaram a respeito do reajustamento, contudo, não foi um comportamento único, mas que a resposta final era afirmativa para o reajustamento e demonstrava o interesse comum presente entre empregados e empregadores que compunham as comissões:

“Houve alguns casos, mas não de caráter geral. O que nos parece importante, todavia, é assinalar o fato de que, lastrados nos estudos do SEPT, empregados e empregadores fixaram, por unanimidade, novos níveis mínimos de salário em nada menos de oito Unidade Federadas e, por maioria, em duas. Isto prova o alto espírito de compreensão de que esses nossos patrícios se achavam imbuídos, ao deliberarem sobre problema de profundo interesse social”³⁶⁰.

No exposto acima, há a referência de alguns termos que estão presentes no trabalhismo. Ao fazer menção à “compreensão” que passa a permear as ações dos indivíduos as quais visam o interesse comum são entendidas como elementos do ideário trabalhista. A necessidade do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, como um princípio trabalhista fundamental.

Segundo o trabalhismo, a colaboração deveria existir entre todos, “sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria”. Pois unidade nacional somente se funda “no espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, abrigados, sem quaisquer distinções, sob a gloriosa Bandeira Nacional”³⁶¹.

Tendo o Plano Nacional do Salário Mínimo como referência, tentou-se, na medida do possível, apresentar elementos comuns do referido plano com a doutrina trabalhista. Antes disso, partimos de um olhar mais minucioso a fim de tentar constatar que muitos elementos da doutrina trabalhista estavam contidos nos projetos e nas práticas realizadas pelo ministro João Goulart.

³⁵⁹ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 43.

³⁶⁰ PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), Relatório Sr. Mário Maia, FMT, ANB, fl. 44.

³⁶¹ PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO *In*: CHACON, 1981, p. 446.

A seguir, por fim, vamos pontuar, sobretudo, a respeito das impressões que os opositores a Jango construíram acerca de sua atuação no MTIC, bem como demais aspectos referentes ao funcionamento do MTIC na gestão Jango e, finalmente, apontar alguns fatores relacionados com sua saída da pasta trabalhista.

4.3 DO DIA-A-DIA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO À QUEDA DE GOULART

No dia 25 de fevereiro de 1954, era expedida a nota oficial que indicava o Sr. Hugo de Faria, aquele que fora o braço direito de João Goulart durante sua gestão no Ministério do Trabalho, como o novo ministro interino da pasta trabalhista no lugar de Goulart³⁶². A posse de Faria havia ocorrido no dia anterior, dois dias após o pedido de demissão do então ministro.

Sr. Hugo de Farias fora funcionário de carreira daquela pasta, ligado há anos naquele ministério e que havia vivenciado as gestões Danton Coelho e Segadas Viana. Segundo o relato de Jorge Ferreira, Jango, desde o princípio de sua atuação naquele ministério, fez questão de contar com a ajuda de Farias na resolução das questões referentes ao MTIC³⁶³.

Inicialmente, ainda conforme aponta Ferreira, houve alguma indisposição de Hugo de Farias em relação a Goulart. Tendo em vista que Farias conhecia o modo como Jango se relacionava com os sindicatos, de forma muito próxima, e isso não o agradava. No entanto, em pouco tempo, a relação entre ambos tornou-se amigável³⁶⁴.

A rápida confiança estabelecida entre Faria e Goulart resultou na assinatura da Portaria nº 105, 28 de agosto de 1953. O então ministro Jango passa, oficialmente, a delegar competência a Sr. Hugo de Faria, na época Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, para tratar dos assuntos interno do MTIC. Como justificativa, o ministro apontava devido a necessidade de propiciar um andamento “mais rápido no exame, estudo e trato dos problemas ligados à questão social-trabalhista”³⁶⁵.

Em entrevista concedida ao CPDOC anos depois, Hugo de Farias fazia uma síntese de João Goulart ao afirmar que ele, Jango, “(...) no ministério foi uma revolução, foi uma avalanche de novidades, de humanismo, de popularidade e de paternalismo também (...)”³⁶⁶.

³⁶² DOU 25/02/1954.

³⁶³ FERREIRA, 2011, p. 85.

³⁶⁴ FERREIRA, 2011, o. 85-6.

³⁶⁵ DOU 31/08/1953.

³⁶⁶ Arquivo João Goulart, JG mt 1953.06.00-3, CPDOC/FGV, p.1

A saída de Jango do MTIC, por sua vez, inseriu-se em um cenário composto pela oposição política (contra ele e o presidente Vargas), pelas manifestações da imprensa getulista e anti-getulista, pelo contato indireto com o lançamento do “Manifesto dos Coronéis” e, ainda, tendo relação com a entrega do polêmico Plano Nacional do Salário Mínimo.

Ao entrar em contato com a documentação referente a gestão Jango no MTIC, observa-se que grande parte do acervo é composto por uma série de denúncias de irregularidades feitas pelos próprios trabalhadores diretamente ao gabinete do ministro, previsões orçamentárias sindicais enviadas ao MTIC com pedidos de aprovação, outros pedidos com extensão de base territorial aos sindicatos (novas sedes), pedidos por regulamentação dos processos eleitorais das agremiações e, destacadamente, pedidos de reconhecimento sindical (num total de 32 pedidos)³⁶⁷.

Desse grupo de documentos, chama a atenção, primeiramente, àqueles em relação às denúncias recebidas pela pasta trabalhista ao longo da gestão Jango. Essas são identificadas devido a uma pluralidade de motivos, mas dentre elas podemos apontar algumas que chamam a atenção devido às suas causas.

Na primeira delas, o gabinete do ministro recebe a denúncia do Sr. Otacílio Rodrigues Novaes, líder da Associação Profissional dos Trabalhadores Ferroviários do Vale do Itajaí, que reclama da perseguição que vinha sofrendo por parte de um determinado diretor responsável pela construção de uma estrada de ferro no respectivo município acima citado. A denúncia de perseguição logo fora acolhida pelo gabinete e encaminhada à Delegacia Regional do Trabalho para esclarecimentos e, com a comprovação da denúncia, aplicação da penalidade ao diretor em questão³⁶⁸.

Outro tipo de denúncia relevante ao longo da gestão Jango foram os pedidos de fiscalização interna nas empresas devido a irregularidades de funcionamento, sobretudo devido a exploração dos seus funcionários.

Exemplo disso, é a denúncia do Sr. Antônio Jacintho Fernandes, junto ao gabinete do ministro Jango, em janeiro de 1954, com pedido de fiscalização contra a empresa Light, na qual era motorista. Na denúncia, o trabalhador acusava a empresa de fazer uso de empregados para fins particulares de seus patrões e, nesse sentido, não “gozam de seus direitos trabalhistas”. O funcionário chega a afirmar que tratava-se de uma empresa escravagista e

³⁶⁷ CAIXA 180 FMT, ANB.

³⁶⁸ Processo arquivado sob o nº 215.810/53. Caixa 4. FMT, ANB.

solicitava providências urgentes. Ao entrar com o pedido em janeiro, véspera de saída do ministro Jango, esse requerimento só teria seu deferimento sessenta dias após³⁶⁹.

E, finalmente, nesse grupo de exemplos de denúncias, cabe apresentar a acusação proferida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres do Rio de Janeiro. Em nome de seu diretor, Sr. Syndulpho Pequeno, a Confederação indicava um acontecimento de “ilegalidade” no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro.

No documento apresentado, a Confederação acusava o sindicato de contrariar as regras do enquadramento sindical ao distribuir convites a outras organizações sindicais a fim de promover uma reunião em sua sede para fundar uma confederação, a Confederação Geral dos Trabalhadores. A partir disso, a outra confederação já estabelecida, dos trabalhadores em transporte terrestres, solicitava, com urgência, que o ministro desse fim às aspirações “esdruxulas” daquele grupo de trabalhadores e ameaçava, ainda, recorrer a instâncias judiciais caso não fossem atendidos³⁷⁰.

O pedido acima havia sido feito no MTIC ainda em outubro de 1952, na gestão Segadas Viana, o andamento do processo seria realizado na gestão Jango e tendo como resultado o arquivamento do pedido por não reunir provas suficientes de acusação.

Em média, sessenta dias eram suficientes para a apreciação e resolução dos pedidos, assim que deferidos. Agilidade e o bom senso na resolução e no atendimento dos conflitos dos pedidos eram a marca da gestão Goulart. O modo Jango de “fazer política”, próximo aos trabalhadores, acolhendo suas reivindicações, promovendo, na medida do possível, um retorno positivo às demandas solicitadas foram sempre acompanhados da articulação dos grupos conservadores contra seu modo de trabalhar.

Jango era visto entre as classes populares como um líder político e popular, era, também, associado ao seu mentor político, Vargas. Por isso, foi condenado pela imprensa oposicionista de ser seguidor da corrente política ideológica promovida por Getúlio³⁷¹.

Ao longo de sua gestão no MTIC teve relativo apoio de alguns jornais, como o *Gazeta de Notícias* que, em certa ocasião, publicou um texto defendendo Jango e argumentando em favor dele ao informar que, mesmo sendo um ministro jovem, apoiado pelo presidente Vargas

³⁶⁹ Processo arquivado sob o nº 145.624/54. Caixa 4. FMT, ANB.

³⁷⁰ Processo arquivado sob o nº. 201.349/53. Caixa 4. FMT, ANB.

³⁷¹ SILVA, 2010, p. 11.

e ser do mesmo partido que o presidente, vinha produzindo uma gestão honesta em prol do trabalhador³⁷².

A constituição da oposição a Jango é anterior e estendida a Getúlio Vargas. Mais do que isso, essa situação remonta a períodos anteriores ao início de seu segundo mandato, iniciado em 1951. Porém, com o aprofundamento da crise no governo em 1953 e com a indicação de Goulart para ocupar o cargo de Ministro do Trabalho, principalmente devido a sua ligação com Vargas, com os sindicatos e com o próprio PTB, os opositores políticos a Vargas e Goulart passaram a entender que a posição Jango naquele ministério seria de arregimentar as classes populares a fim de constituir uma República Sindicalista no país³⁷³.

Em função disso, João Goulart foi golpeado insistentemente, mais ainda por meio da imprensa oposicionista (essa que era ligada aos partidos contrários ao governo, sobretudo partidos como a UDN) por ser considerado discípulo de Vargas, defender a participação das classes populares na política e seguir os preceitos do trabalhismo³⁷⁴.

Os ataques a Jango foram concomitantes à sua entrada na pasta trabalhista. O jornal *Correio da Manhã* é um dos veículos de maior número de ataques ao ministro. Em 08 de agosto de 1953, Sr. Carlos Lacerda, famoso jornalista carioca, acusava, publicamente, João Goulart de ser insuflador de movimentos desordeiros e tentar colocar em prática um governo subversivo³⁷⁵.

Ataques de cunho semelhante também foram verificados no chamado *Diário da Noite*, poucos dias antes, em 04 de agosto. O jornal fazia referências às acusações do periódico norte-americano *The New York Times*, que Jango conduziria o trabalhismo brasileiro para transformar a realidade política no Brasil como peronismo na Argentina³⁷⁶.

É possível apontar, nesse sentido, que a caminhada política de Jango, sobretudo ao longo de sua gestão ministro, é marcada por duas instâncias paralelas: suas ações de cunho trabalhista e os ataques oposicionistas ao seu modo de trabalhar. De fato, o modo de fazer política de João Goulart, consistiu em proporcionar direitos sociais e econômicos ao trabalhador brasileiro e por isso foi combatido e denominado de demagógico pela oposição, “que tentava atingi-lo e removê-lo da política, acusando-o de reduzir o espaço político

³⁷² GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/08/1953.

³⁷³ SILVA, 2010, p. 12.

³⁷⁴ SILVA, 2010, p. 13.

³⁷⁵ CORREIO DA MANHÃ, 08/08/1953, contracapa.

³⁷⁶ DIÁRIO DA NOITE, 04/08/1953, p. 3.

ocupado pelas elites pela conscientização dos trabalhadores em lutar por seus direitos e participar como cidadãos da política do país”³⁷⁷.

Inegável, contudo, é a ascensão das classes populares trabalhadoras na política brasileira, sobretudo na busca por seus direitos trabalhistas. A aproximação do governo, por intermédio de Goulart, com as classes operárias era vista, portanto, como uma ameaça aos interesses da elite política, mas ao mesmo tempo, o modo de agir de Jango era o retrato fiel de seu modo de trabalhar.

É preciso retomar que, antes mesmo de se tornar ministro, a posição de Goulart já era de mediador de conflitos entre Estado e trabalhadores e que seu perfil era voltado pela concessão de benefícios às classes operárias³⁷⁸.

Euzébio Rocha, que participou do PTB nos em que Goulart fora presidente do partido, afirma que Jango, ao assumir o MTIC, levava a orientação do partido trabalhista imbuída em suas propostas. A seguir um trecho da fala de Rocha:

“A entrada de João Goulart para o Ministério do Trabalho trazia implícita a própria proposta do partido no sentido de integrar as amplas massas trabalhadoras em um sistema de governo, ou seja, fazer com que realmente os problemas da comunidade trabalhadora fossem examinados e atendidos (...). (...) porque a essa altura já não se tinham, dentro do PTB, a concepção (...) de que os grandes e bons governos de sensibilidade são capazes de salvar a comunidade nacional. (...) Daí a tentativa de Jango de dar aos sindicatos maior liberdade, maior organicidade, maior organização e maior participação”³⁷⁹.

Paralelamente, alguns mecanismos foram utilizados pela oposição para romper com as práticas políticas feitas por João Goulart. Direta ou indiretamente, o ministro foi, forçosamente, conduzido a se retirar da cena política. Na primeira opção, cabia aos jornais oposicionistas, sobretudo, a tarefa de desmerecer a figura do então ministro. Indiretamente, um importante documento lançado no início de 1954, indicava que outro importante grupo social, o dos militares, manifestava-se de forma contrária às orientações que o governo vinha tomando. Sem citar, de forma explícita, o nome de Jango, o contexto do documento deixava, nas entrelinhas, o descontentamento da referida classe com as ações do ministro.

O chamado *Manifesto dos Coronéis* foi assinado por 82 militares de alta patente (39 tenentes-coronéis e 42 coronéis), muitos deles ligados à Escola Superior de Guerra e já eram críticos da política varguista³⁸⁰. O documento constava, inicialmente, com o relato do referido

³⁷⁷ SILVA, 2010, p. 13.

³⁷⁸ GOMES, In: FERRERIA (Coord.), 2006, p. 43.

³⁷⁹ Depoimento Euzébio Martins da Rocha, CPDOC, entrevista (texto on line).

³⁸⁰ COLVERO; RIBAS, 2012, p. 65.

registrando sua insatisfação com o tratamento a eles dispensado por parte do governo. Os militares acusavam ser injusto o pagamento de salário de um trabalhador comum ser equivalente a um militar. Somado a isso, os militares traziam a questão do possível aumento de salário mínimo, questão que já circulava na imprensa nacional³⁸¹.

Percebe-se, aqui, que, indiretamente, o teor do manifesto tem caráter de crítica e está voltado às políticas e projetos oriundos da gestão do ministro Goulart. E, ainda, o lançamento do documento fora feito muito próximo à entrega do projeto oficial de possível aumento de salários no país.

O pedido de demissão do então ministro não tardou em chegar. Antes, porém, quando entregou ao presidente Vargas, às vésperas de sua saída do MTIC, o Plano Nacional do Salário Mínimo, João Goulart escreveu a respeito de sua conduta no referido ministério em relação aos trabalhadores: visando sempre “a perfeita compreensão e harmonia entre as classes”. Mais do que isso, o ministro também reforçava a ideia de que esse propósito “jamais” teria deixado de inspirar “todos” seus atos no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio³⁸².

Segundo Colvero e Ribas, a decisão de sua saída da pasta trabalhista já era acertada entre Vargas e Goulart. Na carta oficial com o pedido para sua saída da pasta trabalhista, Jango afirmava o compromisso que ele teria a partir de agora, como ex-ministro, tanto com o trabalhismo quanto com a política varguista³⁸³.

Em 1954, com a morte de Getúlio Vargas, João Goulart, segundo Silva, tornar-se-ia o herdeiro político natural de seu conterrâneo, seguindo programa de governo voltado para o trabalhismo e fortalecimento do nacionalismo³⁸⁴.

Para as autoras, Maria Celina D’Araújo e Ângela de Castro Gomes, o trabalhismo ganhou novas lideranças depois Vargas, incluindo o próprio Goulart. O trabalhismo ganhou, ainda, “perfis mais independentes” em relação ao seu marco original. O trabalhismo, segundo D’Araújo e Gomes, foi, por fim, sendo apropriado de diversas formas e, ainda, influenciou a criação de vários partidos além do PTB, que o foi, segundo elas, o mais significativo de todos eles³⁸⁵.

Não discutimos, aqui, maiores questões referentes à herança da política varguista recebida por Goulart. Em outra medida, ao passo que identificamos quais foram as ações

³⁸¹ GOMES, In: FERRERIA (Coord.), 2006, p. 52.

³⁸² PLANO NACIONAL DO SALÁRIO MÍNIMO (PNSL), FMT, ANB, fl. 3.

³⁸³ COLVERO; RIBAS, 2012, p. 66.

³⁸⁴ SILVA, 2010, p. 11.

³⁸⁵ D’ARAÚJO; GOMES, 1987, p. 5.

realizadas João Goulart no MTIC, pudemos compreendê-las como próximas às ideias fundamentais do conceito de trabalhismo. Tendo em vista que a atuação do ministro Jango pautou-se, em grande parte, em medidas sociais de benefícios aos trabalhadores, visando o bem-estar dessa classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação histórica trouxe consigo elementos significativos para uma melhor compreensão a respeito do trabalhismo e da arena política de atuação de João Goulart enquanto ministro da pasta do Trabalho. A historiografia aponta para uma relação muito próxima entre Goulart e Getúlio Vargas, sobretudo considerando Jango como herdeiro de Getúlio. Para tanto, lança mão do conceito de trabalhismo para estipular uma continuidade de ideias presente entre os dois políticos.

Com esse trabalho, buscou-se demonstrar que João Goulart esteve próximo às ideias que compõem o conceito de trabalho, àquele elaborado por Alberto Pasqualini, verificado nas ações que realizou enquanto ministro do MTIC. Ao lado de seu caráter de articulador, conciliador e negociador, Jango procurou implementar seus projetos tendo ideias trabalhistas como pano de fundo para suas realizações, visando, por sua vez, promover benefícios aos trabalhadores, o quais promovessem, por exemplo, o seu bem-estar.

Para que fosse possível identificar essa essência das ideias do conceito de trabalhismo presente no dia-a-dia das ações do ministro Jango foi preciso retroceder tanto à organização do Partido Trabalhista Brasileiro quanto aos postulados de Alberto Pasqualini a respeito da elaboração do conceito de trabalhismo ambas realizadas ainda nos anos 40.

Mais do isso, na proposta que nos lançamos, também tivemos de contemplar o desmantelamento do Estado Novo bem como a presença do chamado Movimento Queremista, que reivindicava a permanência de Getúlio Vargas no poder. Em seguida, localizamos a emergência e a organização dos partidos políticos que passaram a atuar na cena política a fim de viabilizar o processo de redemocratização.

Desse modo, pudemos localizar o surgimento do PTB, seu vínculo original a Getúlio Vargas, em 1945, e a absorção de grande parte do legado trabalhista de Pasqualini que o referido partido apresentou em seu programa partidário. A destacar, a tônica forte do programa desse partido sempre foram os trabalhadores e foi essa percepção que tentamos demonstrar ainda no capítulo 1.

Na sequência de investigação proposta em nosso estudo, buscamos, em seguida, elencar os principais momentos da trajetória política de João Goulart. Partimos de sua relação de amizade com Vargas, ainda em São Borja, terra natal de ambos, após a saída de Getúlio da Presidência da República. Passando, a seguir, por seus primeiros passos na vida político-partidária, organizando diretórios municipais do PTB, seus primeiros mandatos como

deputado, estadual e federal), sua ascensão como principal líder do PTB e, chegando, ainda, à sua chegada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em junho de 1953.

Ainda nesse segundo momento, estabelecemos alguns aspectos referentes às gestões ministeriais anteriores a Goulart, Danton Coelho e Segadas Viana. Homens indicados por Vargas para o MTIC e ligados ao Partido Trabalhista. Pudemos perceber que ambas as gestões falharam no estabelecimento de um diálogo efetivo e positivo para com a classe trabalhadora, além de ser praticamente inexistentes ações em prol da concessão de benefícios aos trabalhadores.

Apresentamos, ainda, alguns aspectos em relação à atuação de Goulart frente ao PTB, partido esse que Jango que assumiu o Diretório Nacional em 1952 e permaneceria até os anos 60. Goulart não enfrentou grandes resistências para assumir a presidência da organização partidária e manifestava, dentro do partido, o mesmo perfil de atuação que teria com os trabalhadores, alguém com fácil trato e passível de diálogo.

Procuramos, sempre que possível, pontuar a oposição que Jango sofreu sobretudo por parte da imprensa oposicionista, mais sistematicamente, desde o início dos anos 50. Foi preciso proceder dessa forma para que não ficasse deslocada a compreensão de que ao longo de toda sua gestão e até a sua saída da pasta do Trabalho, estiveram envoltas, conforme tentamos demonstrar, nas críticas que Jango sofria por parte de alguns periódicos de grande circulação.

O segundo capítulo ainda procurou delinear os primeiros movimentos do ministro Jango em relação aos sindicatos. Em nosso entendimento, Goulart mostrou-se flexível no contato com as unidades sindicais, sobremaneira, se comparado aos seus antecessores, Danton Coelho e Segadas Viana. Enquanto esteve na pasta do Trabalho, Goulart pode ser identificado a partir de uma atuação marcada pelo diálogo com os trabalhadores, de convívio pessoal com as organizações sindicais e na execução de medidas visando maior benefícios aos trabalhadores. Conforme era previsto no programa dos trabalhistas, era preciso ter o trabalhador como objetivo principal das ações a serem feitas. Ao lado disso, era orientação do governo Vargas de manter o grupo de trabalhadores organizados em sindicatos em harmonia com o Estado. Foi nessa linha de atuação que João Goulart realizou sua gestão no MTIC.

O terceiro e último momento do nosso estudo pautou-se na identificação, mais detalhada, das ações que foram, de fato, realizadas por Goulart nos oito meses que esteve à frente da pasta do Trabalho. Apresentamos as principais ações vinculadas, sobretudo pelo Diário Oficial da União, procuramos evidenciar, nesse sentido, em que medida os princípios trabalhistas teriam norteado as respectivas ações do ministro Jango. No grupo de documentos

estudados foi possível perceber que muitos dos princípios trabalhistas ficavam subentendidos no modo de atuar do ministro. Nas ações realizadas, Goulart deixava claro o amparo pretendido às classes populares, visando o bem-estar do trabalhador. Assim, determinou a liberação de grande número de portarias que continham caráter de assistencialismo.

Outras preocupações do ministro que o aproximam do que é disposto pelos trabalhistas, foram as portarias referentes às garantias de segurança no emprego e, destacadamente, o aprimoramento profissional e intelectual da classe dos trabalhadores (com ênfase ao Primeiro Instituto do Trabalho, projeto, entendido por Vargas, como “louvável”).

Também foi referido nessa pesquisa o funcionamento das entidades sindicais, apontando, brevemente, para legislações que concerniam ao funcionamento interno dos sindicatos e a vinculação que o Estado, dentro de uma orientação varguista, pretendia manter com essas agremiações.

Em seguida, com destaque, pontuamos a respeito do Plano Nacional do Salário Mínimo. Projeto que fora pensado por Goulart e realizado ao longo de sua gestão do MTIC e que, ao ser finalizado, foi entregue ao presidente Vargas juntamente com sua carta de demissão do Ministério do Trabalho.

O PNSL foi, em nosso, entendimento, o maior e mais expressivo projeto na gestão de Goulart e que se aproximou, sobremaneira, da doutrina da trabalhista. Essa impressão se tornou mais clara quando interpretamos, com mais calma, os quesitos estudados no referido plano, pois eles nos permitiram perceber sua grandiosa intenção em compreender a realidade socioeconômica brasileira, conhecer as mazelas e os potenciais de crescimento da população para que fosse atingido seu bem-estar pleno, a destacar, aspectos esses, já defendidos nas ideias fundamentais sobre o trabalhismo

Observar a amplitude de um projeto como o PNSL nos auxiliou a entender um pouco melhor de que forma as ações de João Goulart se mostraram inovadoras em seu curto tempo de atuação no Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo que tais constatações nos possibilitaram observar que a postura desenvolvida por Jango no MTIC tornou-se incompatível com a realidade política que o cercava, mais precisamente, seus opositores.

Justamente, foi a respeito das impressões que a oposição manifestou na reta final da atuação de Goulart na pasta do Trabalho que a última parte do estudo evidenciou. Ao fazer um pequeno detalhamento das atividades finais do MTIC, a pesquisa encerrou-se pontuando a saída da Jango Ministério do Trabalho envolta em uma série de manifestações, na imprensa e em determinados documentos, como o Manifesto dos Coronéis.

As pesquisas históricas que tem João Goulart como norteador de suas análises têm crescido em número expressivo nos últimos anos. São variadas as ênfases dadas a essas análises, mas grande parte delas dá preferência ao período que Jango teve na Presidência da República e, mais recentemente, às questões pertinentes à sua morte (temática essa apresentada com regularidade em diferentes mídias).

Nossa contribuição reside um momento profissional anterior de Goulart. Na medida em que nosso estudo pretendeu ampliar um aspecto da carreira política de Jango vivida entre 1953 e 1954, enquanto ministro, acreditamos, nesse sentido, ter somado a essa gama de produção acadêmica.

Novas pesquisas, que tem João Goulart como centro de análise ainda se fazem necessárias. Não somente à sua atuação no Ministério do Trabalho, como também, às suas atitudes parlamentares em fins dos anos 40 e início dos anos 50, ainda pouco exploradas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

AGGIO, A.; BARBOSA, A.; H., COELHO. **Política e Sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

ALBERNAZ, Cássio. **Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)**. Dissertação. PUCRS, 2006.

ALMEIDA, Diego Dal Bosco Orgel. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961 – 1964)**. Dissertação. UPF, 2007.

ALVES, Juliana Martins. *História levada a público: direitos sociais em Revista*. In: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 6, no.1, janeiro-abril, 2014, p. 150-170.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIANCO, Paula Cauduro. **João Goulart, Ministro do Trabalho, por meio dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias (junho de 1953 a fevereiro de 1954)**. Monografia. PUCRS, 2012.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRAGA, Kenny. **Meu amigo Jango: depoimento Manoel Leães**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

COLVERO, R.; RIBAS, V. **Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CORTÉS, Carlos. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

D'ARAÚJO, M. C. S. O Segundo Governo Vargas 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política. Rio de Janeiro. ZAHAR, 1982.

D'ARAÚJO, M. C. S. *Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais*. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 03, n. 6, 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, M. C. S.; GOMES, A. C. **Getulismo e Trabalhismo**. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.

DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 4ªed.

DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1986.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERREIRA, Jorge. **Jango: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLEISCHER, David (Org.) **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. Vol.1.

GOMES, A. "O ministério da Revolução". In: GOMES, Â. C. (Org.). **Trabalho e previdência: sessenta anos em debate**, Rio de Janeiro: FGV, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, A. C. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, A. C. (Coord). **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

JANES, Andreia Rezende Peres. **O PTB: entre o passado e as massas (1960-1964)**. Dissertação. UFES, 007.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionaras e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (1970 e 1980)**. Doutorado. UFF, 2012.

MOISES, José Álvaro. **Greve de Massas e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo 1953-1954**. São Paulo: Polis, 1978.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. 1948.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas (1951-1954): o segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro Casa Jorge Editorial, 2001.

SILVA, Dilossane. **A primeira queda de Jango: apontamentos para uma interpretação**. Dissertação. UPF, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

SUKMAN, André. **A trincheira dos trabalhadores: João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952-1954)**. Dissertação. UFF, 2011.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1981.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Getúlio Vargas e os partidos – um caso de sedução política*. In: **Folhetim** – Folha de São Paulo, 17.04.1983.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: contraponto, 2000.

CAMPOS, Valério; MAESTRI, Flora. **João Goulart**. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

DAL MOLIN, Naiara. **Sindicato e Estado no Brasil: sindicalismo no período populista e no Novo Sindicalismo**. Porto Alegre: nova Prova, 2009.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha, uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa:** de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.

ROCHA LIMA, Valentina; RAMOS, Plínio de Abreu. **Tancredo fala de Getúlio.** Porto Alegre: LP&M, 1986.

SIMONSEN, Mario Henrique; CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes. **Oswaldo Aranha, a estrela da revolução.** São Paulo: Mandarim, 1996.

FONTES

Diário Oficial da União

Jornal A Noite

Jornal Correio da Manhã

Jornal Diário Carioca

Jornal Diário da Noite

Jornal Diário de Notícias

Jornal Gazeta de Notícias

Jornal Última Hora

Plano Nacional do Salário Mínimo

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Nacional de Brasília

Biblioteca Nacional

Imprensa Nacional

Museu Hipólito Jose da Costa

SindBancários (Acervo)

Sindicatos dos Metalúrgicos de Porto Alegre